



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Vanessa Júlia Antunes Neves

**Crescer Beneficiário do Rendimento
Social de Inserção: Infância e Pobreza no
Concelho de Amares**



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Vanessa Júlia Antunes Neves

**Crescer Beneficiário do Rendimento
Social de Inserção: Infância e Pobreza no
Concelho de Amares**

Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança
Área de Especialização em Intervenção Psicossocial
com Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho realizado sob a orientação do
**Professor Doutor Manuel José Jacinto Sarmento
Pereira**

Janeiro de 2012

DECLARAÇÃO

Nome: Vanessa Júlia Antunes Neves

Endereço electrónico: vanessaantunesneves@gmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 12048262

Título dissertação de mestrado: Crescer Beneficiário do Rendimento Social de Inserção:
Infância e Pobreza no Concelho de Amares

Orientador: Professor Doutor Manuel José Jacinto Sarmento Pereira

Ano de conclusão: 2012

Designação do Mestrado: Mestrado em Estudos da Criança - Intervenção Psicossocial com
Crianças, Jovens e Famílias

É autorizada a reprodução parcial desta tese/trabalho, apenas para efeitos de investigação,
mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Dedicatória

In memória

Ao meu pai, Arlindo, que apesar de não estar aqui nos últimos 7 anos, nunca deixou de estar ao meu lado.

Agradecimentos

Muito perto da concretização deste objectivo académico, torna-se indispensável reconhecer a importância da colaboração de um conjunto de pessoas significativas:

Ao Professor Manuel Sarmiento pela aceitação do tema, pelo interesse e pelo desafio que foi estabelecer uma dialéctica constante ao longo deste percurso. Queria ainda agradecer a forma sempre acessível e disponível com que partilhou os seus imensos conhecimentos.

Ao Instituto da Segurança Social de Braga pela autorização da realização deste estudo e pelo acesso à base de dados e aos processos familiares dos beneficiários da medida RMG/RSI.

À Associação de Fomento Amarense, entidade responsável no Concelho de Amares pelo protocolo do RSI, pela autorização da realização do estudo e pelo incentivo na realização do mesmo.

A todos aqueles que se prontificaram a responder às minhas questões nas entrevistas. Fazê-lo significou disponibilizarem-se por um melhor conhecimento da realidade social em que expuseram a sua intimidade a um processo de produção de conhecimento que lhes é estranho. Isso significou, muitas vezes, lembraram-se de momentos e vivências difíceis ao responderem às questões propostas. E a todas as crianças e adolescentes que aceitaram colaborar neste meu trabalho, partilhando intimidades, sonhos e inseguranças.

À minha família, em especial à minha mãe, irmãos e sobrinhos, pelo orgulho que sentem por mim e a todos os meus amigos pelo apoio, pelas valiosas opiniões e incentivos ao longo deste percurso.

Ao Ricardo pelo apoio, incentivo, amor e, sobretudo, por sempre acreditar e me fazer acreditar que “sou capaz”.

Resumo

Crescer Beneficiário do RSI: Infância e Pobreza no Concelho de Amares

A discussão em torno da medida do Rendimento Social de Inserção (RSI), implementada em Portugal há 14 anos, recai diversas vezes sobre questões como a perpetuação dos ciclos de pobreza, efeitos de integração social e profissional dos beneficiários. Neste contexto, este estudo procura numa primeira fase compreender as representações e significados que as crianças/adolescentes beneficiárias do RSI do Concelho de Amares têm acerca dos seus contextos familiares e o impacto que essas percepções poderão ter na capacidade de orientação para a vida das crianças e adolescentes. Numa segunda fase, são explorados os itinerários das famílias beneficiárias do rendimento mínimo garantido (RMG), nomeadamente, os percursos dos seus filhos, através dos jovens adultos que nos anos 1997 a 2000 pertenceram a famílias beneficiárias do RMG no Concelho de Amares, com vista a compreender o impacto do RMG na qualidade de vida dos jovens adultos. Para isto, em termos metodológicos, recorreu-se a um *mixed design*, na medida em que articula metodologias qualitativas e quantitativas. A importância do estudo relaciona-se com a necessidade de melhor compreender a influência explícita e implícita que o contexto familiar tem na construção do projecto de vida dos adolescentes e jovens. A investigação desenrola-se através de três estudos: numa primeira fase, um estudo preliminar que consistiu num levantamento estatístico, seguiu-se um estudo de caso junto das crianças e adolescentes beneficiários do RSI, e numa terceira fase um estudo longitudinal retrospectivo, junto de jovens adultos que em 1997 a 2000 pertenceram a famílias beneficiárias do RMG.

Sendo assim, através do estudo realizado junto de crianças e adolescentes foi possível perceber que estas tendem a adoptar uma atitude defensora da família, apesar de reconhecerem constrangimentos económicos nas mesmas. Por outro lado, as crianças e adolescentes tendem a valorizar a escola mas as suas ambições escolares e profissionais, na sua maioria, não revelam intenção de mobilidade social.

No estudo realizado junto de jovens adultos verificou-se que estes apresentam itinerários de vida diferentes entre si, o que é indicador que o RMG não atinge os beneficiários do mesmo modo. Verifica-se também que os jovens adultos estão na sua maioria integrados em termos profissionais, mas mantêm problemas económicos, tal como as suas famílias de origem, apesar de melhorias. Por outro lado, apresentam expectativas optimistas face ao futuro e satisfação face à família actual.

Como principais conclusões do estudo destaca-se a multiplicidade de situações que existem no seio das famílias beneficiárias do RSI, o que indica que o RSI não atinge os beneficiários do mesmo modo; este facto, leva à necessidade da coexistência de medidas complementares ao RSI, na intervenção junto destes agregados familiares.

Abstract

Growing SII beneficiaries: Children and Poverty in the municipality of Amares

The discussion around the measure of Social Integration Income (SII), implemented in Portugal 14 years ago, is usually based on issues such as the perpetuation of the poverty cycles, or the effects of the social integration of the beneficiaries. In this context, this study aims to in a first phase understand the meanings and representations that children/adolescents benefiting from the SII in the municipality of Amares have about their family backgrounds and the impact that these perceptions may have on the ability to guide their lives. In a second phase, the itineraries of families benefiting from the Guaranteed Minimum Income (GMI) will be explored, namely the paths of their children, through the young adults that from 1997 to 2000 were part of families benefiting from the GMI in the municipality of Amares, in order to understand the impact of GMI in the quality of life of those young adults. In terms of methodology, we have used a mixed design, once it combines qualitative and quantitative methodologies. The importance of the study relates to the necessity of better understanding the explicit and implicit influence of the family context on the construction of adolescents and youngsters life projects. This research was built towards three steps: firstly, a preliminary study consisting on a statistical survey; secondly, a case study on a group of children and teenagers benefiting from SII; thirdly, a longitudinal and retrospective study among young adults who belonged to families benefiting from the GMI from 1997 to 2000.

Thus, through the study carried out among children and adolescents, on the one hand, we were able to understand that these have a tendency to adopt an advocating attitude towards family, even though they recognize some economical constraints in it. On the other hand, children and adolescents tend to value school, but, on the majority of cases, their academic and professional ambitions don't reveal intentions of social mobility.

In what concerns the study carried out with the young adults, we verified that these present different life itineraries among themselves, which is an indicator that the GMI does not affect beneficiaries in the same way. We can also verify that most of the young adults are professionally integrated, even though they maintain some economic problems, similarly to their origin families, despite the improvements. Nevertheless, they present some optimistic expectations towards the future as well as satisfaction concerning their present family context. The main conclusions of this study are the multiplicity of situations verified among families benefiting from the SII, which indicates that SII does not affect its beneficiaries in the same way; for this reason, it is necessary to implement the coexistence of complementary measures along with the SII during the intervention in these households.

Índice

Resumo	vii
Abstract	ix
Índice de figuras	xiii
Índice de gráficos	xv
Índice de tabelas	xvii
Abreviaturas	xix
Introdução	1
I Abordagem Conceptual e Revisão da Investigação sobre Pobreza Infantil	5
1.1 Políticas Sociais: Desafios do Estado - Providência.....	5
1.1.1 As Políticas do Rendimento Social de Inserção	7
1.1.2 Rendimento Social de Inserção: Avaliação dos Impactos	12
1.1.3 O papel da categoria “beneficiário do rendimento social de inserção”	15
1.2 Famílias Beneficiárias do RSI	17
1.2.1 Conceito de Família	17
1.2.2 Estrutura e Funções da Família.....	19
1.2.3 Diferenciação Familiar nas Estratégias de Socialização.....	20
1.2.4 As Famílias Pobres (problemas vs. competências).....	23
1.3 Infâncias marcadas pela pobreza... ..	25
1.3.1 Conceito de Infância	25
1.3.2 Pobreza Infantil	27
1.3.3 Implicações de uma Infância Pobre	31
1.4 Construção da Identidade Pessoal e Social.....	33
1.5 Desenvolvimento de Expectativas Escolares e Profissionais	37
II Metodologia.....	41
2.1 Objectivos do Estudo	41
2.2 Contexto de Investigação.....	42
2.2.1 Localização Geográfica do Concelho de Amares	42
2.2.2 Indicadores Territoriais	42
2.2.3 Indicadores Demográficos	43
2.2.4 Indicadores de Educação.....	43
2.2.5 Indicadores de Emprego e Formação.....	44
2.2.6 Indicadores Sociais	45
2.3 Desenho da Investigação	48
2.4 Métodos e Técnicas de Avaliação	49

2.5	Hipóteses de Investigação	50
2.5.1	Hipótese Alternativa	50
2.6	Delimitação e operacionalização das variáveis a considerar no Estudo	51
2.6.1	Designação das Variáveis.....	51
2.7	Plano e caracterização da amostra.....	51
2.7.1	Plano de Investigação	51
2.7.2	Amostra e Participantes	52
2.8	Métodos e Técnicas	58
2.8.1	Entrevistas	58
2.8.2	Diários	59
2.9	Análise de conteúdo	60
2.10	Procedimentos e questões éticas de Investigação	63
2.11	Dificuldades de Investigação	65
III	Filhos do Estado: Vivências, Representações e Aspirações Sociais.....	67
IV	Conclusões	113
	Referências Bibliográficas	121
	Webgrafia	131
	Anexos	133
	Anexos – Volume de Papel.....	133
	Anexo 1 – Guião da entrevista semi-estruturada às crianças e adolescentes beneficiários do RSI	135
	Anexo 2 – Guião da Entrevista da qualidade de vida	137
	Anexo 3 – Diários	139
	Anexo 4 – Autorização da realização do estudo por parte da Associação de Fomento Amarense.....	149
	Anexo 5 – Consentimento informado dos pais	151
	Anexo 6 – Consentimento informado das crianças	153
	Anexo 7– Consentimento informado dos adolescentes.....	155
	Anexo 8 – Carta de contacto às famílias beneficiárias do RMG.....	157
	Anexo 9 – Consentimento informado dos jovens adultos.....	159
	Anexo 10 – Declaração de compromisso no estudo com crianças e adolescentes.....	161
	Anexo 11 – Declaração do Compromisso no estudo com jovens adultos.....	163
	Anexos - Volume CDROM	
	Anexo 1 – Transcrição das entrevistas às crianças e adolescentes beneficiárias do RSI	
	Anexo 2 – Transcrição das entrevistas aos jovens adultos beneficiários do RMG	
	Anexo 3 – Digitalização de um diário preenchido	

Índice de figuras

Figura 1 – Mapa do Concelho de Amares	42
Figura 2 – Diário do D.D (14 anos): um dia de semana.....	74
Figura 3 – Diário do A.M (14 anos): um dia de fim-de-semana	75

Índice de gráficos

Gráfico 1 – crianças/adolescentes por idade.....	67
Gráfico 2 – crianças/adolescentes por ano de escolaridade.....	68
Gráfico 3 – Aproveitamento Escolar: Alunos com história de retenções.....	69
Gráfico 4 – Aproveitamento Escolar: Número de Retenções.....	69
Gráfico 5 – Tipologia de Famílias.....	70
Gráfico 6 – Profissão dos pais.....	70
Gráfico 7 – Tipo de Suporte Familiar.....	76
Gráfico 8 – Percepção da Vida Familiar: Situação face ao Emprego dos Pais.....	77
Gráfico 9 – Percepção da Vida Familiar: Ambiente Familiar.....	78
Gráfico 10 – Percepção da Vida Familiar: Situação Económica.....	79
Gráfico 11 – Laços sociais inclusivos: Associações Desportivas e Culturais.....	80
Gráfico 12 – Laços sociais inclusivos: Religião.....	80
Gráfico 13 – Aproveitamento Escolar: Apoios.....	83
Gráfico 14 – Valorização da Escola.....	84
Gráfico 15 – Importância da escola: presente e futuro.....	85
Gráfico 16 – Expectativas face ao futuro.....	87
Gráfico 17 – Expectativas Escolares.....	88
Gráfico 18 – Objectivos de Futuro.....	90
Gráfico 19 – Aspirações profissionais.....	90
Gráfico 20 – Género.....	92
Gráfico 21 – Nível de escolaridade.....	93
Gráfico 22 – Retenções.....	94
Gráfico 23 – N° de retenções.....	95
Gráfico 24 – Tipologia familiar.....	95
Gráfico 25 – Situação face ao emprego.....	96
Gráfico 26 – Profissões exercidas pelos jovens adultos.....	97
Gráfico 27 – Condições laborais.....	97
Gráfico 28 – Duração do desemprego.....	98
Gráfico 29 – Motivos do desemprego.....	98
Gráfico 30 – Percepção da vida familiar.....	100
Gráfico 31 – Tipos de problemas.....	101
Gráfico 32 – Satisfação com a vida familiar.....	102
Gráfico 33 – Laços sociais inclusivos.....	103
Gráfico 34 – Satisfação com a vida profissional.....	103
Gráfico 35 – Satisfação face ao emprego.....	104
Gráfico 36 – Satisfação com a vida financeira.....	105
Gráfico 37 – Pedidos de subsidios sociais.....	106
Gráfico 38 – Percepção do sucesso académico.....	107
Gráfico 39 – Tipos de apoio escolar.....	107
Gráfico 40 – Importância da escola.....	108
Gráfico 41 – Sentimentos face ao futuro.....	110
Gráfico 42 – Objectivos de futuro.....	111

Índice de tabelas

Tabela 1 – Dados do RSI a nível nacional.....	11
Tabela 2 – Dados do RSI no distrito de Braga	11
Tabela 3 – Beneficiários RSI e o seu peso face à população residente no distrito de Braga ..	11
Tabela 4 – Área, perímetro, extensão e altimétrica	42
Tabela 5 – Indicadores demográficos	43
Tabela 6 – Desemprego no Concelho de Amares: por género, tempo de inscrição e situação face ao emprego.....	45
Tabela 7 – Desemprego no Concelho de Amares: Idade.....	45
Tabela 8 – Desemprego no concelho de Amares: por níveis de escolaridade.....	45
Tabela 9 – Instituições e valências	46
Tabela 10 – Beneficiários do RSI em Novembro de 2011, por freguesia, sexo e idade	48
Tabela 11 – Famílias beneficiárias do RSI no Concelho de Amares	55
Tabela 12 – Famílias beneficiárias do RMG entre os anos 1997 a 2000	56
Tabela 13 – Amostra do 2º Estudo: crianças e adolescentes beneficiários do RSI	57
Tabela 14 – Amostra do 3º Estudo: jovens adultos (beneficiários do RMG entre 1997 a 2000)	57
Tabela 15 – Análise de conteúdo para o estudo com crianças e adolescentes beneficiários do RSI.....	61
Tabela 16 – Análise de conteúdo para o estudo com os jovens adultos	62
Tabela 17 – Quotidianos das crianças e adolescentes beneficiários do RSI.....	72
Tabela 18 – Retrato robot do quotidiano das crianças e adolescentes: um dia de semana.....	73
Tabela 19 – Retrato robot do quotidiano das crianças e adolescentes: um dia de fim de semana	74
Tabela 20 – Percurso de vida dos jovens adultos	99

Abreviaturas

AFA – Associação de Fomento Amarense

ATAHCA – Associação para o Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave

CEF – Curso Educação e Formação

CNRSI – Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

EB – Escola Básica

EFA – Curso de Educação e Formação de Adultos

GMI – Guaranteed Minimum Income

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

JI – Jardim de Infância

NLI – Núcleo local de Inserção

NSE – Nível Socioeconómico

RMG – Rendimento Mínimo Garantido

RMI – Rendimento Mínimo de Inserção

RSI – Rendimento Social de Inserção

SII – Social Integration Income

TFM – Tipologia Familiar Monoparental

TFN – Tipologia Familiar Nuclear

Introdução

Os debates acerca do Rendimento Social de Inserção vêm sempre muito aliados aos números, resultados, efeitos e ou (in)capacidades de inserir os adultos e de alcançar os verdadeiros propósitos da medida: inserir social e profissionalmente os beneficiários. As crianças são parte dos estudos efectuados mas tratadas como entidades invisibilizadas (Diogo, 2003). O objectivo proposto neste estudo encontra-se inserido nas preocupações da investigadora, como técnica de intervenção psicossocial com famílias beneficiárias do rendimento social de inserção. Assim, procuramos compreender as implicações, de infâncias marcadas por contextos de pobreza e desorganização familiar, na construção da identidade pessoal e social, de crianças e adolescentes, pertencentes a agregados beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI). Consideramos que este estudo possa ser um contributo para promover a reflexão e a compreensão sobre a influência explícita e implícita que o contexto familiar tem na construção do projecto de vida dos adolescentes e dos jovens, no seu desenvolvimento vocacional e pessoal, para que, conhecendo, se possa intervir de forma intencional e sistemática.

Procuramos obter o ponto de vista das próprias crianças e adolescentes, pois alguns trabalhos recentes sobre a vida quotidiana das crianças e as culturas infantis, assim como, a emergência de uma sociologia da infância (cf. Sarmiento, 2002), mostram que as crianças sabem exprimir-se sobre as suas próprias realidades e que os seus relatos completam e aperfeiçoam o que já sabemos sobre estes agrupamentos familiares.

As famílias beneficiárias de RSI apresentam frequentemente situações de escassez de rendimentos associadas à exclusão social e à desorganização familiar, onde a pobreza surge como cenário predominante, que, nos casos das crianças, devido à sua vulnerabilidade física, emocional e à sua dependência dos adultos (Sarmiento *et al.*, 2006:2), torna-se um fenómeno mais preocupante e urgente de compreender e de intervir.

Para elaborar este estudo optamos por uma abordagem metodológica mista (*mixed design*), onde utilizamos, numa primeira fase, um estudo preliminar que consistiu num levantamento estatístico de caracterização do contexto social das famílias beneficiárias do RSI/RMG; seguiu-se um estudo de caso junto das crianças e adolescentes beneficiários do RSI, e numa terceira fase, um estudo longitudinal retrospectivo, junto de jovens adultos que em 1997 a 2000 pertenceram a famílias beneficiárias do RMG.

Neste sentido, a investigadora visa ampliar o conhecimento já existente acerca da intervenção junto das famílias beneficiárias de RSI, fornecendo bases para compreender de uma forma mais efectiva os padrões de perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão intergeracional e favorecendo as formas de intervenção psicossocial junto das crianças nestes contextos familiares.

Dada a complexidade do objecto de análise, desenhamos um itinerário de investigação assente num conjunto de orientações teóricas e metodológicas estruturadas, por forma, a favorecer a concretização do estudo. Sendo assim, numa primeira fase efectuamos uma abordagem conceptual e revisão da investigação sobre o problema em análise. Nesta fase procuramos debater sobre as políticas sociais e desafios do Estado, sobre o conceito de famílias beneficiárias do RSI, sobre infâncias marcadas pela pobreza, sobre a construção da identidade pessoal e social e desenvolvimento das expectativas escolares e profissionais. Seguidamente, apresentamos os objectivos e o contexto de investigação, os métodos e técnicas de avaliação e as hipóteses de investigação. Vamos ainda dar a conhecer o plano e a caracterização da amostra, os procedimentos e questões éticas de investigação, assim como, as dificuldades deparadas no decorrer do processo de investigação.

Posteriormente, apresentamos os resultados obtidos. Nesta fase, caracterizamos e damos voz às crianças e adolescentes beneficiários do RSI e, ainda, partilhamos os discursos dos jovens adultos que cresceram em agregados familiares beneficiários do RMG. Sendo assim, debruçar-nos-emos sobre “quem são os filhos do Estado”, procurando caracterizar as crianças e adolescentes beneficiárias do RSI ao nível da idade, género, grau de escolaridade, caracterização dos agregados familiares e, ainda, tempo de benefício da medida do RSI. Descrevemos como gerem o seu dia-a-dia as crianças e adolescentes beneficiárias do RSI. Outro ponto importante na investigação relaciona-se com “o que é que eles nos dizem”; sendo assim, a partir dos discursos das crianças e adolescentes, descrevemos as percepções que estes têm acerca da vida familiar, relações sociais, percepção do contexto escolar, auto-conceito e expectativas/objectivos de futuro. Num outro ponto, apresentamos os jovens adultos, beneficiários do RMG entre 1997 a 2000, dando a conhecer estes jovens em termos de idade, género, escolaridade, situação familiar e situação profissional. Através dos seus discursos, daremos a conhecer a percepção que têm acerca da sua família de origem e actual; relações sociais; satisfação com a vida profissional, financeira e eventual necessidade de recorrer a apoios sociais e, ainda, qual a percepção que têm do seu desenvolvimento escolar. Procuramos ainda dar a conhecer a percepção da importância do benefício do RMG na sua

vida familiar e, por último, evidenciar as expectativas e ambições de futuro que apresentam estes jovens adultos. Por último, apresentamos as principais conclusões do nosso estudo e o contributo que o mesmo poderá ter na intervenção com famílias beneficiárias do RSI.

I Abordagem Conceptual e Revisão da Investigação sobre Pobreza Infantil

1.1 Políticas Sociais: Desafios do Estado - Providência

As políticas sociais emergem da necessidade do Estado promover o bem-estar e a protecção social dos cidadãos, que se consubstanciam em iniciativas de prevenção de risco social e acções em prol da resolução de problemas sociais já existentes (Sousa *et al.*, 2007a: 87). As políticas sociais que se destinam especificamente para a população mais pobre são executadas pelo sector da acção social, e têm como objectivos cobrir um vasto domínio de problemas e proporcionar aos beneficiários um padrão mínimo de bem-estar (Sousa *et al.*, 2007a: 88).

No movimento de reforma de Estado-Providência, uma das principais alterações tem sido a reformulação dos direitos sociais, que ocorre pela introdução dos *Direitos de Integração* (Rosanvallon 1997:139 citado por Moreira, 2000:7). Surge deste modo, uma renovada concepção dos direitos sociais, com assento no que Rosanvallon intitula de *Estado – Providência Activo* e que se expande em torno do direito de inserção (Moreira, 2000:8). Assim, tal como refere Rodrigues (2010:87):

“O sistema de protecção social e o Estado-Providência podem ser considerados como um património muito próprio da Europa Ocidental, tal como o confirma o Tratado de Maastricht, que aponta, em matéria social, a inserção dos excluídos como uma efectiva prioridade”.

Na década de 80 e 90 emergiu uma crise em todos os países da União Europeia, crise não apenas financeira mas uma “crise da própria legitimidade do contrato social entre o Estado e a sociedade” (Rodrigues, 2010:83), apesar da especificidade do sistema de protecção social de cada país.

Posto isto, esta política baseada na diminuição da protecção social, significou que nas últimas duas décadas Portugal se tornasse

“um contexto socioeconómico caracterizado entre outras coisas, pela fragilização dos vínculos laborais, o que fez emergir “*novos riscos*” (Ulrich Beck), um contrato social reconfigurado (Pierre Rosanvallon) e a emergência de “*novas inseguranças sociais*” (Robert Castel) e novas formas de “*desqualificação social*” (Serge Paugam). Face a essa nova “*era de incerteza*” (J.K.Galbraith) inauguram-se novas relações com o mercado de trabalho, ora mais precárias, ora mais sazonais, ora mais mal-pagas e empobrecidas. Desta forma, é o desemprego, a redução salarial (directa ou indirecta) ou a precarização laboral que caracteriza mais fortemente a reestruturação do mercado de trabalho actual. Além disso, percebe-se uma

relação mais intensa e marcada com a assistência e com os apoios sociais, por sua vez cada vez mais escassos, com todas as consequências daí resultantes, mesmo as mais perversas, como o estigma, a desvalorização identitária, a incapacidade de resposta aos novos riscos sociais, mas também e cada vez mais aos velhos riscos sociais” (Rodrigues, 2011:1).

Percebe-se, neste contexto, o facto de o Estado-Providência viver cada vez mais contradições e problemas. O decréscimo económico, as alterações no mercado de trabalho e o declínio demográfico, assim como os efeitos da integração europeia, são argumentos que justificam a necessidade das políticas sociais se ajustarem aos novos reptos e contextos (Rodrigues, 2010:272).

Deparamo-nos, assim, com uma Europa a desenvolver-se através de duas lentes, pelo modo dualista com que percebe as questões económico-financeiras e as questões sociais (Rodrigues, 2011: 1), quando na verdade o progresso económico e o progresso social são duas dimensões indissociáveis da estabilidade e da coesão europeia (Rodrigues, 2010: 88).

Na verdade, as políticas sociais apesar de variarem muito de sociedade para sociedade, tendem a não alcançar os princípios que proclamam: *a de correcção das desigualdades*.

Debater políticas sociais e protecção social deverá sempre pressupor uma discussão também acerca da inserção social, visto que a promoção desta é sempre o supremo objectivo tanto das políticas sociais como da protecção social. As políticas de combate à pobreza e exclusão devem partilhar a noção de integração social, entendida como o processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para a participação social e cidadania (Rodrigues, 1999:79). Segundo Capucha (1998, citado por Rodrigues, 1999:79) a inserção social conduzirá a “ um duplo movimento que leva por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos da cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio”.

Assim, perante estes pressupostos, vários autores (e.g. Sousa *et al.*, 2007a; Rodrigues, 2010) referem a necessidade do Estado-Providência construir uma articulação e complementaridade entre o nível formal (Estado-Providência e os serviços públicos) e o nível informal (sociedade civil), para assim edificar uma verdadeira cooperação e compromisso social, ou seja, um novo *contrato social*. Torna-se necessário proclamar uma nova economia social, «uma economia solidária», que se consolide no funcionamento das empresas de inserção, no desenvolvimento local, na responsabilidade social das empresas e na função

imprescindível do terceiro sector, que dê lugar a uma verdadeira “articulação interdependente com a economia e com os seus (dis)funcionamentos” (Rodrigues, 2010:273).

1.1.1 As Políticas do Rendimento Social de Inserção

“ Constitui um mecanismo de combate à pobreza, tendo como principal objectivo assegurar aos cidadãos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e paralelamente, favorecer a progressiva inserção social, laboral e comunitária”.

Segurança Social, 2011

Os Estados-membros da União Europeia, em 1992, no âmbito da luta contra a pobreza e exclusão social, proclamaram o direito fundamental dos indivíduos terem recursos suficientes para viver de acordo com a dignidade humana (Rodrigues, 2010:92). Assim, perante esta recomendação e com o intuito de favorecer a inserção pelo trabalho, constituíram-se várias experiências, nomeadamente, em França com o programa de Rendimento Mínimo de Inserção (RMI). Em Portugal, uma medida semelhante demorou mais 4 anos a surgir; assim o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) foi criado em 1996, pela Lei nº 19-A. Esta medida, muito semelhante à criada em França, é claramente influenciada pelo modelo *Estado-Providência Activo*. O RMG veio modificar o papel do Estado, dado que até então funcionava num modelo centralizado e burocratizado. Esta medida combinava uma estrutura descentralizada, onde se encontram as Comissões Locais, com medidas de acompanhamento que articulam o poder local e demais instituições comunitárias. Deste modo, deixa de se valorizar simplesmente o papel do Estado, enquanto promotor de solidariedade social, para se envolver e integrar as várias políticas sectoriais (saúde, educação, etc) e toda a comunidade na garantia de direito de inserção.

Demorou mais 7 anos até que o modelo anteriormente aplicado, RMG, fosse substituído, procurando assim responder a novos desafios e tarefas que uma sociedade em constantes mutações exigia. Em 21 de Maio de 2003, transposto para o normativo nacional pela Lei nº13/2003, o Rendimento Social de Inserção (RSI) surge como uma prestação do Subsistema de Solidariedade no âmbito do Sistema de Protecção Social de Cidadania, da Segurança Social Portuguesa. O princípio básico do RMG mantém-se no RSI, sendo um mecanismo de combate à pobreza possibilitando a indivíduos, e seus agregados familiares, a obtenção de apoios adaptados à sua situação, facilitando a satisfação das suas necessidades básicas e visando a inserção laboral, social e comunitária.

Um dos vértices fundamentais do processo de inserção passa pela criação de programas de inserção a ser elaborados e definidos pelos parceiros envolvidos (Estado, beneficiário e a comunidade local, através dos representantes de cada sector). Ao contrário de outros países, como a Finlândia ou o Reino Unido, em que o programa é definido pelas entidades administrativas e imposto ao beneficiário, em Portugal assumiu-se uma metodologia semelhante à adoptada pela França com o RMI, apostando na contratualização das obrigações das duas partes (Diogo, 2003).

O RSI assume-se, assim, como imprescindível, ao garantir um rendimento capaz de satisfazer as despesas com as necessidades mais básicas, permitindo a organização do quotidiano dos indivíduos e famílias de forma mais autónoma, sem o sentimento que se vive à custa da caridade dos outros. Esta medida tem vindo a permitir suprir carências que, de outra forma, alguns indivíduos e grupos seriam incapazes de colmatar, nomeadamente no que se refere aos mínimos padrões de vida, condições habitacionais, acesso aos cuidados de saúde e educação, mostrando-se como um dos mais importantes instrumentos ao serviço das comunidades. O RSI consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade, com atribuição pecuniária, de carácter transitório, variável em função do rendimento e composição dos agregados familiares dos requerentes e calculada por referência ao valor da pensão social. Os destinatários do RSI são todos aqueles indivíduos e famílias que se encontram numa situação grave de carência económica. Para serem titulares de direito ao RSI, os indivíduos têm que ter idade igual ou superior a 18 anos, ou inferior se tiverem menores na sua dependência ou no caso de mulheres grávidas.

A prestação mensal do rendimento social de inserção resulta do montante indexado ao valor legalmente fixado para a pensão social do regime não contributivo de segurança social e calculado por referência à composição de agregado familiar e seus rendimentos. Com a entrada em vigor do Decreto-lei 70/2010, de 16 de Junho, ocorreram algumas alterações na forma como é utilizando o indexante da pensão social: a redução do valor a atribuir ao segundo indivíduo maior (que pode ser a pessoa com quem o titular está casado ou vive em união de facto) e a quem passa a ser atribuída a percentagem de 70% do valor da pensão social (€ 132,66), em vez de €189,52 (100% da pensão social); a todos os menores passa a ser atribuída a percentagem de 50% do valor da pensão social (€ 94,76), incluindo a partir do terceiro filho; deixam de existir as percentagens distintas a partir do segundo maior e do terceiro menor; deixam de existir os apoios para compensar despesas de habitação, a majoração por maternidade e primeiro ano de vida, os apoios especiais nos casos de pessoas

portadoras de deficiência física ou mental profunda, doença crónica, grande dependência, bem como os apoios complementares no âmbito dos acordos de inserção.

Apenas têm acesso ao RSI os agregados familiares cujo valor total do património mobiliário (depósitos bancários, acções, certificados de aforro ou outros activos financeiros) de todos os elementos do agregado, seja inferior a 100.612,80€ no ano de 2010 (240 vezes o valor do indexante de Apoios Sociais).

Todos os beneficiários de RSI comprometem-se a cumprir um programa de Inserção¹, elaborado pelo Núcleo Local de Inserção (NLI) e pelo titular do direito ao rendimento social de inserção e, se possível, pelos restantes membros do agregado familiar. Os NLI são os órgãos locais a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do RSI. Esta será, talvez, uma das maiores originalidades e virtualidades introduzidas pelo RMG e depois melhoradas pelo RSI, a emergência de uma responsabilização colectiva face aos fenómenos de exclusão, que não podem apenas ser da responsabilidade da Segurança Social (Guerra, 1997:162). Neste sentido, está cometida a estes Núcleos a responsabilidade da elaboração e aprovação dos programas de inserção, a organização dos meios inerentes à sua prossecução e, ainda, o acompanhamento e avaliação da respectiva execução.

A constituição dos NLI integra a representação de organismos públicos com base concelhia, responsáveis na respectiva actuação, pelos sectores da segurança social, do emprego e formação profissional, da educação, da saúde e da autarquia local.

Enquanto o Estado se compromete em apoiar as situações de ruptura de rendimentos, os beneficiários terão, em contrapartida, de apresentar um esforço pessoal e familiar de re-inserção social e/ou profissional. Este empenho dos beneficiários é documentado através do programa de Inserção, “onde os beneficiários devem desenvolver acções que os levem à autonomização, isto é, à sua saída da condição de pobres e de excluídos” (Diogo, 2004:1) que pode compreender várias acções, nomeadamente:

- Aceitação de trabalho ou de formação profissional;
- Frequência de sistema educativo ou de aprendizagem;

¹ O Programa de Inserção contempla:

- O tipo de acções a desenvolver;
- As entidades responsáveis;
- Os apoios a concederem aos destinatários;
- As obrigações assumidas pelo titular e, se for caso disso, pelos restantes membros do agregado familiar.

- Participação em programas de ocupação ou outros de carácter temporário que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou satisfaçam necessidades sociais, comunitárias ou ambientais e que normalmente não seriam desenvolvidas no âmbito do trabalho organizado;
- Cumprimento de acções de orientação vocacional e de formação profissional;
- Cumprimento de acções de reabilitação profissional;
- Cumprimento de acções de prevenção, tratamento e reabilitação na área da toxicodependência;
- Desenvolvimento de actividades no âmbito das Instituições de Solidariedade Social;
- Utilização de equipamento de apoio social;
- Apoio domiciliário;
- Incentivos à criação de actividades por conta própria ou à criação do próprio emprego;
- Criação de condições favoráveis a um maior envolvimento dos pais/encarregados de educação;
- Acompanhamento na saúde das crianças, nomeadamente no que se refere à vacinação;
- Melhoria nas condições de habitabilidade; e
- Gestão do orçamento doméstico.

O não cumprimento do programa de inserção leva a que o titular seja sancionado com a cessação da prestação e não lhe ser reconhecido o direito ao rendimento social de inserção pelo período de 2 anos.

Consideramos importante dar a conhecer alguns dados sobre o RSI, quer em termos nacionais como do distrito de Braga. Assim, a nível nacional e reportando-nos a dados de Agosto de 2011, percebemos que 137.542 famílias requereram o RSI e foi-lhes deferido o pedido de apoio. Este número de famílias perfaz um total de 369.361 beneficiários abrangidas por esta medida. Através da tabela 1, identificamos o valor médio da prestação por agregado familiar e o valor por beneficiário.

Dados do RSI a nível nacional

Agosto de 2011

Nº de Famílias com o requerimento deferido (dados mensais)	137.542
Nº de Beneficiários com o requerimento deferido (dados mensais)	369.361
Valor Médio da Prestação por agregado familiar (dados mensais) Unid: €	241,931
Valor Médio da Prestação por Beneficiário (dados mensais) Unid: €	89,20

Tabela 1 – Dados do RSI a nível nacional

Fonte: SESS-WEB, situação da base de dados operacional a 2 de Setembro de 2011

No distrito de Braga, no 1º semestre de 2011, foram deferidos 6976 processos para benefício do RSI. Através do valor médio de prestação por agregado familiar e beneficiário percebemos, comparativamente aos dados a nível nacional, que os números são inferiores, apesar de pouco significativo.

Dados do RSI no Distrito de Braga

1º Semestre/2011

Nº de processos deferidos	6976
Valor médio da prestação paga RSI por agregado familiar (dados mensais) Unid: €	232
Valor médio da prestação paga RSI por beneficiário (dados mensais) Unid: €	85

Tabela 2 – Dados do RSI no distrito de Braga

Fonte: CNRSI, Relatório de Execução do RSI, 1º Semestre 2011

No distrito de Braga, no 1º semestre de 2011, verifica-se que existiam 19.002 beneficiários do RSI, o que representa 5.1% da população do distrito. Foi ainda possível constatar o aumento do peso dos beneficiários do RSI face à população residente do distrito de Braga, e que entre 2008 e 2011 existiu um aumento muito significativo, de 2.3% para 5.1%.

Beneficiários do RSI e o seu peso face à população residente no Distrito de Braga

Nº de Beneficiários	%	% face à população residente (2008)
19.002	5.1%	2.3%

Tabela 3 – Beneficiários RSI e o seu peso face à população residente no distrito de Braga

Fonte: CNRSI, Relatório de Execução do RSI, 1º Semestre 2011

1.1.2 Rendimento Social de Inserção: Avaliação dos Impactos

“Uma das medidas mais importantes do sistema de segurança social português terá sido a instituição do rendimento mínimo garantido. Numa época em que se assiste à vulnerabilização de vastas camadas de pessoas, por acção do desemprego estrutural e da inactividade, que actuam cumulativamente com uma multiplicidade de factores de vulnerabilização, torna-se fundamental criar respostas para estas populações, que tendem a sentir-se desvinculadas dos lugares e das comunidades onde podem ser socialmente úteis”.

Eduardo Vítor Rodrigues, *Escassos Caminhos*, 2010

Vários autores (e.g., Moreira, 2000:7-8; Diogo, 2003) referem a debilidade do RMG em alcançar um dos principais ícones da medida, a inserção profissional, nomeadamente, pelo baixo número de empregos criados, a precariedade característica dos empregos criados, a estabilização de um estatuto de inserção que se pretendia transitório e a estruturação de zonas mais precárias e marginais do mercado de trabalho. Os mesmos autores (Moreira, 2000:13; Diogo, 2003), socorrem-se da analogia que Robert Castel fez com a figura mitológica de Sisífo (*Mito de Sisífo*) que foi condenado pelos Deuses a transportar um rochedo da base de uma montanha até ao seu cume e, sempre que estava quase atingir o cume, o rochedo rolava para a base, associado à experiência do RMI em França. Assim, o beneficiário seria aquele como Sisífo, que apesar de ter percorrido toda as etapas para alcançar um emprego estável, nunca consegue atingir o seu objectivo (Moreira, 2000:14).

Constatámos nos trabalhos de Diogo, 2003 e Diogo, 2004, realizados nas Regiões Autónomas dos Açores, que os beneficiários do RMG entrevistados desconheciam o que era o programa de inserção, apesar da maioria ter assinado os acordos que oficializam os programas referidos. Isto, segundo Fernando Diogo (2004:11), deve-se não só há “presença de uma ruptura ao nível da linguagem e da sua utilização para a classificação e definição dos indivíduos”, mas, sobretudo, à “definição dos beneficiários, ser distinta entre o *beneficiário ideal* (que a lei pressupõe) e as definições que os indivíduos dão de si próprios”. Pois não se encontram percepções da identidade destes beneficiários através de “ideias de pobreza e de exclusão social e de necessidade de inserção que a categorização como beneficiário pressupõe” (Diogo, 2004:12).

Num estudo, feito pela Segurança Social, com famílias monoparentais femininas, atribuíram-se três possíveis causas para o aparente desconhecimento do acordo de inserção: a primeira prende-se com a representação das necessidades e problemas ser divergente entre as equipas técnicas e beneficiárias; em segundo lugar, as preocupações com a inserção não são prioritárias ou nem são contempladas; por último, e na prossecução da primeira explicação, os acordos de inserção não terem em atenção uma questão da identidade social destas mulheres e a consideração que têm de si próprias. Esta última explicação pode, por um lado, dever-se ao

programa de inserção poder pôr em causa esta luta permanente de procura de um lugar e de uma identificação social satisfatória de si, e por outro, ao assumir o acordo de inserção, implica a admissão da incapacidade destas pessoas gerirem a sua própria vida (Ministério da Segurança Social e do Trabalho: 2009:108-109).

Segundo Rodrigues (2009: 39-62), a crítica clássica apontada aos programas do tipo RSI, por parte de economistas, relaciona-se com o possível desincentivo que estes representam à integração no mercado de trabalho, perpetuando assim a atribuição de uma prestação monetária não proporcionando aos beneficiários condições de real integração. Ora, no caso do RSI, esta crítica assume um papel relativamente marginal, visto o RSI ter uma dupla vertente. Por um lado, a ajuda monetária de apoio directo à família é reduzida face ao salário mínimo nacional (valor de referência do RSI em 2011 - 189.52€) representando cerca de 39% do salário mínimo nacional e, por outro, o próprio programa incorpora em si medidas que visam minimizar este potencial efeito perverso (Rodrigues, 2009:43).

Um dos aspectos mais interessantes do RSI relaciona-se com o facto de serem as famílias com crianças os agregados com maior incidência no programa (Rodrigues, 2009:47). Assim, tal como vários autores referiram (e.g., Diogo, 2003; Gonçalves e Palma: 2009), o RSI assume-se como uma medida de combate à vulnerabilidade económica das crianças e dos jovens (Rodrigues, 2009:47). Muitas são as vozes contra esta medida social, que exclamam “os programas de inserção deviam colocar as pessoas a trabalhar” (Rodrigues, 2009:48), no entanto, segundo os dados de 2006 de Rodrigues (2009:48), uma análise mais detalhada do perfil dos beneficiários permite constatar que 41% são crianças e jovens dependentes e 5% são idosos, logo não estão inseridos no mercado de trabalho. Um outro dado curioso relaciona-se com o facto de 31% dos beneficiários com idades compreendidas entre os 17 e os 64 anos terem rendimentos de trabalho, facto que vem corroborar Rodrigues (2011). Este autor defende que o emprego por si só pode não garantir a fuga à pobreza, pois actualmente os condicionalismos da sociedade, aliado a salários baixos e agregados familiares numerosos, podem configurar a necessidade de recorrer a medidas de apoios sociais. Por outro lado, habitualmente classes que pareciam não necessitar do recurso a medidas do tipo RSI parecem mais susceptíveis a recorrer à medida.

O estudo de Rodrigues (2009:49) evidencia que o “RSI não foi concebido como um programa de redução da taxa da pobreza”. Segundo o mesmo autor, isso é perceptível através do confronto entre o valor da linha da pobreza com o valor de referência do RSI, “ninguém deixaria de ser pobre pelo simples facto de receber o RSI” (Rodrigues, 2009:49). Assim, os

objectivos do RSI é reduzir a intensidade da pobreza através do apoio aos mais pobres entre os mais pobres, em suma, como um programa destinado a combater a pobreza extrema. Segundo o autor, podemos sintetizar os resultados do estudo, referindo que é o grupo das crianças que mais beneficia do RSI; a redução da intensidade da pobreza é superior a 40%; cerca de 97% do rendimento das transferências do RSI contribui efectivamente para a redução do défice de recursos da população pobre (Rodrigues, 2009:52).

Eduardo Rodrigues (2010:151) refere que o RSI tornou-se uma das mais efectivas medidas de combate ao abandono escolar, dado que as acções que compõem o programa de inserção não se dirigem apenas ao titular mas, simultaneamente, a todo o agregado familiar. Deste modo, o RSI tem permitido inverter a reprodução do *habitus* de uma classe, facto que funciona como facilitador da mudança e permite quebrar com o ciclo de pobreza e analfabetismo (Rodrigues, 2010:151). Nesse mesmo estudo foi possível diferenciar três tipos de beneficiários: *acomodados*, *bloqueados* e *incomodados*. Os beneficiários *acomodados*, caracterizam-se por dois subtipos: acomodados por opção, fruto da desmotivação e ausência de projecto de vida; acomodados por omissão, todos os beneficiários que recebem de forma passiva a prestação e que não perspectivam um programa de inserção ou alteração na sua condição de vida (importa salvaguardar que esta condição resulta de fragilização de histórias de vida, que originam a perpetuação da prestação). A tipologia, *beneficiários bloqueados*, caracteriza todos os beneficiários que apesar de perspectivarem uma efectiva inserção social, estão impedidos de tal, devido a circunstancialismos familiares, nomeadamente, dependência de um familiar. Por último, surge a tipologia de *beneficiários incomodados*, que caracteriza todos os beneficiários que recebem transitoriamente a prestação e que carregam o estigma e a vergonha social da condição de beneficiário e, como tal, encontram-se muito motivados para oportunidades de inserção socioprofissional (Rodrigues, 2010: 243-244).

De uma análise mais quantitativa da medida RSI, podemos verificar o aumento do número de beneficiários nos últimos anos, facto que se deve às mudanças económicas e sociais ocorridas em Portugal. O impacto adverso da redução do rendimento disponível das famílias, da precariedade laboral e dos problemas sociais atinge essencialmente grupos mais vulneráveis. Outro dado importante refere-se ao aumento do número de beneficiários jovens, facto em parte relacionado com as dificuldades de inserção profissional, sobretudo nos jovens com baixa escolaridade e do género feminino (Rodrigues, 2010:255).

1.1.3 O papel da categoria “beneficiário do rendimento social de inserção”

Segundo F. Diogo (2003:51), o papel da categoria “beneficiário do RMG” pode ser definido a partir de duas concepções: de *assistido* (Paugam e Ogien, 1983) e de *categoria oficial* (Demazière e Dubet, 1997).

Serge Paugam (1983 citado por Diogo, 2003:51) demonstrou o papel da Segurança Social na estigmatização da população *assistida*. No entanto, importa, segundo o autor, reconhecer o papel que a pessoa ou a família em causa tem na construção da sua própria estigmatização, “ pois têm uma margem de manobra que lhes permitem negociar a aceitação deste estatuto em troca dos subsídios sociais”, uma vez que este estatuto é construído tendo em conta os relacionamentos sociais entre os indivíduos e os serviços da acção social (Diogo, 2003:53). O papel do Estado neste processo de etiquetagem social torna-se insólito dado que a criação política estatal do RSI visa, precisamente, combater a pobreza e exclusão social (Diogo, 2003:55).

Demazière e Dubet, introduzem a noção de *categoria oficial*, para classificar os beneficiários do RSI, a fim de “sistematizar a importância que as definições produzidas no seio do Estado têm na produção identitária dos indivíduos (Diogo, 2003:55).

Em comum às duas abordagens, constatamos que o conceito de beneficiário de RSI, é um princípio identitário utilizado pelos próprios indivíduos, no processo de identificação de si e dos outros, em consequência da acção do Estado (Diogo, 2003:56).

Os princípios classificadores de *pobre* e *beneficiário do RSI* são, pois, rótulos que as instituições e indivíduos utilizam e que contagiam a forma como os próprios indivíduos (beneficiários) constroem a sua identidade (Diogo, 2003:51). Conclui-se assim que ser “beneficiário do RMG” não é pois uma etiqueta vaga e sem consequências; na verdade, esta etiquetagem provoca importantes efeitos sociais, e os beneficiários sabem-no e mostram-no na forma como falam de “de si, dos outros e do RMG” (Diogo, 2003:51).

Os resultados dos estudos de Diogo (2004), já expostos, evidenciam a flagrante distância entre a definição do programa de inserção proposta pelo Estado e a visão que têm os beneficiários entrevistados. Esta constatação pode explicar-se através do argumento de que a construção “da definição de si pelos outros como estando a necessitar de inserção é algo tão alienígena às suas preocupações, necessidades e definição que fazem de si próprios”. (Diogo, 2004:12). Deste modo, se percebe que a definição que surge de *beneficiário ideal* (contemplada pelo Estado), caracteriza-se por pessoas pobres, excluídos e dependentes, o que representa uma identidade para os outros negativa e aceitá-la como identidade para si, seria

admitir “a incapacidade de gestão da sua própria vida e a menorização de si face a si e aos outros” (Diogo, 2004:12). Assim o programa de inserção poderá estar a ser encarado, não para quem precisa de ajuda económica, “mas de quem precisa de deixar de ser pobre” (Diogo, 2004:12). O autor conclui que “ao discriminar-se positivamente os indivíduos no sentido de reduzir a sua *desinserção* está-se a contribuir para a sua estigmatização” e, do ponto de vista sociológico, parecer estarmos perante “um processo de construção identitária que põe a nu a capacidade de resistência dos indivíduos face a imposições identitárias mesmo as mais fortes” (Diogo, 2004:12-13).

Segundo Rodrigues (2010:115), “se o critério de «assistência» uniformiza os beneficiários do RMG e demonstra a transversalidade de categorias que atravessa, bem como a sua multidimensionalidade analítica, o carácter relacional e multidimensional dos imobilismos sociais fornece-lhes capacidade explicativa”. Segundo o mesmo autor, os processos de imobilização social são o resultado das várias dimensões de vida de um indivíduo que se encontra fragilizado na relação social, devido à escassez de recursos e à impossibilidade de efectivos processos de mobilidade social ascendente. O que leva, conseqüentemente, a um processo de fragilização simbólica e enfraquecimento da auto-estima dos sujeitos, assim como um sistema de etiquetagem que os acompanha e que leva a mecanismos que bloqueiam as capacidades e a motivação dos indivíduos para a sua inserção social. Estas conclusões permitem argumentar com todos aqueles que procuram percepcionar a condição social de «assistido» relacionado com laxismo e acomodados, numa tendência de os culpar pela sua própria condição (Rodrigues, 2010:116-118).

Os beneficiários do RMG parecem construir *modelos específicos orientadores de vida*, pautados por percursos marcados pela dependência económica e social e onde a lógica da inserção assume um plano inferior em comparação à prestação pecuniária. Importa ainda reforçar a noção da condição de «assistido» que assume um enorme ónus no processo de construção da identidade dos beneficiários, “nos modos de vida, redes de solidariedade, mecanismos de (re)produção social, representações sociais” (Rodrigues, 2010:124). Esta condição assume um importante papel no modo como ocorre a transmissão geracional dos factores de vulnerabilidade (Rodrigues, 2010:124).

Parece ainda que *a persistência de uma desadaptação e de um conjunto de imobilismos sociais* contribui para o ingresso, manutenção e perpetuação de pobreza e de exclusão social (Rodrigues, 2010:125). No caso particular dos beneficiários do RMG, este processo de desadaptação e de imobilismo pode funcionar como um factor de vulnerabilidade

face à inserção social. Os laços sociais dos beneficiários do RMG são frágeis e pautados por *fenómenos progressivos de isolamento social e relacional*, em consequência do conjunto de imobilismos sociais e dos estigmas subjacentes a estes (Rodrigues (2010:125).

O acesso à cidadania e a participação política e associativa é dificultada aos beneficiários do RMG. Isto deve-se à estrutura social e a uma organização institucional que estigmatiza e mantém os processos de exclusão. Este pressuposto vai de encontro ao defendido por Bruto da Costa (2003:149 citado por Rodrigues, 2010:128),

“ a pobreza, quando apanha uma pessoa, vai roendo o pobre por dentro. Afecta a auto-estima, baixa o nível das aspirações, o que leva ao conformismo, reduz a capacidade de iniciativa, etc. Há quem não perceba que estas insuficiências fazem parte da própria pobreza e chega a acusar-se os pobres de preguiça, de falta de iniciativa, dando a entender que são características da personalidade, quando são consequências da própria pobreza. É como culpar alguém que tem uma infecção de ter febre”.

Ainda, segundo Rodrigues (2010:129), *as percepções objectivas e subjectivas sobre a pobreza são produtores de uma baixa auto-estima generalizada nos beneficiários do RSI, devido ao estigma associado à medida do RSI. Os beneficiários sentem-se envergonhados com a imagem social que assumem ter e sentem o estigma que resulta da percepção que os outros (a sociedade) têm de si. Pois, tal como defende Goffman, a construção da identidade é também o resultado da percepção que os outros têm de si (Rodrigues, 2010:129). Em suma, e recorrendo aos trabalhos de Bourdieu, podemos dizer que por vezes os beneficiários interiorizam “uma miséria de posição” (Rodrigues, 2010:118).*

Posto isto e, tal como conclui Rodrigues (2010:246), torna-se necessário repensar as práticas de intervenção com estes sujeitos tendo em conta a influência que estas têm na construção da sua identidade. Assim, torna-se urgente promover mecanismos de inversão das trajectórias de pobreza e dependência, através do fomento de redes de solidariedade dos indivíduos e dos grupos e da criação de representações sociais positivas e mobilizadoras de acção por parte destes beneficiários.

1.2 Famílias Beneficiárias do RSI

1.2.1 Conceito de Família

“A família é um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interacção: os contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais. É, ainda, o espaço de vivencia de relações afectivas profundas: a filiação, a fraternidade, o amor, a sexualidade... numa trama de emoções e afectos positivos e negativos que, na sua elaboração, vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família.

Mas a família é, também, um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social”.

Madalena Alarcão, (des)Equilíbrios Familiares, 2000

Presentemente existem muitas definições de *família* mas, segundo Alarcão (2000: 37), o mais importante é vê-la como um todo, como uma emergência dos seus elementos, o que faz dela *una e única*. Nesta linha de perceber a família enfatizando a dimensão holística, Andolfi citado por Alarcão (2000:38), caracteriza a família como “um sistema de interação que supera e articula dentro dela os vários componentes individuais” e adiciona o facto de a família ser “um sistema entre sistemas e que é essencial a exploração das relações interpessoais, e das normas que regulam a vida dos grupos significativos a que o indivíduo pertence, para uma compreensão do comportamento dos membros e para a formulação de intervenção eficazes”. Não obstante, importa reconhecer a existência de diversos tipos de agrupamentos familiares, o que leva à necessidade de perceber a família não de uma forma única mas como um conceito imbuído de complexidade.

Encarando a família como unidade social, esta enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo a nível dos princípios culturais mas todavia, possuem as mesmas raízes universais (Minuchin, 1990 citado por Silva, 2009:21).

Ao perceber as famílias como um grupo social cujos movimentos, de *organização-desorganização-reorganização* se mantêm em estreita relação com o seu contexto sociocultural, devemos entender que a família, no seu funcionamento, integra um conjunto de influências externas mas é também influenciada por “forças internas” possuindo uma capacidade auto-organizativa que lhe dá consistência e coerência neste processo de equilíbrios dinâmicos (Relvas, 1996:12).

A família é reconhecida pela Constituição da República Portuguesa como um elemento fundamental da sociedade, o que leva a que o Estado intervenha na criação de condições favoráveis à efectivação da realização pessoal dos seus membros (Rodrigues *et al.*, 1999:91).

Vários são os autores (e.g. Baurind, 1971; Elias, 1993; Montadon, 2005) que referem que os pais apresentam distintos estilos parentais, que normalmente se caracterizam por atitudes mais ou menos autocráticas, persuasivas ou coercitivas. Refere Cléopâtre Montandon (2005:488) que ao longo dos anos estes estilos foram revistos e aperfeiçoados mas, mesmo assim, as práticas dos pais são muito divergentes entre si e não se pode falar de apenas um modelo como o mais adequado, pois os resultados demonstram que os pais sempre recorreram e recorrem à autoridade, apesar de cada vez mais as famílias adoptarem uma autoridade, não

tradicional e estatutária, mas sim, uma autoridade negociada. Na verdade importa perceber que o tipo de práticas parentais depende de muitos factores (relação com a criança, tipo de relação dos pais, etc) que é preciso ter em conta na caracterização do estilo adoptado pela família e na relação com a criança (Montandon, 2005:488).

1.2.2 Estrutura e Funções da Família

Minuchin (1990) designa por estrutura o modelo de relações, definido na e pela família, tal como uma “rede invisível de necessidades funcionais que organiza o modo como os membros da família interagem”.

Baker (2000), Garcês e Baptista (2001), citado por Alarcão (2002), defendem várias tipologias de famílias no que concerne ao nível da estrutura, tais como:

- Famílias nucleares: compostas por marido, mulher e filhos;
- Famílias reconstituídas: são o resultado de situações de divórcio e por vezes de viuvez;
- Famílias monoparentais: onde a geração dos pais é apenas representada por um único elemento, em consequência de várias situações, nomeadamente: viuvez, divórcio, separação, abandono ou pelo facto de serem mães ou pais solteiros;
- Famílias adoptivas: que acolhem crianças e adolescentes que não têm laços de sangue com aqueles pais mas têm, no entanto, laços afectivos e legais;
- Famílias homossexuais: formadas por um casal do mesmo sexo;
- Famílias comunitárias: a unidade nuclear dilui-se nas famílias comunitárias. Nestas famílias, o papel dos pais é descentralizado, sendo as crianças da responsabilidade de todos os membros adultos;
- Famílias alargadas: que abrangem pelo menos três gerações no sentido vertical (avós, pais, tios, filhos, netos, etc.) no mesmo agregado familiar.
- Família isolada: individuo isolado, homem ou mulher que vive sozinho(a).

Alarcão (2000:202) defende que muito provavelmente, dentro de pouco tempo, estaremos perante novos desenhos familiares; dado que até a própria Organização Mundial de Saúde (1994) nos diz que “o conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adopção. Qualquer grupo cujas ligações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum, deve ser encarado como família”.

Rodrigues *et al.* (1999:90-91) destacam algumas das tendências evolutivas das estruturas familiares que têm caracterizado a sociedade portuguesa: a diminuição das famílias numerosas, a descida da dimensão média do agregado, a ligeira subida do número de “pessoas

isoladas” e de “casais sem filhos”, predomínio das famílias nucleares e decréscimo das famílias alargadas, assim como, a importância crescente de outras formas de conjugalidade, tais como a união de facto, a coabitação, a vida a dois sem coabitação e as famílias recompostas. É ainda possível observar o aumento de famílias monoparentais, o acréscimo de nascimentos fora do casamento e do número de divórcios.

A família, por mais transformações a que esteja sujeita, quer na sua constituição, estrutura e funcionamento, quer na adaptação às mudanças do tempo e do espaço e, ainda, com influências sociais, políticas, ideológicas, religiosas e culturais, assume, sobretudo dois papéis fundamentais: garantir a continuidade do ser humano, “uma vez que a família é o contexto privilegiado de transmissão de vida, cultura e desenvolvimento” (Gonçalves, 1997:57) e, decorrente da anterior, a família é o contexto primário de socialização do ser humano, “promovendo aprendizagens de relação com o mundo, num processo progressivo de individuação e socialização” (Gonçalves, 1997:57).

Num trabalho recente sobre a intervenção do Estado nas políticas públicas de família da autora Karin Wall (2011: 373-374), encontram-se os dilemas e as transformações das políticas públicas relativas à vida privada e à família na segunda metade do século XX em Portugal. Sublinha-se a desigualdade de género e um modelo único das relações familiares que caracterizaram o período do Estado Novo, em confronto, com as políticas públicas introduzidas desde o 25 de Abril de 1974, pautadas pela promoção da igualdade de género e pela diferenciação positiva do abono de família; as questões da parentalidade e do combate à violência doméstica, assim como, a conciliação entre a vida profissional e a vida privada passaram a ser contempladas. Importa ainda notar as grandes transformações que ocorreram nas últimas décadas na sociedade portuguesa sobre as novas formas de família e de casamento, sobre o divórcio e o direito à interrupção voluntária da gravidez. Posto isto, percebe-se que ao longo das últimas décadas a acção do Estado passa a enquadrar e a orientar, insistindo no seu papel subsidiário e na protecção da privacidade da família.

1.2.3 Diferenciação Familiar nas Estratégias de Socialização

Em todas as sociedades, a família é considerada como elemento central no processo de socialização da criança.

A família assume um espaço privilegiado na vida da criança, dado que o contexto familiar é percebido como o primeiro “mediador de socialização” (Silva, 2009:20). Deste modo, o desenvolvimento da criança está intimamente relacionado com as próprias características do sistema familiar, seus valores, regras, hábitos e tradições (Silva, 2009: 21).

Mas, importa reconhecer, tal como refere Montandon (2001:51-54) que grande parte dos trabalhos sociológicos sobre a infância assenta numa “abordagem renovada de socialização”, abandonando a antiga definição de socialização, como um processo unilateral, onde as crianças assumem um papel passivo e de meros receptores, para uma abordagem actual, onde as crianças assumem o papel de actores que interagem com os vários contextos, nomeadamente, a família, não apenas reagindo mas também negociando e redefinindo a realidade social.

Segundo Seabra (1999:27) de entre as múltiplas componentes do processo de socialização familiar, os valores e normas que os pais procuram transmitir, os métodos que adoptam na relação que estabelecem com os filhos e, ainda, a relação que estabelecem com a escola, assumem uma importância fulcral.

Nos anos 30, nos Estados Unidos da América, defendia-se a ideia generalizada que a classe trabalhadora tinha um comportamento demasiado permissivo e incontrolado na educação com os filhos; por sua vez, os pais da classe média eram muito restritivos e rigorosos. Mais tarde, por volta dos anos 50, os estudos de Bronfenbrenner e Kohn (citados por Seabra, 1999:28) demonstraram que os pais pertencentes à classe média tendiam a apresentar práticas educativas mais tolerantes, a ignorar mais as faltas cometidas, a recorrer mais à recompensa e a revelar o seu desapontamento, enquanto, as famílias operárias apresentavam atitudes mais autoritárias, com recurso a estratégias educativas de controlo e sobrevalorizando a obediência dos seus descendentes (Lautrey, 1984 citado por Seabra, 1999:28). Após estes trabalhos de Bronfenbrenner e Kohn, vários estudos vieram de encontro dos mesmos resultados (Lobrot, 1962; Gecas, 1979), evidenciando assim que famílias da classe média concentram-se nos *aspectos internos do comportamento*, enquanto as da classe trabalhadora, se centram na *conformidade às regras impostas exteriormente* (Gecas, 1979). Basil Bernstein (1975 citado por Seabra, 1999:29) identifica uma variável – *tipo de comunicação familiar* - e constata que esta implica práticas interaccionais pais-filhos diversificadas. Face ao exposto, o autor distingue dois tipos de família: as “posicionais” e as “orientadas para as pessoas”. Assim, enquanto as primeiras correspondem predominantemente a agregados socialmente desfavorecidos, recorrem a um *código*² restrito, isto é, rigidificação das relações, forte ligação ao contexto e às situações concretas e o domínio do “nós” sobre o “eu”. As tomadas de decisão são exercidas pelos pais, detentores da autoridade. Na segunda tipologia de família, predominantemente famílias de classes sociais mais favorecidas, o

² “código” – princípio regulador das regras de reconhecimento e de realização (Bernstein, 1975).

relacionamento e “as decisões são sobretudo modeladas pelo reconhecimento das qualidades pessoais específicas de cada um: os pais discutem com os filhos e não impõem as suas decisões de modo autoritário” (Seabra 1999: 29).

Viver num contexto de privação económica ao longo de gerações afecta a família e os seus membros num fenómeno de perpetuação dessa mesma conjuntura. As dificuldades económicas têm impacto no funcionamento social e emocional dos pais (*stress* causado pela incapacidade de adquirir bens de primeira necessidade); consequentemente, os pais ficam emocionalmente mais instáveis, lidam com o cônjuge, com os filhos e com o exterior, de forma mais irritada e devolvem menos suporte. O que, consequentemente, leva a uma desestabilização do casamento, prejudica as competências parentais e aumenta a probabilidade dos filhos desenvolverem problemas de desenvolvimento. Esta conjuntura promove que os filhos reproduzam os comportamentos dos seus pais, perpetuando-se o ciclo de pobreza (Conger *et al.*, 1992:539).

Os autores Castro e Monteiro (1996, citados por Garcia 1999:60) realizaram um estudo sobre as concepções/crenças das mães sobre a educação, desenvolvimento, natureza da infância e processo de aprendizagem das crianças, em mães com ou sem a escolaridade obrigatória. Constatando-se que as mães mais instruídas avaliam os seus filhos como “mais fáceis, mais capazes e competentes de aprender por si” (Garcia, 1999:60), enquanto as mães menos estudadas avaliam os filhos como “mais difíceis, consideram que o seu papel passa por vigiar, prevenir os impulsos, socializando-os no sentido de o ajustamento às exigências e normas sociais” (Garcia, 1999:60). A secundarização das “potencialidades auto-regulatórias” das crianças pelas mães que estudaram menos, resulta, segundo os autores, menos da sua experiência pessoal e mais das concepções que nascem em determinados contextos sociais. Mas segundo Garcia (1999: 62), esses valores, crenças e percepções não se alimentam no inócuo, mas talvez na explicação de que famílias que habitam numa terrível desorganização e pobreza dificilmente se podem apropriar de percepções e imagens de valorização das competências e sinais precoce de autonomia das crianças.

Os estudos de Bruto da Costa (1985:150-180) referem que 75% das pessoas pobres em Portugal afirmam ser oriundas de famílias que já apresentavam uma trajectória persistente de pobreza ou mesmo de exclusão. Assim, a família tem um papel fundamental na transmissibilidade das competências e gramáticas estruturadas e estruturantes de percepções e avaliações (Garcia, 2000:56).

1.2.4 As Famílias Pobres (problemas vs. competências)

O conceito de *famílias multiproblemáticas* foi desenvolvido em 1950 por investigadores e profissionais das ciências sociais. Ao longo das últimas décadas outras designações foram surgindo para classificar as famílias multiproblemáticas, como desorganizadas (Minuchin *et al.*, 1967), excluídas (Thierny, 1976), cronicamente disfuncionais (Minuchin, Colapinto e Minuchin, 1998) multi-forçadas (Madsen, 1999). Estas diferentes designações apontam para diferentes características das famílias e juntas demonstram a complexidade deste conceito (Eusébio e Sousa, 2005:354). Esta tipologia de família tem sido descrita não pela existência de apenas um problema ou sintoma, mas sim pela coexistência, em simultâneo e/ou de forma sequencial, de múltiplos problemas de gravidade elevada que afectam mais do que um elemento do agregado. No entanto, esses sintomas, apesar de múltiplos e variados, têm um papel secundário face ao sintoma familiar: tendência para o caos e desorganização (Alarcão, 2000:26).

A literatura mostra que são vários os contributos para a situação de desorganização das famílias multiproblemáticas pobres, mas os mais comuns são: hierarquia caótica, redução de regras, rupturas repetidas e reconstituições de relacionamentos e, predominantemente, padrões de comunicação verbal desadequados (Eusébio e Sousa, 2005:355). A esta tipologia de família, associa-se normalmente o conceito de pobreza e o baixo estatuto sócio-cultural, porém agregados com as características expostas podem caracterizar qualquer fragmento social, cultural e económico. Esta associação redutora deve-se ao facto das famílias multiproblemáticas pobres comporem um grupo mais visível, sobretudo perante os técnicos e a comunidade (Sousa e Ribeiro, 2005:175).

Face ao exposto, percebe-se que cada vez se fala mais de famílias *multiproblemáticas* (Cancrini, Gregorio e Noccerino, 1997; Alarcão, 2000), *multistressadas* (Madsen, 1999), *multiassistidas* (Linares, 1997; Minuchin, Colapinto e Minuchin, 1998) enfatizando os seus défices, o modo de disfuncionamento e a descrição de problemas. Tal como refere Sousa *et al.* (2007a:15) “o mundo criado para e sobre estas famílias relaciona-se só com o que está *mal, ausente, insuficiente* ou *estragado* (fragilidade, patologia e disfuncionalidade)”. Nos paradigmas centrados nos défices, estes tendem a realçar a forma como as famílias se organizam na relação com o exterior, sempre numa perspectiva negativa, salientando o défice no funcionamento. Imber-Black na década de 80 (citado por Sousa *et al.*, 2007a:18) falava do *mito ocidental da família auto-suficiente* mas ainda hoje uma família que não seja capaz de

suprir as suas necessidades emocionais, financeiras, organizativas, sociais e recreativas está *doente* (Sousa *et al.*, 2007a: 19).

Mas, segundo os mesmos autores, estas mesmas famílias (as designadas famílias multi-problemáticas, assistidas... pobres) estão, apenas “parcialmente paralisadas ou bloqueadas em padrões repetitivos de organização que não funcionam, mas que dão algum sentido de segurança porque são habituais” (Sousa *et al.*, 2007a:15). No actual momento, vive-se uma mudança de paradigma - centrado nos défices vs. centrado nas competências, onde se reconhece que estes agregados familiares têm competências.

Assim, as novas abordagens que enfocam as competências das famílias compreendem que os sistemas complexos que as caracterizam, pois só assim se perceberá que nesses sistemas “aparentemente aleatórios e complexos subjazem padrões que os organizam” (Sousa *et al.*, 2007a:15). Deste modo, cabe aos técnicos apoiar na resolução dos problemas das famílias activando os seus próprios recursos e competências.

Segundo Sousa *et al.* (2007a:13), as novas abordagens centradas nas competências, embora ganhem cada mais vez respeito e veracidade, quer do ponto de vista teórico quer do ponto de vista conceptual, ainda se encontram muito à margem da intervenção. Este afastamento da prática talvez seja pelo facto de os modelos tradicionais estarem social e culturalmente enraizados e ainda subsista a dificuldade de se valorizar aspectos positivos em famílias que vivem em cenários de elevada vulnerabilidade e complexidade, principalmente por elementos externos à família, como é o caso dos técnicos/profissionais (Sousa *et al.* 2007a:14).

Importa entender que estas famílias são organismos que vivem problemas graves de longa duração, com constantes momentos de crise, num contexto de reduzidos recursos materiais e emocionais. Mesmo assim, estas famílias “esforçam-se para resolver os problemas, mantêm fortes laços familiares e apresentam-se como resilientes, pois vão sobrevivendo em contextos que diariamente os debilitam” (Sousa *et al.*, 2007a: 47). Perante isto, “percebe-se que as famílias não são incapazes, vivem é constrangimentos, sobretudo, contextuais, que os impedem de criar uma vida diferente” (Sousa *et al.*, 2007a:47). Os padrões de vida que podem ser percebidos como disfuncionais, ou mesmo, dramáticos para os outros (exterior) tornam-se familiares para quem os vive, constituindo uma (certa) rotina que dá previsão às suas vidas e, por isso, alguma sensação de segurança e controlo, como uma emaranhada teia familiar mas que dá previsibilidade (Sousa *et al.*, 2007a:47).

1.3 Infâncias marcadas pela pobreza...

1.3.1 Conceito de Infância

Segundo Sarmiento e Pinto (1997) o conceito de *criança* tem sofrido alterações no decorrer dos tempos e ao longo da história. Deste modo, o entendimento e as representações que foram feitas acerca das crianças foram alvo de muitas mudanças. Senão vejamos, na Antiguidade o infanticídio era uma conduta aceite; na Idade Média, a criança não tinha direitos, sendo percebida como um “pequeno adulto”; no século XIX, em plena Revolução Industrial, o papel da mãe assume um maior destaque e inicia-se um caminho de consciência mais profunda da especificidade da infância e juventude. Mas só em 1959, a Organização das Nações Unidas aprova a “Declaração dos Direitos da Criança”, dando conta do que as crianças podem fazer e quais os deveres dos seus cuidadores, para que estas se tornem felizes e saudáveis (Sarmiento e Veiga, 2010:19).

Apesar dos avanços introduzidos pela Declaração dos Direitos da Criança foi apenas há duas décadas que foram reconhecidas os direitos das crianças no marco de uma perspectiva inovadora. Tratavam-se, pois, de 54 artigos aprovados em 1989 nas Nações Unidas que vieram a consolidar a Convenção dos Direitos da Criança. A Convenção, não só ratificou Declarações anteriores consagrando os direitos à provisão e à protecção das crianças contra todas as formas de discriminação, exploração e injustiça, mas, também, determinou os direitos à participação em todos os assuntos que afectam directa ou indirectamente a vida das crianças, vinculando deste modo a cidadania da infância (Fernandes, 2009: 295). Com a redacção da Convenção dos Direitos da Criança (1989) obteve-se um diferente olhar sobre a infância, onde é desafiado “o foco exclusivo na vulnerabilidade psicológica e biológica da criança, considerando que tal perspectiva não dá peso suficiente à forma como a falta de poder da criança contribui para a sua vulnerabilidade” (Van Bueren, 1998: 21 citado por Fernandes, 2002).

A criança é ainda encarada numa posição de subalternidade face ao grupo dominante, do adulto, sendo ainda escasso o reconhecimento da importância da sua participação na sociedade. A construção da infância ainda está imbuída de imagens de “incapacidade, com ausência de racionalidade completa, sujeita às normas estabelecidas, com falta de sabedoria (porque as crianças não têm suficiente experiência de vida), portanto, não sabem o que é melhor para elas (Roche, 1999, citado por Tomás e Soares, 2004: 3) e a considerar a infância como uma minoria, em certo grau alienada pelos adultos nas suas capacidades para desfrutar em pleno da cidadania social” (Tomás e Soares, 2004: 3). Levando, assim, à necessidade dos

adultos regularem e administrarem a vida das (suas) crianças, fazendo-o sempre, ou quase sempre, em nome do melhor interesse da criança.

Vários são os estudos que evidenciam a (in) visibilidade da participação das crianças e dos jovens nos seus quotidianos (Hart, 1992; Prout, 2002; Fernandes, 2009). Estes estudos sustentam ainda a seguinte conclusão/ideia: a existir participação, é para sê-lo no presente, no entanto, parece existir é uma promoção de adultos mais activos e participativos, encarando a participação das crianças, numa perspectiva futuro-orientada, o que segundo o estudo de Fernandes (2009) pode ficar a dever-se aos “discursos e práticas educativas e familiares, que continuam a sustentar um discurso de cidadania «adulto-cêntrico» (...) e a ideia que a criança deve preparar-se para a participação” (Fernandes, 2009: 301). Segundo Sarmiento (2008:9) a infância tem sido alvo de poucos estudos que procurem dar conta das ideias que as crianças elaboram acerca de si e do mundo, referindo mesmo ser gritante a ausência e silenciamento das subjectividades infantis em estudos que se referem a si.

A infância está em constante processo de mudança mas, enquanto categoria social, mantém características próprias. A este propósito, Sarmiento e Pinto (1997: 11) referem:

“ as crianças existiram sempre desde o primeiro ser humano, e a infância como construção social – a propósito da qual se construiu um conjunto de crenças e para a qual se estruturam dispositivos de socialização e controlo que a instituíram como categoria social própria – existe desde o século XVII e XVIII”.

Tal como refere Sarmiento (2005:367), fundamentando-se nos estudos de P. Ariès, a construção moderna da infância correspondeu a um trabalho de separação do mundo dos adultos e de institucionalização das crianças. Os efeitos deste processo de separação levaram a uma considerável ambivalência: surgiu por um lado medidas de protecção e defesa da criança, onde a criança assumiu um papel de destaque, tal como refere Ariès (1986) “criança-rei” na dinâmica familiar, levando ao surgimento de políticas públicas orientadas para a família; no entanto, estas medidas de protecção não atingiram todos os objectivos, nem protegerem todas as crianças, dado que muitas são vítimas de situações abusivas, de guerra, fome ou doenças, ou mesmo situações de exploração sexual ou trabalho infantil.

O conceito de “culturas da infância” tem vindo a ser constituído pela sociologia da infância como um elemento distintivo da categoria geracional. Importa referir que por esse conceito entende-se a competência das crianças construírem de forma organizada um conjunto de significados do mundo e de agir perante as situações, de forma distinta dos modos adultos de significação e acção (Sarmiento, 2002:4).

Sarmento (2002:4) conclui que a “pluralização do conceito significa que as formas e conteúdos das culturas infantis são produzidas numa relação de interdependência com culturas societais atravessadas por relações de classe, de género e de proveniência étnica, que impedem definitivamente a fixação num sistema coerente único dos modos de significação e acção infantil”. Deste modo, percebe-se que as culturas de infância carregam as influências dos tempos, evidenciam as incoerências da sociedade e das diferentes classes sociais.

1.3.2 Pobreza Infantil

O crescimento económico a nível mundial, verificado nas últimas décadas, desencadeou inúmeras mudanças em termos económicos e sociais, que poderiam levar a um verdadeiro desenvolvimento humano e, implicitamente, à redução da pobreza. Contudo isso não sucedeu (Bastos, 1999:1). Na verdade, na maioria dos países, o crescimento económico foi acompanhado do desagravamento da pobreza; no entanto, os países mais pobres mantêm grupos que sofrem mais intensamente com o problema da pobreza, designadamente, as mulheres e as crianças (Bastos, 1999:2).

Segundo dados da Comissão Europeia, existem 2.2 mil milhões de crianças no mundo, em que 86% vivem em países em desenvolvimento. Deste conjunto, um terço sofre de falta de um regime alimentar adequado e desenvolve, em níveis diferentes, um problema de má nutrição nos primeiros cinco anos de vida (Sarmento e Veiga, 2010:17).

Em 2005, Portugal apresentava um risco de pobreza das crianças que atingia os 24%, valor mais elevado do que o da população em geral (19%); estes números colocam as crianças como um grupo particularmente vulnerável à pobreza (Bastos, 2010:85).

Nos últimos tempos, tem-se vindo a assistir a um crescente interesse sobre a problemática da pobreza infantil, quer a nível dos decisores políticos como dos cientistas sociais. Consequentemente, vários ramos de investigação, como a sociologia, economia, psicologia, ciências médicas têm realizado trabalhos de carácter teórico e empírico neste domínio (Bastos, 1999: 13).

Apesar disso, os trabalhos realizados em Portugal sobre a pobreza infantil são muito poucos e os existentes continuam, na grande maioria, a manter uma abordagem que coloca a família como unidade de observação; sendo assim, a pobreza nas crianças é encarada, apenas, como “sub-produto” do problema mais geral da pobreza (Bastos, 2008: 8). Trata-se de uma leitura muito limitada, pois, por um lado, não considera a pobreza infantil *por si*, mas sim as crianças integradas na pobreza da família. Apesar de não podermos dissociar a pobreza infantil da pobreza geral, daí que, quando pensamos em pobreza nas crianças temos que

observar/atender o seu contexto (Diogo, 2009: 34), não podemos é anular o potencial analítico de investigação das especificidades da pobreza infantil (Bastos, 2008:9). É importante termos uma visão global relativamente à pobreza infantil e à exclusão social, considerando não só indicadores de pobreza em termos monetários, que no caso da pobreza infligida às crianças ainda é menos significativa, dada a sua condição “não beneficiária de rendimentos”, mas sim pensar na pobreza com uma abordagem multidimensional, incluindo o bem-estar das crianças e o respeito pelos seus direitos (Baptista, 2007:7).

A polissemia de conceitos de pobreza constitui uma grande dificuldade na quantificação deste fenómeno. Tal como diz Bastos (1999:31), “todas as medidas são, neste contexto, incompletas e passíveis de crítica”. Segundo a autora, a dificuldade em encontrar um conceito adequado de pobreza capaz de abranger a pluridimensionalidade do fenómeno constitui um entrave à determinação dos índices de pobreza. Estas dificuldades também surgem na tentativa de quantificar o fenómeno da pobreza infantil.

Apesar disso, sabemos que a pobreza infantil é um flagelo social que tem vindo a pôr em causa a noção de uma sociedade que declara o bem-estar das crianças, contrariando a pretensa igualdade de oportunidades estabelecida na Convenção sobre os Direitos da Criança, internacionalmente aceites e a vigorar desde 20 de Novembro de 1989. Os números do relatório da UNICEF (Pobreza Infantil nos países ricos, 2005) afirmam que a situação das crianças parece estar a comprometer-se ao longo da última década (Pio, 2009: 42).

Vários estudos apontam para a associação entre o crescimento na pobreza e a probabilidade de problemas escolares, dificuldades de saúde, gravidez precoce, problemas de adição, desemprego e necessidade de recorrer e depender de apoios sociais (Pio, 2009: 42), ou, como estratégia de sobrevivência, a possibilidade de adoptar comportamentos desviantes. A associação entre pobreza e insucesso escolar ao longo da vida de uma criança torna-se um elemento particularmente marcante do processo de construção da exclusão social (Diogo, 2008:6). Deste modo, o insucesso e, posteriormente, o abandono, concretizam um processo de aprendizagem de menos valia social e incapacidade, reforçando a “válida” falta de capacidade da criança em situação de pobreza; facto que influencia a construção da identidade social destas crianças. Tal como refere Diogo (2008:6), é na escola que se consolida a inexistência de esperança de uma vida melhor, o que leva a que grande parte das crianças e jovens em situações de pobreza não olhem o futuro com optimismo. A escola torna-se o primeiro contexto onde a criança se confronta com o destino fatal de ser e se manter pobre.

Muitas crianças, ao presenciarem altos níveis de stress e privações no contexto familiar, poderão ver condicionadas no futuro a sua estima pessoal e, conseqüentemente, o seu bem-estar (Leal, 2009: 49). A criança desenvolve-se na interacção com os seus contextos de vida, existindo por isso, uma relação bidireccional de transacções entre a criança e ambiente envolvente; perante isto, é fulcral intervir nas situações de risco ambiental, para deste modo prevenir-se os efeitos prejudiciais de um meio adverso. Intervir o mais precocemente nas crianças em risco ambiental, em situações de pobreza, é possibilitar as condições adequadas para o desenvolvimento da infância, o que, sem dúvida, é mais eficaz e económico do que esperar pela resolução destes problemas em idades adultos (Serrano, 2009:47), em adultos desestruturados e desintegrados socialmente.

Segundo Bastos *et al.* (2008:9), a pobreza infantil é um fenómeno multidimensional e complexo que envolve, por um lado, aspectos ligados à família e, por outro lado, elementos inerentes à criança. Tal como referem Ferreira e Sarmiento (2008:1), predomina uma perspectiva “adultocêntrica” acerca da infância e, especificamente, na avaliação do bem-estar das crianças. Segundo estes autores, a construção de indicadores sociais sobre o bem-estar infantil deverá assentar em metodologias que combinem os procedimentos estatísticos, previamente sujeitos ao crivo dos enviesamentos adultocêntricos, com metodologias etnográficas e participativas, a fim de alcançar o mundo conceptual e as redes de significação das crianças (Ferreira e Sarmiento, 2008:27). Dever-se-á atender ao “bem-estar infantil como conceito correlacionado com a cidadania da infância, atendendo às várias dimensões – políticas, sociais, cívicas, institucionais, simbólicos e íntimas” (Ferreira e Sarmiento, 2008:27).

Cada vez mais prevalece uma visão ampla sobre a pobreza infantil, encarando-a como um estado de privação em domínios ou áreas essenciais ao bem-estar da criança.

Partindo do pressuposto que a pobreza infantil pode ser considerada um estado de privação e de insatisfação a vários níveis, leva-nos, por um lado, à sistematização das dimensões e respectivos indicadores de privação e, por outro lado, leva-nos à definição dos limiares de privação (Bastos *et al.*, 2008:10).

Num estudo realizado por Bastos *et al.* (2008) sobre as condições de vida das crianças em Portugal, os autores definiram, com base em estudos empíricos e na convenção dos Direitos das Crianças, cinco dimensões de bem-estar da criança: *agregado familiar, educação, saúde, habitação e inserção social*. (Bastos *et al.*, 2008:10). As condições de vida da criança estão directamente influenciadas pelas condições do seu *agregado familiar*. A dimensão, composição e características, nomeadamente, o nível de rendimento da família são

factores determinantes do bem-estar das crianças ou da privação do mesmo (Comissão Europeia, 2008: 3; Bastos *et al.*, 2008:12).

Uma outra dimensão de bem-estar da criança é a *educação*. A escola assume um papel muito importante na vida das crianças, quer pelas actividades desenvolvidas naquele contexto, quer pelas representações sociais que lhe estão associadas. Parece existir uma forte relação entre a pobreza e a educação, apesar de não ser linear nem determinante; no entanto, há uma maior incidência de dificuldades escolares em crianças de meios mais desfavorecidos que, a curto prazo, levam a um precoce abandono da escola e a médio, longo prazo, levam a dificuldades de inserção profissional. Importa também reflectir que o abandono escolar é, sem dúvida, um fenómeno sistémico que envolve vários elementos: criança, família, escola e o meio envolvente, que actuam de forma interligada; sendo assim, a qualidade do contexto familiar, os problemas de desenvolvimento cognitivo que surgem mais frequentemente em crianças de meios mais desfavorecidos, a maior ou menor integração que a escola promove, são factores que condicionam e limitam o sucesso escolar e auto-estima logo, o seu bem-estar (Bastos *et al.*, 2008:12).

A terceira dimensão de bem-estar que Bastos *et al.* (2008) consideraram foi a *saúde*. Esta área está directamente relacionada com o bem-estar da criança quer a nível físico como a nível psicológico e, por isso, assume um papel fundamental nas suas condições de vida. As crianças que vivem em condições de pobreza apresentam, normalmente, problemas de saúde superiores à média. Esta situação está talvez associada ao facto destes indivíduos não darem a atenção necessária aos aspectos relacionados com a saúde, quer por escassez de recursos ou por falta de informação. O crescimento das crianças em contextos marcados pela pobreza compromete, por diversas vias, a sua saúde e, conseqüentemente, o seu futuro (Bastos, 1999:126). As interacções que se estabelecem entre esta e as restantes dimensões não são lineares e podem ser factores intensificadores ou atenuadores das dificuldades nesta área (Bastos *et al.*, 2008:13).

A qualidade da *habitação* está directamente associada ao nível de bem-estar da criança, assim como, interligada com as restantes dimensões. A precariedade, sobreocupação, as más condições de construção e de conservação e a localização desfavorável são algumas das características das habitações da população pobre (Bastos *et al.*, 2008:13). Estas condições reflectem-se na saúde, na educação, integração social, comportamentos, atitudes e valores das crianças (Penha, 1996 citado por Bastos, 1999:123).

Por último, temos a dimensão *inserção social*, como factor de bem-estar das crianças. Aqui compreende-se o meio envolvente, a interacção social, o conhecimento de outros estilos de vida e de outras actividades, contextos e novas culturas. Todos estes aspectos são factores que contribuem para o desenvolvimento da criança e, como tal, condicionantes do seu bem-estar (Bastos *et al.*, 2008:14). No entanto, quando o meio envolvente não promove o conhecimento, a experiência, torna-se um contexto limitador do desenvolvimento equilibrado, da integração social e da promoção do bem-estar.

Importa referir que estas dimensões não são independentes e a sua interacção pode ser entendida como atenuante ou como intensificador do nível de bem-estar da criança. E assim, a pobreza infantil é o estado de privação de estas diversas dimensões, tal como fomos apresentando durante a explicação de cada uma delas, levando ao comprometimento das oportunidades/capacidades de desenvolvimento infantil (Bastos *et al.*, 2008:11).

1.3.3 Implicações de uma Infância Pobre

A categoria social infância, como a conhecemos hoje, é um resultado de um longo processo de mudanças sociais, de um “longo processo de institucionalização que foi cristalizando sucessivos conjuntos de normas e significações sobre o que é ou deve ser a criança” (Silva, 1991:7). Assim sendo, não podemos perceber a infância senão afectada pelas mudanças sociais, e as crianças, são diferenciadamente afectadas pela classe social a que pertencem (Sarmiento, 2004: 14).

Actualmente a infância continua a ser vivida de forma heterogénea. Continua a ser denegado a um conjunto de crianças os seus direitos fundamentais, assim como, as necessidades básicas, levando a percursos de vida pautados pela pobreza e a exclusão social. Muitas crianças são privadas de áreas tão fundamentais da sua vida: saúde, habitação, participação, escola e integração social (Bastos *et al.*, 2008:6).

Parece-nos limitador, tal como refere Fernando Diogo (2008:35), olhar para a pobreza infantil apenas através dos dados estatísticos da UE ou da OCDE (Organização para a Convenção do Desenvolvimento Económico), sem tentar perceber como os indivíduos constroem as suas histórias/percursos de vida em interacção com as várias instituições (escola, saúde, associações, etc) e, ainda, como é que essas instituições lidam, interagem, comunicam com estas crianças, de forma a minimizar ou ampliar os riscos associados à pobreza infantil. Aqui importa olhar para o papel que as instituições e as famílias, como as suas práticas, podem ser impulsionadores de factores de protecção fundamentais para crianças que vivam em situação de pobreza.

A propósito, parece-nos importante reflectir sobre a (in)capacidade que a escola tem em combater esta tendência de abandono e de insucesso face à escola dos alunos provenientes dos meios desfavorecidos, não conseguindo ser a porta de acesso à mobilidade social ascendente. A forma como as escolas se organizam, “como instituições promotoras de *rankings*, também poderão levar frequentemente à efectiva condenação às fileiras da exclusão ou das «segundas oportunidades» de uma maioria de alunos das classes populares e das minorias étnicas” (Sarmento, 2001:55). Mas também é verdade que à escola cabe o difícil desafio de “confrontar-se quotidianamente não apenas com crianças e jovens de extracção social de entre grupos excluídos, como ela própria lida com a geração que, entre todas, tem maior percentagem de seres humanos que transportam consigo as marcas da pobreza e da privação” (Sarmento, 2001:65).

Com base no quadro teórico elaborado por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970), as crianças pertencentes a famílias pobres são prejudicadas por um sistema de ensino que frequentemente utilizam critérios de avaliação tendenciosos em favor do meio da cultura de classe (classe média e alta); o que resultam na exibição de comportamentos de auto-exclusão, inferioridade e ou na adopção de condutas marginais. Assim, as crianças pobres são vítimas de uma violência simbólica que os levam a subestimar o valor da sua própria cultura de classe e a avaliar-se pelas lentes de normas que favorece os outros grupos/classes sociais.

Não obstante, a escola possui intencionalidades de ser um “realizador” de integração social em dois aspectos: na aquisição de competências de literacia e no acesso a circunstâncias que favoreçam a ascensão social (Garcia, 1999:85). Tal como prevê a Constituição Portuguesa, “o ensino deve contribuir para a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais” (art.74º), no entanto, a escola continua a apresentar uma estrutura que acolhe melhor os que não precisariam, do ponto de vista, da justiça social, comparativamente aos que precisariam de todo o acolhimento (Garcia, 1999:86). Segundo Benavente (1990) o “insucesso escolar é socialmente selectivo, cumulativo, massivo, precoce e constante”. Isto acontece, dado que o código linguístico adoptado nas escolas representar uma dificuldade para as crianças dos grupos sociais mais desfavorecidos, implicando assim, para estes, um longo processo de aculturação. Por sua vez, as crianças pertencentes aos grupos favorecidos culturalmente e economicamente encontram na escola um contexto congruente com as formas de estar, agir e de desempenho de que já dominam (Garcia, 1999:87). O cerne da questão continua a ser a de estabelecer a “ponte” entre o universo de socialização familiar e o escolar, não esquecendo que a escola é “um espaço onde coexistem diversos poderes,

cruzando-se directa e indirectamente diversos projectos de diferentes protagonistas e onde todos os poderes têm que ser positivamente mobilizados” (Seabra, 1999:70).

Klasen (2001), citado por Fernandes (2009:70), reflecte sobre as consequências no futuro da exclusão social infantil e nos efeitos que acarreta na desorganização dos quotidianos infantis. De acordo com o autor, as crianças que estão excluídas socialmente poderão crescer de forma a tornarem-se adultos excluídos, poderão ver comprometidas as possibilidades de desenvolvimento das suas potencialidades e, ainda, importa considerar que a exclusão social é transmitida intergeracionalmente, podendo levar para a criação de profundas divisões dentro da sociedade.

Assim, pode-se afirmar que as crianças pobres são “duplamente excluídas” (Fernandes, 2009:71), dado que por um lado, vivem a exclusão de serem filhos de pais excluídos socialmente e, por outro, pelo simples facto de serem crianças, categoria destituída de poder, excluída de exercer os seus direitos, de ter voz.

Manuel Sarmiento (2007:186) refere a este respeito que a infância é, de entre os grupos mais excluídos o que tende a ser mais prejudicado, por um lado pela “relativa invisibilidade face às políticas públicas e aos seus efeitos”, por outro, é normalmente “excluída do processo de decisão na vida colectiva”.

1.4 Construção da Identidade Pessoal e Social

A construção da identidade acontece essencialmente durante os anos da adolescência. Tal como Erikson (1970) reforçou, o esforço dos adolescentes para dar sentido ao *self* é parte de um processo vital, saudável, que implica definir quem a pessoa é, quais são os seus valores e quais as direcções/metapas que deseja seguir pela vida. De acordo com Erikson, os adolescentes formam a sua identidade não por modelagem a partir de outras pessoas, como fazem as crianças mais novas, mas modificando e sintetizando identificações mais precoces, numa renovada estrutura psicológica. Para formar uma identidade, os adolescentes devem assegurar e organizar as suas capacidades, necessidades, desejos e interesses para que possam ser manifestados num contexto social (Papalaia *et al*, 2001:574).

Segundo o sociólogo José Madureira Pinto (1991:218), a produção social da identidade social precisa ser entendida à luz de dois processos: o de identificação e o de identização. Assim, enquanto por processo de identificação entende-se o modo pelo qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos, através de fenómenos de pertença ou referência; o processo de identização consiste no modo através do qual os agentes tendem a

autonomizar-se e a diferenciar-se socialmente, estabelecendo em relação aos outros, fronteiras mais ou menos resistentes. Em suma, as identidades sociais constroem-se por integração e diferenciação, num processo muitas vezes ambivalente ou mesmo contraditório. A identidade constrói-se assim a partir de percursos sociais incorporados nos agentes, isto é da posição ocupada na estrutura social e dos projectos que são ambicionados ao longo da vida (Pinto, 1991:220).

A formação da identidade, segundo diversos autores (Phinney, 1993; Spencer e Maskstrom-Adams, 1990; Papalaia *et al.*, 2001) recebe a influência de vários factores, nomeadamente, intrapessoais, étnicos, sociais e familiares. A formação da identidade é especialmente complicada para adolescentes de grupos minoritários que necessitam de integrar múltiplas identidades (Papalaia *et al.*, 2001:578). Tal como refere Papalaia *et al.* (2001: 579) “a cor da pele e outras características físicas, diferenças de linguagem e padrões sociais estereotipados são extremamente influentes na formação do auto-conceito dos adolescentes de minorias”. Em muitas famílias, o stress económico pode também ser um factor que influencia o desenvolvimento dos adolescentes, dado que a pobreza pode complicar as relações familiares e prejudicar o desenvolvimento das crianças, através do seu impacto no estado emocional dos pais (Papalaia *et al.*, 2001:579).

William James (1890), foi o primeiro psicólogo a versar-se sobre as bases da identidade pessoal, distinguindo dois aspectos fundamentais do *Self*: auto-conceito como sujeito (Eu) e o auto-conceito como objecto (Mim). Seguiram-se vários contributos (Baldwin, 1895, 1906; Cooley e Mead, 1902,1925,1934). Na segunda metade do século XX, os estudos de Shavelson, Hunter e Stanton (1976 citado por Leite, 2010:7) apresentam um modelo hierárquico sobre este conceito, estando na base as auto-percepções de competência face a situações específicas (e.g. social, físico e académico) e no topo da hierarquia o auto-conceito geral/global. Assim, com base no modelo hierárquico defendido por estes autores, poder-se-á dizer que o auto-conceito geral é mais estável, comparativamente à base da hierarquia, dado este tipo de auto-conceito tornar-se cada vez mais específico e, por conseguinte, mais inconstante. Um outro aspecto referido por estes autores prende-se com o carácter desenvolvimental a ter em conta na abordagem a este conceito, isto é, à medida que o individuo passa da infância para a idade adulta o auto-conceito torna-se mais multifacetado (Leite, 2010:7).

O auto-conceito desenvolve-se continuamente desde a infância. Deste modo o desenvolvimento cognitivo, que acontece durante o período escolar, possibilita às crianças

desenvolver conceitos mais realistas e mais complexos acerca delas próprias e do seu valor pessoal (Papalaia *et al.*, 2001:466). A criança constrói a sua imagem de si, baseando-se na percepção dos seus resultados escolares, na popularidade com os pares, na avaliação dos professores perante os seus comportamentos, perante os seus êxitos e fracassos (Leite, 2010:9). Assim podemos dizer que o “auto-conceito é construído sobre uma plataforma de comparações sociais, que se desenvolve e mantém em dependência com o grupo social em que o indivíduo reside” (Beltran, 1993 citado por Leite, 2010:9).

Um dos domínios que mais contribui para a definição do auto-conceito da criança e do adolescente é o domínio físico e, muito especificamente, a aparência física, que também é determinante para a auto-estima global. O domínio físico tem um papel muito importante, desde a infância, no ajustamento psicossocial do indivíduo, pois as crianças recebem desde muito cedo *feedback* directo e indirecto acerca da sua atractividade física, da sua condição física, da forma como se vestem ou apresentam (Faria, 2005:363).

Vários estudos sociológicos demonstram que o lugar/posicionamento do individuo na sociedade já não é algo adquirido através do processo de socialização e reconfirmado por trajectórias sociais mais ou menos pautadas pela estabilidade e previsibilidade, mas sim a consequência da interacção entre o individuo e as instancias socializadoras. Estas (re) construções surgem através dos julgamentos dos outros, das orientações e autodefinições do próprio (Diogo, 2003).

Segundo Diogo (2003:88), a mudança social torna-se uma condição do aumento da tensão identitária entre os pobres. Esta leitura ajuda a perceber como é que o processo de individualização pode ser potenciador das dificuldades dos indivíduos em construírem uma identidade social (para si) com a qual se querem identificar, contrariando as suas pertenças, tendendo, assim, os indivíduos a exhibir mais dificuldades em realizar uma projecção para o futuro de esperança.

Até há poucos anos, vários estudos mostravam a relação entre a construção de identidade e o trabalho, como sendo a qualidade do trabalho como principal influenciador da formação da identidade pessoal. Segundo Sainsaulieu (citado por Diogo, 2003:94) a hegemonia do trabalho na identidade social dos indivíduos existiu sobretudo durante a época do pleno emprego; no entanto, actualmente, constata-se a incapacidade da sociedade de fornecer um lugar socialmente reconhecido a cada um dos membros.

Em suma, parece-nos que a tensão identitária tem vindo a aumentar na nossa sociedade, sobretudo nos indivíduos que têm menos recursos, uma vez que tenderão a

desenvolver esforços acrescidos para se definirem comparativamente aos que têm mais recursos. A dimensão do trabalho, apesar de ter perdido estatuto, parece continuar a desempenhar um papel particularmente importante nesta situação de definição da identidade, quer *per si* (efeitos que a ausência pode provocar: precariedade, perigosidade), mas também devido aos efeitos na definição da identidade *para si e para os outros* e na transacção objectiva que as relaciona (Diogo, 2003:99).

Segundo Diogo (2003:109), o desenvolvimento de estratégias para reduzir a tensão identitária no processo de (re)produção da identidade social pressupõe o uso de recursos à disposição dos indivíduos, quer culturais, simbólicos ou materiais. Mas os indivíduos beneficiários do RMG definem-se em grande parte pela escassez de recursos e pelo potencial discriminatório, o que limita em muito as estratégias que podem utilizar com o intuito de reduzir a tensão identitária, podendo mesmo, levar, à interiorização de identidade social negativa.

A dificuldade de aceder a uma situação de trabalho em condições estáveis e socialmente reconhecida faz com que o trabalho não seja um factor determinante na construção da identidade. Estes indivíduos constroem a sua identidade a partir de outros papéis (pais, amigos), num contexto em que os processos mais vastos de mudança social tornam essa possibilidade realizável, quer fornecendo meios materiais (nomeadamente, através dos apoios do Estado), quer fornecendo alternativas simbólicas (Diogo, 2003:114).

Na população beneficiária do RMG, a dificuldade de acesso ao emprego não abrange apenas a precariedade do emprego nos jovens, nem sequer um processo de diminuição das garantias sobre o emprego em relação a um conjunto de trabalhadores, mas sim processos de continuidade da situação actual (desemprego e precariedade). As investigações evidenciam um percurso cíclico marcado ora por empregos precários, ora por períodos mais ou menos longos de desemprego, que se estende no tempo muito para além da idade da juventude (Diogo, 2003:123-124; Rodrigues, 2010).

Estudos sociológicos centrados nas representações e práticas sociais das crianças e jovens em situação de pobreza, ainda que escassos, nomeadamente em Portugal, apontam para a criação de valores e de lógicas de acção muito centradas em estratégias de sobrevivência e em práticas centradas no usufruto do presente e das suas oportunidades de vida (e.g. Pais, 2001).

1.5 Desenvolvimento de Expectativas Escolares e Profissionais

Vários estudos sociológicos concluíram a existência de uma relação particular entre a excelência escolar dos jovens e a classe social e escolaridade dos pais, o que representa uma situação de tendencial manutenção das desigualdades sociais através dos processos de escolarização.

A família desempenha um papel fulcral na promoção de actividades de aprendizagens intelectuais e culturais diversas, dependente do seu nível cultural e socioeconómico, que permitem aos adolescentes adquirir confiança, promovendo o seu desenvolvimento (Hargrove, Creagh e Burgess, 2002 citado por Sobral *et al.*, 2009:15). Parece-nos que os adolescentes beneficiários do RSI nem sempre têm as mesmas oportunidades de exploração do conhecimento, sendo que, em certos casos, a exploração é um privilégio de se pertencer a um determinado estatuto socioeconómico, podendo assim ver diminuídas as suas experiências de vida e de formação pessoal (Sobral *et al.*, 2009:15)

Schliebner e Peregoy (1994) estudaram os efeitos do desemprego, como uma situação de crise, nas famílias e nas crianças. Os resultados apontam possíveis sentimentos de incerteza, medo do desconhecido, separação e inquietação, afectando particularmente a forma como os adolescentes vêem o seu próprio futuro no mundo de trabalho. Referem ainda que os filhos podem percepcionar a frustração dos pais nas suas tentativas para encontrar emprego, desenvolvem percepções de incontrolabilidade neste domínio, conduzindo a uma falta de confiança em si próprio e no próprio sistema económico. Deste modo, mantendo uma visão mais pessimista do mundo do trabalho, é compreensível que experienciem ansiedade, baixa auto-estima e mal-estar subjectivo, vendo diminuídas as aspirações e oportunidades no futuro (Schliebner e Peregoy, 1994 citado por Sobral *et al.*, 2009:13).

Num estudo realizado em Portugal, de J. Azevedo (1991: 39), foi possível observar-se que quanto às expectativas escolares, “a via de ensino” foi mais preferida pelos alunos de nível socioeconómico (NSE) alto e médio, enquanto as “vias profissionais” foram as mais escolhidas pelos alunos de NSE baixo. No que se refere às expectativas profissionais, os alunos de NSE alto situam as suas escolhas nas profissões de maior prestígio social e os alunos de NSE baixo com escolhas próximas das profissões dos pais.

Sobral *et al.* (2009) estudaram a influência da situação profissional parental no desenvolvimento vocacional dos adolescentes e concluíram que, de facto, os filhos de pais desempregados, tendo expectativas de futuro mais baixas, apresentaram um comportamento mais ambivalente e disperso no domínio vocacional, podendo assim ter uma visão mais

pessimista face ao futuro, nomeadamente, em termos escolares e profissionais. Esta visão mais pessimista leva a que se sintam mais desmotivados relativamente às suas escolhas futuras. Assim, quando as famílias vivem situações de insegurança profissional e discursos negativos face ao trabalho, os adolescentes terão maiores dificuldades no investimento escolar, podendo ter maiores impedimentos para se envolver em projectos que impliquem trabalho e persistência, “podendo adoptar projectos definidos pelos seus significativos no sentido do seu desinvestimento perpetuando os *deficits* da família de origem” (Sobral *et al.*, 2009:19). Montondon (2005:497) refere que, quanto às escolhas para o futuro, as crianças levam em conta as realidades sociais, entre as quais, os resultados escolares e as características das profissões, pesadas ou demasiado exigente.

Um outro factor que surge na literatura como determinante das diferenças de aspirações profissionais é o género. Assim, num estudo realizado por Mendez e Crawford (2002:99), foi possível observar que as raparigas estavam interessadas num número mais variado de profissões e apresentavam uma maior flexibilidade nas suas aspirações profissionais. Por outro lado, os rapazes aspiraram, significativamente mais do que as raparigas, a profissões de maior prestígio social. Do mesmo modo que a frequência escolar não é igual, consoante se trate de um rapaz ou de uma rapariga.

De realçar também os estudos de Rodrigues (2009:261), que permitem perceber a importância que a escola e o trabalho assumem para os beneficiários do RSI, como condutores para a inserção ou reinserção socioprofissional. Os mesmos sujeitos referem as expectativas que têm para o futuro dos filhos que tenham uma vida melhor que a dos pais e defendem que, para tal, torna-se necessário que os filhos tenham mais formação e um emprego. Claramente, a escola ocupa para estes sujeitos o papel de agente potenciador da integração profissional e de mobilidade social.

Os estudos que se debruçaram sobre a diferenciação entre as classes na relação com a escola salientam que os pais pertencentes às classes médias tendem a apresentar maiores aspirações e expectativas quanto ao futuro escolar e profissional dos filhos e sentem maior eficácia na relação que mantêm com a escola, comparativamente às famílias das classes populares. Mas outros estudos têm revelado que as famílias de meios sociais mais desfavorecidos atribuem maior importância às funções escolares tradicionais de instrução e esperam que a escola assegure a sua função de promotor social. Concluiu-se, ainda, que estes pais apresentam atitudes menos críticas e mais conformistas face à escola, comparativamente às famílias de estrato social mais elevado (Seabra, 1999: 32).

O aprofundamento destas questões e do debate teórico inerente constitui-se como um dos eixos deste trabalho.

II Metodologia

Iremos organizar este capítulo indicando os objectivos deste estudo, seguindo-se a caracterização do contexto de investigação, o desenho metodológico, o método e as técnicas de avaliação, as hipóteses do estudo, o plano e a caracterização da amostra, por último, explicaremos os procedimentos e questões éticas de investigação e as dificuldades de investigação.

2.1 Objectivos do Estudo

Este estudo tem como principais objectivos compreender o impacto de crescer em contextos de pobreza ao nível da construção da identidade pessoal e social de crianças e adolescentes, pertencentes a agregados beneficiários de RSI do Concelho de Amares; e ainda, de explorar os percursos de vida dos jovens que nos anos de 1997 a 2000, beneficiaram do RMG, no Concelho de Amares.

Consideramos que este estudo poderá fornecer bases para compreender de uma forma mais efectiva os padrões de perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão intergeracional, assim como contribuir para a reflexão e compreensão sobre a influência explícita e implícita que o contexto familiar tem na construção do projecto de vida das crianças e adolescentes, no seu desenvolvimento vocacional e pessoal, ao nível dos seus projectos escolares e profissionais e ao nível das suas expectativas familiares e pessoais.

2.2 Contexto de Investigação

2.2.1 Localização Geográfica do Concelho de Amares



Figura 1 – Mapa do Concelho de Amares

O Concelho de Amares é composto por 24 freguesias, encontrando-se localizado na Região do *Minho*, Distrito de Braga.

O Norte confina com o Concelho de Terras de Bouro, a Nascente com os Concelhos de Vieira do Minho e Terras de Bouro, a sul com o Concelho de Braga e Póvoa de Lanhoso e a Poente com o Concelho de Vila Verde.

2.2.2 Indicadores Territoriais

Com uma área total de 82 Km², a densidade populacional do Concelho de Amares é de 241 Hab/km².

Área (Km ²)	Perímetro (Km ²)	Comprimento Max. (Km)		Altitude (m)	
		Norte - Sul	Este- Oeste	Máx.	Mín.
82	53	11	16	901	24

Tabela 4 – Área, perímetro, extensão e altimétrica

Fonte: Plano de desenvolvimento Social, 2010-2013, Câmara Municipal de Amares.

Segundo a Tipologia de Áreas Urbanas, das vinte e quatro (24) Freguesias do Concelho de Amares:

- Dezassete (17) são **Medianamente Urbanas** – Barreiros, Besteiros, Bico, Bouro Santa Maria, Caíres, Caldelas, Dornelas, Figueiredo, Fiscal, Goães, Lago, Portela, Prozelo, Rendufe, Torre e Vilela;

- Cinco (5) são **Predominantemente Rurais** – Bouro Santa Marta, Paranhos, Paredes Secas, Sequeiros e Seramil;
- Duas (2) são **Predominantemente Urbanas** – Amares e Ferreiros

Fonte: INE

2.2.3 Indicadores Demográficos

Indicadores	Censos 2011	Anuário Estatístico 2007	Censos 2001
<i>População Residente</i>	18886 (48.44H/51.56M)	19756 (9694H/10062M)	18521(9013H/9508M)
<i>População residente por Escalão Etário</i>	Não existem ainda dados disponíveis	< 14 anos – 3307 (1687H/1620M) 15/24 anos – 2868 (1475H/1393M) 25/64 anos – 10589 (5246H/5343M) >65 anos – 2992 (1286H/1706M)	< 14 anos – 3585 (1780H/1805M) 15/24 anos – 3140 (1604H/1536M) 25/64 anos – 9099 (4468H/4631M) >65 anos – 2697 (1161H/1536M)
<i>Famílias residentes</i>	6187	5489	5489

Tabela 5 – Indicadores demográficos

Fonte: Plano de desenvolvimento Social, 2010-2013, Câmara Municipal de Amares.

2.2.4 Indicadores de Educação

Em Amares existe um único Agrupamento de Escolas, com sede na Escola Básica do 2º e 3º ciclo (EB2/3).

O Agrupamento de Escolas de Amares é constituído por todos os centros escolares da do concelho e pela escola EB 2/3.

Desde Setembro de 2011, o concelho de Amares, em consequência da reestruturação da rede escolar de acordo com a carta educativa, deixou de ter EB1 e JI em espaços físicos diferentes e em todas as freguesias do concelho, passando a dispor de cinco centros escolares, distribuídos pelas freguesias de Bouro Santa Maria, Amares, Ferreiros, Caldelas, Rendufe e Lago. Nestes centros escolares funcionam o pré-escolar e o 1º ciclo e oferecem à comunidade escolar, instalações ajustadas às necessidades, tais como: serviços de refeições, espaço para reunião de professores, espaços diferenciados para as Actividades de Enriquecimento Curricular, biblioteca, actividades de animação sócio-educativa e outras.

- **Escola Básica do 2º e 3º Ciclo**

A EB 2/3, sede do Agrupamento desde o ano lectivo 1990/91, funciona no Lugar das Cerdeirinhas, Ferreiros, Amares. As instalações são manifestamente insuficientes para acolher o elevado número de turmas e serviços. Para além das turmas do ensino regular do 2º e 3º ciclo, existem cursos de educação e formação (CEF) e cursos de educação e formação de adultos (EFA).

- **Escola Profissional Amar Terra Verde – Delegação de Amares**

É uma entidade sem fins lucrativos que foi criada, em 29 de Julho de 1993, por Contrato-Programa celebrado entre o Departamento do Ensino Secundário, a Câmara Municipal de Vila Verde, a Câmara Municipal de Amares, a Câmara Municipal de Terras de Bouro e a Associação para o Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA). Encontra-se sediada em Vila Verde, da qual faz parte a Delegação de Amares que começou a funcionar no ano lectivo de 2003/2004. Tem ao dispor da comunidade ofertas formativas com equivalência ao 9º (CEF) e 12º ano (Cursos profissionais e EFA) e, ainda, um Centro de Novas Oportunidades.

- **Escola Secundária de Amares**

Sedeada na freguesia de Besteiros, Concelho de Amares, criada em 1989, disponibiliza a seguinte oferta formativa nos diferentes níveis de ensino:

- 3º Ciclo do Ensino Básico;
- Cursos de Educação e Formação para Jovens (CEF)
- Ensino Secundário dos cursos Científico-humanísticos
- Cursos profissionais.
- Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA e Formações Modulares).
- Para além disso, a escola é promotora de um Centro Novas Oportunidades, desde Março de 2008.

No que respeita ao nível de formação da população, os dados de 2001, apontavam para uma taxa de analfabetismo de 10,8%, pertencendo o maior número ao género feminino.

Uma percentagem significativa da população possui apenas o 1º ciclo (39,6 %) e apenas 10 % possui a escolaridade obrigatória ao nível do 3º ciclo.

2.2.5 Indicadores de Emprego e Formação

Verifica-se uma tendência para o agravamento da situação de desemprego no Concelho de Amares, à semelhança do cenário nacional. É possível observar-se através dos dados de Outubro de 2011, que grande parte dos desempregados se encontra à procura de novo emprego e inscritos no centro de emprego há mais de um ano.

As mulheres continuam a ser o grupo mais atingido por este fenómeno.

Género		Tempo de inscrição		Situação face à procura de emprego		
Homens	Mulheres	<1 Ano	1 Ano e +	1º Emprego	Novo emprego	Total
455	643	570	528	110	988	1098

Tabela 6 – Desemprego no Concelho de Amares: por género, tempo de inscrição e situação face ao emprego
Fonte: IEFP

No final do mês de Outubro de 2011, segundo dados do IEFP, registam-se 1098 desempregados no Concelho de Amares inscritos no Centro de Emprego de Braga.

Em termos de grupo etário, percebe-se que o grupo dos 35 aos 54 anos é a faixa etária onde predomina o maior desemprego no Concelho de Amares.

<25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 anos e +	Total
137	259	518	185	1098

Tabela 7 – Desemprego no Concelho de Amares: Idade
Fonte: IEFP

Analisando a tabela 5 constata-se que o 1º, 2º e 3º ciclo representam os níveis de escolaridade do nº de desempregados do Concelho de Amares inscritos no Centro de Emprego.

<1 Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Superior	Total
52	288	208	241	185	124	1098

Tabela 8 – Desemprego no concelho de Amares: por níveis de escolaridade
Fonte: IEFP

2.2.6 Indicadores Sociais

2.2.6.1 Distribuição de Serviços e Equipamentos Sociais

Em Amares existem cinco (6) instituições particulares de solidariedade social (IPSS) activas que asseguram a prestação de variados serviços à comunidade.

<i>Instituição</i>	<i>Valências</i>
Associação de Fomento Amarense (AFA)	Creche; Actividades Tempos Livres (ATL); Componente Sócio-Educativa do Jardim-de-infância; Escola de Música; Loja Social (Re)Vestir, e gestora local da Equipa de RSI (equipa multidisciplinar de acompanhamento da medida RSI em Amares).
Associação de Desenvolvimento Local - Valoriza	Entidade responsável pelos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)
Casa do Povo de Vale do Cávado	Centro de dia; Apoio domiciliário;
Centro de Apoio aos Idosos de Bouro Santa Maria	Lar de Idosos; Apoio domiciliário;
Centro Social e Paroquial de Lago	Centro de dia; Apoio domiciliário; ATL; Prolongamento de horário;
Santa Casa da Misericórdia de Amares	Lar de idosos; Centro de dia; Serviço de apoio domiciliário; creche; jardim-de-infância; ATL.

Tabela 9 – Instituições e valências

Fonte: Plano de desenvolvimento Social, 2010-2013, Câmara Municipal de Amares

2.2.6.2 Intervenção Social Municipal

A intervenção social municipal tem como objectivo estratégico promover o desenvolvimento social do Concelho de Amares, em articulação e com a participação dos agentes sociais locais. Tem ao dispor as seguintes respostas sociais:

- Acção social geral;
- Apoio ao nível da habitação;
- Regalias sociais a grupos específicos;
- Bolsas de estudo;
- Apoio técnico às freguesias e IPSS's;
- Rede Social;

2.2.6.3 Serviço Local do Instituto da Segurança Social

A intervenção do Serviço Local do Instituto da Segurança Social de Amares disponibiliza as seguintes respostas sociais:

- Acção social geral;
- Acompanhamento das famílias de acolhimento aos idosos;
- Acompanhamento das Amas da Segurança Social (resposta ao nível da 1ª infância;
- Coordenação do NLI;

2.2.6.4 Equipa Multidisciplinar de Acompanhamento da Medida do RSI

A equipa multidisciplinar de acompanhamento da medida do RSI do Concelho de Amares foi constituída em Novembro de 2007, em resultado de um protocolo assinado entre a Associação de Fomento Amarense e o Instituto da Segurança Social.

A Equipa do Rendimento Social de Inserção é constituída por uma assistente social, uma psicóloga e três ajudantes de acção directa. O trabalho desta equipa é assente numa metodologia de trabalho interactivo e participativo, de acordo com a tipologia da família, com vista à concretização dos objectivos e acções definidas no programa de inserção.

Esta equipa procura reger-se por dois vectores chave de protecção social: integração das pessoas na comunidade e promover o desenvolvimento das suas capacidades.

Freguesia	Nº processos	Sexo		Idade			
		M	F	<25	25/39	40/54	≥ 55
Amares	7	11	11	10	9	3	0
Barreiros	2	1	3	1	1	1	1
Besteiros	3	5	4	5	3	0	1
Bico	4	4	9	7	1	0	3
Bouro (St. Maria)	4	3	2	0	0	4	1
Bouro (St. Marta)	7	7	6	4	1	5	3
Caires	3	3	3	2	1	1	2
Caldelas	4	4	4	2	0	4	2
Carrazedo	5	8	7	6	2	3	4
Dornelas	6	3	5	1	3	3	1
Ferreiros	36	54	59	62	23	22	6
Figueiredo	5	3	4	2	2	0	3
Fiscal	4	3	6	2	2	3	2
Goães	1	1	0	0	1	0	0
Lago	12	21	18	22	9	7	1
Paranhos	4	3	3	1	1	3	1
Paredes	2	6	4	6	2	2	0
Secas							
Portela	0	0	0	0	0	0	0
Prozelo	5	7	7	6	0	4	4
Rendufe	4	3	8	5	1	5	0
Sequeiros	2	1	1	0	0	1	1
Seramil	1	0	1	0	0	1	0
Torre	2	2	2	0	1	2	1
Vilela	0	0	0	0	0	0	0
Total	123	153	167	144	65	74	37

Tabela 10 – Beneficiários do RSI em Novembro de 2011, por freguesia, sexo e idade
Fonte: Equipa do RSI da Associação de Fomento Amarense

2.3 Desenho da Investigação

O desenho de investigação foi pensado em três momentos/estudos: num primeiro momento fizemos um **Estudo Preliminar**, onde efectuamos um levantamento estatístico de caracterização do contexto social das famílias beneficiárias do RSI/RMG, tendo em conta as seguintes condições: terem filhos com idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos e terem permanecido na medida (RSI ou RMG) durante pelo menos 3 anos. Os dados das famílias

beneficiárias do RSI reportam-se à data da recolha, isto é, Fevereiro de 2011; quanto às famílias beneficiárias do RMG, reportam-se a 1997 a 2000. Estes dados foram recolhidos através da consulta de processos familiares.

Num segundo estudo, efectuamos um **Estudo de Caso**, onde procuramos compreender as representações e significados que as crianças/adolescentes filhos de famílias beneficiárias do RSI têm acerca dos seus contextos familiares e o impacto que essas percepções poderão ter na sua capacidade de orientação escolar e profissional. Para a recolha de informação, utilizamos a uma entrevista semi-estruturada e o diário, sendo pedido a todas as crianças/jovens que preencham o diário durante uma semana.

Num terceiro estudo, efectuamos um **Estudo Longitudinal Retrospectivo**, tendo por base agregados beneficiários de RMG de 1997 a 2000, com vista a explorar os itinerários destas famílias, nomeadamente, os percursos das (suas) crianças, hoje adultos: estruturados, integrados socialmente ou repetentes no processo de pobreza e exclusão dos progenitores. Para a recolha de informação, utilizamos uma entrevista em profundidade.

2.4 Métodos e Técnicas de Avaliação

No estudo preliminar, recorremos a uma grelha de avaliação para aceder aos dados das famílias beneficiárias do RSI que actualmente recebem o apoio da medida há pelo menos 3 anos; e, ainda, das famílias beneficiárias do RMG de 1997 a 2000, que permaneceram na medida durante pelo menos 3 anos. Estes dados foram recolhidos através da consulta de *processos familiares* no Serviço Local da Segurança Social de Amares e na Associação de Fomento Amarense, entidade responsável pelo protocolo do RSI no Concelho de Amares. Nesta caracterização foram tidos em conta, os seguintes aspectos: composição e tipologia da família; situação profissional presente e passada dos progenitores; grau de escolaridade dos progenitores; ausência ou presença de problemas psicossociais; condições habitacionais do agregado; ano de escolaridade que os adolescentes frequentam; número de retenções dos adolescentes; e género dos adolescentes.

No estudo de caso, procuramos dar voz às crianças, filhos das famílias beneficiárias do RSI previamente seleccionadas no estudo preliminar, através das entrevistas semi-estruturadas, mas também sob a forma do preenchimento de um diário em que a expressão escrita e o desenho tiveram lugar.

Quanto à entrevista semi-estruturada, utilizamos um guião de entrevista onde foram exploradas várias dimensões: situação familiar face ao emprego; história escolar; aspirações

escolares e profissionais e ambiente familiar. A organização do diário tinha como objectivo permitir que as crianças/adolescentes reconstruíssem os seus quotidianos. Através desta estratégia/instrumento foi possível, deste modo, aceder a várias informações sobre a constituição das famílias, as actividades que a criança realiza em casa, apurar informações sobre o contexto escolar, os tempos livres, as actividades formais e informais para além da escola, as percepções do auto-conceito, as expectativas do futuro dos entrevistados. Optámos por recorrer a dois instrumentos, pois consideramos que assim conseguimos engrandecer o conhecimento global dos cenários em análise, para além de enriquecer o conhecimento mais aprofundado da vida destas crianças/adolescentes.

No estudo longitudinal retrospectivo, utilizamos a entrevista em profundidade onde procurámos explorar as seguintes dimensões: situação familiar actual e passada; situação profissional; trajectória escolar; autonomia financeira; percepção da qualidade da sua vida actual e percepção do facto de ter crescido beneficiário do RMG.

2.5 Hipóteses de Investigação

Partindo da revisão da literatura sobre o domínio em análise já referida, enunciaram-se as seguintes *hipóteses de investigação*.

H1: A pertença da criança a uma família beneficiária de RSI está implicada na orientação para a vida e no desenvolvimento escolar e profissional quando adulto;

H1.1: A pertença da criança a uma família beneficiária de RSI está associada a expectativas e aspirações sociais baixas;

H1.2: A pertença da criança a uma família beneficiária de RSI está associada a um desenvolvimento escolar irregular e a uma inserção profissional precária e instável;

2.5.1 Hipótese Alternativa

Ha: O RSI afecta positivamente a orientação para a vida e o desenvolvimento escolar e profissional dos seus beneficiários;

Ha.1. A pertença da criança a uma família beneficiária de RSI aumenta as expectativas e as aspirações sociais;

Ha.2: A pertença da criança a uma família beneficiária de RSI permite estabelecer percursos escolares mais estáveis e uma inserção profissional mais sucedida quando adultos.

2.6 Delimitação e operacionalização das variáveis a considerar no Estudo

2.6.1 Designação das Variáveis

- *Pertença a uma família beneficiária de RSI*: para este estudo considerou-se todas as crianças/adolescentes, com idades entre os 8 e os 15 anos, pertencentes a famílias beneficiárias do RSI e, ainda, crianças/adolescentes que pertenceram a agregados beneficiários de RMG nos anos 1997 a 2000, no Concelho de Amares, com manutenção na medida pelo menos 3 anos.
- *Género*: feminino e masculino;
- *Tipo de agrupamento familiar*: considerou-se as respectivas tipologias, alargada, monoparental, nuclear e recomposta.
- *Desempenho escolar*: considerou-se a relação que estabeleceu e/ou estabelece com a escola, trajectória escolar.
- *Integração profissional*: considerou-se a situação profissional actual; a sua satisfação; dificuldades em termos de integração profissional.
- *Orientação para a vida*: considerou-se a vida familiar, as relações sociais e a percepção da vida actual.

2.7 Plano e caracterização da amostra

2.7.1 Plano de Investigação

2.7.1.1 Natureza do Estudo

Este estudo segue um *mixed design*, na medida em que articula metodologias qualitativas e quantitativas.

2.7.1.2 Possíveis factores que poderão afectar a validade interna e externa

Relativamente à *validade interna*, a selecção da amostra teve em conta uma série de características das famílias que são comuns em ambos os estudos, já descritas no ponto anterior, de modo a controlar o maior número possível de variáveis estranhas/parasitas que poderiam interferir na atribuição dos resultados observados.

Relativamente à *validade externa*, importa referir que dado a amostra ser circunscrita ao Concelho de Amares, e, tendo em conta as especificidades deste concelho, da Equipa de acompanhamento das famílias beneficiárias de RSI, da escola que os alunos frequentam e

outros aspectos, não poderemos generalizar os resultados para outras comunidades diferentes da estudada.

2.7.2 Amostra e Participantes

2.7.2.1 Cuidados na constituição da Amostra

Na constituição da amostra utilizada nos dois estudos (estudo de caso e estudo longitudinal retrospectivo) foram tidas em conta algumas variáveis que podiam, por si só, interferir na qualidade da vida actual dos jovens/adultos, no passado crianças/jovens pertencentes a agregados beneficiários de RSI, assim como, na percepção/representação actual das crianças e jovens face ao futuro. Assim, foi feito um estudo preliminar de avaliação das famílias controlando as características socio-demográficas abaixo descritas, para posteriormente serem tidas em conta na leitura dos resultados.

Assim, a amostra é heterogénea de forma a atingir o perfil da população beneficiária de RSI/RMG intra-grupo e homogénea inter-grupos. Sendo assim, procuramos que ambos partilhem das seguintes características:

- Desemprego de um ou ambos os progenitores;
- Duração da situação de desemprego;
- Sector (primário, secundário ou terciário) da anterior profissão do(s) progenitor (es);
- Ausência ou presença de problemas psicossociais (toxicod dependência, alcoolismo, etc.);
- Composição do agregado familiar;
- Tipologia da família (monoparental, reconstituída);
- Condições habitacionais (a precariedade, sobreocupação, as más condições de construção e de conservação e a localização desfavorável são algumas das características das habitações da população beneficiária de RSI. Estas condições reflectem-se na saúde, na educação, integração social, comportamentos, atitudes e valores das crianças e adolescentes (Penha, 1996 citado por Bastos, 1999:123));
- Escolaridade dos progenitores;
- Género dos adolescentes;
- Tempo de manutenção na medida de RSI e
- Escola de origem.

2.7.2.2 Delimitação do Universo ou População

No primeiro estudo, avaliou-se a totalidade dos processos, constituída por 138 processos de RSI e 125 processos de RMG referentes aos anos de 1997 a 2000. Foram seleccionadas todos os processos que respeitavam os critérios pré-definidos: crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos, pertencentes a famílias beneficiárias de RSI e jovens adultos que entre 1997 a 2000 pertenceram a agregados beneficiários do RMG, tendo na altura idades entre os 8 e os 15 anos. Ambos os grupos pertencem a famílias beneficiárias do Concelho de Amares que recebem ou receberam a prestação de RSI/RMG durante pelo menos 3 anos. A opção por agregados a beneficiarem da medida há mais de 3 anos prende-se com o facto de entendermos que este período de manutenção na medida é indicador da impossibilidade prolongada da família alcançar a inserção social e profissional e, conseqüentemente, de superar a situação de carência económica. Esta impossibilidade gerará nos membros do agregado, sobretudo, nos progenitores, um desânimo face ao futuro e um certo conformismo face à situação de dependência da medida de apoio social.

A definição da *amostra* resultou da selecção das crianças /adolescentes e jovens adultos considerados com o perfil pretendido. Este primeiro estudo representa a base empírica para o 2º e 3º estudo.

Importa lembrar que tivemos acesso à amostra através da pesquisa dos processos familiares, preenchidos pelas técnicas de intervenção social local.

Nº Família	Nome da criança	Género	Idade	Informação de escola/ano		Tempo beneficiário	Freguesia	Desempregados no agregado familiar	Tempo de desemprego	Sector profissão	Problema psicossocial	Composição do agregado familiar	Tipologia Familiar	Condições Habitacionais	Escolaridade	nº de processos deferidos (RS)
				Escola	Ano											
1	SG.S.	M	23.08.90	Eb1 de Fiscal	2º ano (em 1998)	1º vez: 7 anos; 2º vez: 1 ano e meio	Fiscal	trabalhos precários (agricultura ao jornal)	S/informação	agricultura	alcoolismo do pai	pais+7 filhos (apesar de só 5 coabitarem com os pais)	nuclear	más	pai: 3º ano; mãe: 4º ano;	2 processos
2	S.S.	F	25.01.87	Eb1 de Fiscal	4º ano (em 1998)	1º vez: 7 anos; 2º vez: 1 ano e meio	Fiscal	trabalhos precários (agricultura ao jornal)	S/informação	agricultura	alcoolismo do pai	pais+7 filhos (apesar de só 5 coabitarem com os pais)	nuclear	más	pai: 3º ano; mãe: 4º ano;	2 processos
3	A.G.	F	17.08.88	Eb1 de Fiscal	3º ano (em 1998)	1º vez: 7 anos; 2º vez: 1 ano e meio	Fiscal	trabalhos precários (agricultura ao jornal)	S/informação	agricultura	alcoolismo do pai	pais+7 filhos (apesar de só 5 coabitarem com os pais)	nuclear	más	pai: 3º ano; mãe: 4º ano;	2 processos
4	J.S.	M	02.08.1984	Eb2,3 Amares	5º ano (em 1998)	1º vez: 7 anos; 2º vez: 1 ano e meio	Fiscal	trabalhos precários (agricultura ao jornal)	S/informação	agricultura	alcoolismo do pai	pais+7 filhos (apesar de só 5 coabitarem com os pais)	nuclear	más	pai: 3º ano; mãe: 4º ano;	2 processos
5	A.S.	M	09.05.1982	Eb1 de Fiscal	4º ano (em 1998)	1º vez: 7 anos; 2º vez: 1 ano e meio	Fiscal	trabalhos precários (agricultor ao jornal)	S/informação	agricultura	alcoolismo do pai	pais+7 filhos (apesar de só 5 coabitarem com os pais)	nuclear	más	pai: 3º ano; mãe: 4º ano;	2 processos
6	C.F.	F	11.01.82	Eb1 de Amares	habilitações 6º anc 3 anos		Amares	trabalhos precários (agricultura ao jornal)	S/informação	agricultura	s/informação	mãe+5 filhos	monoparental (viuva)	vive na casa dos caseiros	mãe: 3º ano	1 processo
7	AH.F	M	19.08.1985	Eb2,3 Amares	7º ano	3 anos	Amares	trabalhos precários (agricultura ao jornal)	S/informação	agricultura	s/informação	mãe+5 filhos	monoparental (viuva)	vive na casa dos caseiros	mãe: 3º ano	1 processo
8	L.F.	M	18.11.1987	Eb1 de Amares	4º ano	3 anos	Amares	trabalhos precários (agricultura ao jornal)	S/informação	agricultura	s/informação	mãe+5 filhos	monoparental (viuva)	vive na casa dos caseiros	mãe: 3º ano	1 processo
9	R.G.	M	19.08.1982	Eb2,3 Amares	7º ano	1º vez: 6 anos; 2º vez: 1 ano; 3º vez: 1 ano;	Besteiros	Desempregada	S/informação	Doméstica por conta d'outrem	depressão da mãe	mãe+3 filhos	monoparental (viuva)	muito degradada	mãe: 4º ano	3 processos
10	L.S.	M	06.01.1986	Eb2,3 Amares	5º ano	1º vez: 6 anos; 2º vez: 1 ano; 3º vez: 1 ano	Besteiros	Desempregada	S/informação	Doméstica por conta d'outrem	depressão da mãe	mãe+3 filhos	monoparental (viuva)	muito degradada	mãe: 4º ano	3 processos
11	P.S.	F	28.05.1982	Eb2,3 Amares	7º ano	4 anos	Bouro St Marta	Pai, reformado por invalidez; mãe: desempregada	S/informação	Agricultura	pai: alcoolismo crónico	pais+2 filhos	nuclear	mais ou menos	mãe: 4º ano; pai: 4º ano	1 processo
12	D.S.	M	18.11.1983	Escola Bouro	5º ano	4 anos	Bouro St Marta	Pai, reformado por invalidez; mãe: desempregada	S/informação	Agricultura	pai: alcoolismo crónico	pais+2 filhos	nuclear	mais ou menos	mãe: 4º ano; pai: 4º ano	1 processo
13	P.M.	M	25.12.1982	Eb2,3 Amares	9º ano	4 anos	Caldelas	2	1 ano	pai, agricultor; mãe, empregada de um café	s/informação	pais+filhos	nuclear	s/informação	mãe: 4º ano; pai: 6º ano	1 processo
14	P.M.	M	19.01.1989	Eb1 de Caldela:	3º ano (em 1998)	7 anos	Caldelas	2	1 ano	pai, agricultor; mãe, empregada de um café	s/informação	pais+filhos	nuclear	s/informação	mãe: 4º ano; pai: 6º ano	1 processo
15	A.F.	M	12.07.84	Eb1 de Goães	4º ano	6 anos	Goães	pai desempregado, mãe pensionista	2 anos	pedreiro	s/informação	pais+6 filhos	nuclear	s/informação	mãe: 3º ano; pai: analfabeto	1 processo
16	A.F.	F	07.08.1988	Eb1 de Goães	3º ano	6 anos	Goães	pai desempregado, mãe pensionista	2 anos	pedreiro	s/informação	pais+6 filhos	nuclear	s/informação	mãe: 3º ano; pai: analfabeto	1 processo
17	E.R.	F	16.08.86	Eb2,3 Amares	5º ano	3 anos	Bouro St Marta	1, mãe	1 ano	agricultura	s/informação	pais+4 filhos	nuclear	s/informação	pais: 4º ano	1 processo
18	J.R.	F	16.11.87	Eb1 de Bouro S:	4º ano	3 anos	Bouro St Marta	1, mãe	1 ano	agricultura	s/informação	pais+4 filhos	nuclear	s/informação	pais: 4º ano	1 processo
19	M.M.	F	22.01.1982	Eb2,3 Amares	10º ano	6 anos	Ferreiros	mãe de baixa médica; pai: reformado por invalidez	S/informação	s/informação	s/informação	pais+3 filhos	nuclear	bom estado	pai: analfabeto; mãe: 4º ano	1 processo
20	R.M.	F	03.05.84	Eb2,3 Amares	7º ano	6 anos	Ferreiros	mãe de baixa médica; pai: reformado por invalidez	S/informação	s/informação	s/informação	pais+3 filhos	nuclear	bom estado	pai: analfabeto; mãe: 4º ano	1 processo
21	S.M.	M	06.07.1987	Eb1 de Ferreiro	3º ano	6 anos	Ferreiros	mãe de baixa médica; pai: reformado por invalidez	S/informação	s/informação	s/informação	pais+3 filhos	nuclear	bom estado	pai: analfabeto; mãe: 4º ano	1 processo
22	N.S.	M	11.08.1984	Eb2,3 Amares	6º ano	7 anos	Ferreiros	s/informação	S/informação	empregada doméstica	problemas psicológicos	mãe+2 filhos	monoparental	bom estado	mãe: 4º ano	
23	S.A.	F	10.06.88	Eb2,3 Amares	6º ano	7 anos	Besteiros	mãe: doente, pai: trabalho precário	S/informação	agricultura e construção civil	s/informação	pais+3 filhos	nuclear	bom estado	mãe: 6º ano; pai: 4º ano	1 processo
24	J.N.	M	17.02.1983	s/informação	s/informação	5 anos	Rendufe	mãe e o pai faz duas feiras por semana	mãe: nunca trabalhou	s/informação	s/informação	pais+4 filhos	nuclear	vivem num pré-fabricado	mãe: analfabeta; pai: 2º ano	2 processos
25	C.N.	M	11.01.1989	s/informação	s/informação	5 anos	Rendufe	mãe e o pai faz duas feiras por semana	mãe: nunca trabalhou	s/informação	s/informação	pais+4 filhos	nuclear	vivem num pré-fabricado	mãe: analfabeta; pai: 2º ano	2 processos
26	M.R.	F	13.05.1990	Eb1 de Bouro S:	2º ano (em 1998)	3 anos	Bouro - Santa Marta	s/informação	S/informação	agricultor (biscates)	alcoolismo do pai	pai e filha	monoparental	más condições	pai: 4º ano	2 processos
27	F.A.	F	12.01.1982	Eb1 do Bico (nc	4º ano	3 anos	S. Vicente do bico	Trabalhos precários frequentes de ambos os progenitores	S/informação	mãe: agricultura, empregada doméstica; pai: ferreiro	alcoolismo do pai;	pais + 6 filhos e sogra da titular	nuclear	más condições	mãe: 4º ano; pai: 3º ano;	2 processos
28	J.A.	M	09.03.1984	Eb1 do Bico	4º ano (sinalizado como necessitando de ser integrado como aluno NEE)	3 anos	S. Vicente do bico	Trabalhos precários frequentes de ambos os progenitores	S/informação	mãe: agricultura, empregada doméstica; pai: ferreiro	alcoolismo do pai;	pais + 6 filhos e sogra da titular	nuclear	más condições	mãe: 4º ano; pai: 3º ano;	2 processos
29	I.A.	F	26.12.1988	Eb1 do Bico	3º ano	3 anos	S. Vicente do bico	Trabalhos precários frequentes de ambos os progenitores	S/informação	mãe: agricultura, empregada doméstica; pai: ferreiro	alcoolismo do pai;	pais + 6 filhos e sogra da titular	nuclear	más condições	mãe: 4º ano; pai: 3º ano;	2 processos
30	C.A.	F	16.10.1985	Eb1 do Bico	1º ano	3 anos	S. Vicente do bico	Trabalhos precários frequentes de ambos os progenitores	S/informação	mãe: agricultura, empregada doméstica; pai: ferreiro	alcoolismo do pai;	pais + 6 filhos e sogra da titular	nuclear	más condições	mãe: 4º ano; pai: 3º ano;	2 processos
31	L.O.	M	30.11.1986	Eb2,3 Amares	6º ano	3 anos	Carrzado	mãe; pai: trabalhos precários na agricultura	S/informação	mãe: empregada agrícola e de limpeza	depressão da mãe; tentativas de suicídio; pai: problemas de alcoolismo	pais+2 filhos	nuclear	razoável	pais: 4º ano	1 processo
32	S.O.	F	05.10.1985	Eb2,3 Amares	6º ano	3 anos	Carrzado	mãe; pai: trabalhos precários na agricultura	S/informação	mãe: empregada agrícola e de limpeza	depressão da mãe; tentativas de suicídio; pai: problemas de alcoolismo	pais+2 filhos	nuclear	razoável	pais: 4º ano	1 processo

Nº Família	Nome da criança	Género	Idade	Escola	Ano	Tempo beneficiário	Freguesia	Desempregados no agregado familiar	Tempo de desemprego	Sector: profissão	Problema psicossocial	Composição do agregado familiar	Tipologia Familiar	Condições Habitacionais	Escolaridade	nº de processos deferidos (RSI)
33	S.R.	F	1983	s/informação	s/informação	13 anos	Seramil	Mãe: reformada por invalidez; pai:	s/informação	pai:	deficiência do irmão	pais+6 filhos	nuclear	más	pai: analfabeto; mãe: 4º ano	1 processo
34	O.P.	F	08.12.1985	Eb2,3 Amar	5º ano	1ª vez: 3 anos; 2ª vez: 1 ano; 3ª vez: 1 ano e meio	Rendufe	Mãe: desempregada	s/informação	mãe: agricultura,	s/informação	mãe+5filhas	monoparental	más	mãe: 4º ano	3 processos
35	T.P.	F	22.07.1987	Eb1 rendufe	3º ano	1ª vez: 3 anos; 2ª vez: 1 ano; 3ª vez: 1 ano e meio	Rendufe	Mãe: desempregada	s/informação	mãe: agricultura	s/informação	mãe+5filhas	monoparental	más	mãe: 4º ano	3 processos
36	D.M.	M	16.04.1983	EB 2,3 de Ar	6º ano	1ª vez: ?; 2ª vez: 4 anos (actual)	Barreiros	Pai: desempregado; mãe: Trabalho precários (ao jornal) na agricultura	s/informação	Mae: agricultura	Alcoolismo; vilocência doméstica; gravidez na adolescência numa filha; toxicodependência de um filho	pais + 9 filhos+neta	nuclear	más	pai: analfabeto; mãe: 4º ano	2 processos
37	L.M.	M	5.02.1982	s/informação		1ª vez: ?; 2ª vez: 4 anos (actual)	Barreiros	Pai: desempregado; mãe: Trabalho precários (ao jornal) na agricultura	s/informação	Mae: agricultura	Alcoolismo; vilocência doméstica; gravidez na adolescência numa filha; toxicodependência de um filho	pais + 9 filhos+neta	nuclear	más	pai: analfabeto; mãe: 4º ano	2 processos
38	M.M.	F	30.09.1987	s/informação		1ª vez: ?; 2ª vez: 4 anos (actual)	Barreiros	Pai: desempregado; mãe: Trabalho precários (ao jornal) na agricultura	s/informação	Mae: agricultura	Alcoolismo; vilocência doméstica; gravidez na adolescência numa filha; toxicodependência de um filho	pais + 9 filhos+neta	nuclear	más	pai: analfabeto; mãe: 4º ano	2 processos

Tabela 11 – Famílias beneficiárias do RSI no Concelho de Amares
 Fonte: Equipa do RSI da Associação de Fomento Amarense

Nº Família	Nome da criança	Género	Idade	Informação de escola/ano		Tempo beneficiário	Freguesia	Desempregados no agregado familiar	Tempo de desemprego	Setor profissional	Problema psicosocial	Composição do agregado familiar	Tipologia Familiar	Condições Habitacionais	Escolaridade	nº de processos de feridos (RSI)
				Escola	Ano											
1	J.M.	F	12	EB 2,3 Amares	6º ano	10 anos	prozelo	1, o outro reformado	10 anos	Restauração próprio	Alcoolismo do pai, depressão mãe, violência doméstica; acompanhamento CPCJ	Pai+mãe+filha (tem mais 3 irmãos mas não coabitam)	nuclear	Boas	Mãe: 9º ano (I); Pai:	1
2	E.M.	F	12	EB 2,3 Amares	7º ano	3 anos	S. Vicente do Bic 2	desempregados	Pai, 14 meses; mãe: nunca trabalhou	feirante	Violência doméstica	Pais+filhos(4)	nuclear	razoáveis	Pai: 6º ano; mãe: 9º ano (rvcc)	2
3	A.J.M.	M	8	Centro educati	3º ano	3 anos	S. Vicente do Bic 2	desempregados	Pai, 14 meses; mãe: nunca trabalhou	feirante	Violência doméstica	Pais+filhos (4)	nuclear	razoáveis	Pai: 6º ano; mãe: 9º ano (rvcc)	2
4	J.C.	F	12	EB 2,3 Amares	7º ano	4 anos	Caires	1 Reformado; mãe formação para inclusão	s/informação	Construção civil	s/informação	Pais+filhos (2)	nuclear	más	Mãe: 4º ano; pai: 3º ano;	2
5	S.R.	F	8	Eb1 de Caires	3º ano	4 anos	Caires	Mãe: formação para inclusão	5 anos (mãe)	limpezas	Depressão (mãe)	Pais+filhos (3)+tia	nuclear	boas	Mãe: 4º ano; pai: 6º ano	1
6	J.R.	M	10	Eb de Caires	4º ano	4 anos	Caires	Mãe: formação para inclusão	5 anos (mãe)	limpezas	Depressão (mãe)	Pais+filhos (3)+tia	nuclear	boas	Mãe: 4º ano; pai: 6º ano	1
7	C.C.	F	14	EB 2,3 Amares	7º ano	13 anos	Ferreiros	1	10	POC	Alcoolismo do pai; depressão mãe; violência doméstica; acompanhamento CPCJ	Pais+filhos (3)	nuclear	razoáveis	Mãe: 4º ano; pai: 4º ano	1
8	F.C.	M	11	EB 2,3 Amares	5º ano	11 anos	Ferreiros	1	10	POC	Alcoolismo, violência doméstica; acompanhamento CPCJ	Pais+filhos (3)	nuclear	razoáveis	Mãe: 4º ano; pai: 4º ano	1
9	M.A.	F	8	centro educati	3º ano	Há 8 anos	Ferreiros	1	2 anos	poc	Alcoolismo pai, violência doméstica; acompanhamento da CPCJ	Mãe + 5 filhos	Monoparental	razoáveis	Mãe: 6º ano; pai: 4º ano	1
10	A.A.	F	11	EB 2,3 Amares	6º ano	Há 11 anos	Ferreiros	1	2 anos	poc	Alcoolismo pai, violência doméstica; acompanhamento da CPCJ	Mãe + 5 filhos	Monoparental	razoáveis	Mãe: 6º ano; pai: 4º ano	1
11	R.A.	M	13	EB 2,3 Amares	6º ano	Há 11 anos	Ferreiros	1	2 anos	poc	Alcoolismo pai, violência doméstica	Mãe + 5 filhos	Monoparental	razoáveis	Mãe: 6º ano; pai: 4º ano	1
12	M.C.	F	14 anos	EB 2,3 Amares	6º ano	Há 13 anos	Ferreiros	REFORMADOS	não aplicável	Construção civil	alcoolismo do irmão, deficiência mental	Mãe+pai+4filhos	reconstituída	razoáveis	Pai: analfabeto, mãe: 3 classe	1
13	J.M.	M	13 anos	EB 2,3 Amares	6º ano	5 anos	Ferreiros	1 + baixa médica	1	Limpezas (mãe); pai (I)	Alcoolismo, probl. Psiquiátricos do pai;	Pais+3 filhos	nuclear	más	Pai: ...; mãe: ...	1
14	T.G.	F	14 anos	EB 2,3 Amares	9º ano	8 anos	Ferreiros	2	3	Pais:poc/agricultura	alcoolismo	Pais+5filhos	nuclear	razoáveis	Pais: 9º ano (rvcc)	1
15	J.G.	M	13 anos	EB 2,3 Amares	6º ano	8 anos	Ferreiros	2	3	Pais:poc/agricultura	alcoolismo	Pais+5filhos	nuclear	razoáveis	Pais: 9º ano (rvcc)	1
16	S.G.	F	12 anos	EB 2,3 Amares	6º ano	8 anos	Ferreiros	2	3	Pais:poc/agricultura	alcoolismo	Pais+5filhos	nuclear	razoáveis	Pais: 9º ano (rvcc)	1
17	E.G.	M	8 anos	centro educati	3º ano	8 anos	Ferreiros	2	3	Pais:poc/agricultura	alcoolismo	Pais+5filhos	nuclear	razoáveis	Pais: 9º ano (rvcc)	1
18	A.M.	F	14 anos	EB 2,3 Amares	8º ano	4 anos	Paredes Secas	1	14 anos	confeção	inexistentes	Pais+ 5 irmãos	nuclear	razoáveis	Pai: 6º ano; Mãe: 6º ano	2
19	L.M.	M	12 anos	EB 2,3 Amares	6º ano	4 anos	Paredes Secas	1	14 anos	confeção	inexistentes	Pais+ 5 irmãos	nuclear	razoáveis	Pai: 6º ano; Mãe: 6º ano	2
20	B.M.	M	12 anos	EB 2,3 Amares	5º ano	4 anos	Paredes Secas	1	14 anos	confeção	inexistentes	Pais+ 5 irmãos	nuclear	razoáveis	Pai: 6º ano; Mãe: 6º ano	2
21	J.M.	F	14	EB 2,3 Amares	7º ano	11 anos	Vilela	1	13 anos	agricultura	depressão	Pais+3 filhas e tio materno	nuclear	boas	Pai: 5º ano; mãe: 2º ano	1
22	A.M.	M	14 anos	EB 2,3 Amares	7º ano	14 anos	Lago	Pai: preso; mãe: em parte incerta	Mãe: nunca trabalhou; pai: feirante	feirante	Toxicod dependência; pai preso	Tios+irmãos (5) e primos(4)	alargada	más	Pai: 2º ano; mãe: 6º ano	1
23	J.M.	F	13 anos	EB 2,3 Amares	7º ano	13 anos	Lago	Pai: preso; mãe: em parte incerta	Mãe: nunca trabalhou; pai: feirante	feirante	Toxicod dependência; pai preso	Tios+irmãos (5) e primos(4)	alargada	más	Pai: 2º ano; mãe: 6º ano	1
24	C.M.	F	9 anos	Centro educati	3º ano	9 anos	Lago	Pai: preso; mãe: em parte incerta	Mãe: nunca trabalhou; pai: feirante	feirante	Toxicod dependência; pai preso	Tios+irmãos (5) e primos(4)	alargada	más	Pai: 2º ano; mãe: 6º ano	1
25	N.R.	M	11 anos	EB 2,3 Amares	4º ano	13 anos	Lago	2	14 meses	feirante	inexistentes	pais+irmãos (4) e sobrinhos(5)	nuclear	más	Pai: 4º ano; mãe: 4º ano	1
26	I.R.	F	8 anos	Centro educati	3º ano	13 anos	Lago	2	14 meses	feirante	inexistentes	pais+irmãos (4) e sobrinhos(5)	nuclear	más	Pai: 4º ano; mãe: 4º ano	1
27	E.N.	F	9 anos	Centro educati	2º	7	Lago	2	Pai: 6 meses; mãe: nunca trabalhou	feirante	Deficiência mental da irmã	Pais+filhos (5)	nuclear	muito más	Pai: 2º ano; mãe: analfabeta	2
28	D.G.	F	12 anos	EB 2,3 Amares	6º ano	3 anos	Dornelas	1	Mãe: 7 anos	café	Suspeitas de abuso excessivo de álcool por parte dos progenitores	Pais+filhos (4)	nuclear	razoáveis	Pai : 6º ano; mãe: 9º ano;	1
29	A.G.	F	14 anos	EB 2,3 Amares	6º ano	3 anos	Dornelas	1	Mãe: 7 anos	café	Suspeitas de abuso excessivo de álcool por parte dos progenitores	Pais+filhos (4)	nuclear	razoáveis	Pai : 6º ano; mãe: 9º ano;	1
30	B.G.	M	15 anos	Centro educati	9º ano	7 anos	Carrazedo	1	7 anos	limpezas	depressão da mãe	Pais+filhos (3)	nuclear	razoáveis	Pai: 6º ano; mãe: 9º ano;	1
31	J.F.	M	9 anos	Centro educati	3º ano	7 anos	Carrazedo	1	7 anos	limpezas	depressão da mãe	Pais+filhos (3)	nuclear	razoáveis	Pai: 6º ano; mãe: 9º ano;	1
32	F.O.	F	15 anos	EB 2,3 Amares	9º ano	3 anos	Prozelo	2	1	Pai: Escultor; mãe: empregada fabril	inexistentes	Pais+filhos (4)	nuclear	razoáveis	Pai: 12º ano (rvcc) e mãe: 9º ano	2
33	R.O.	M	14 anos	EB 2,3 Amares	8º ano	3 anos	Prozelo	2	1	Pai: Escultor; mãe: empregada fabril	inexistentes	Pais+filhos (4)	nuclear	razoáveis	Pai: 12º ano (rvcc) e mãe: 9º ano	2
34	D.O.	M	12 anos	EB 2,3 Amares	5º ano	3 anos	Prozelo	2	1	Pai: Escultor; mãe: empregada fabril	inexistentes	Pais+filhos (4)	nuclear	razoáveis	Pai: 12º ano (rvcc) e mãe: 9º ano	2
35	J.M.						Ferreiros	7								
36	T.B.	M	13 anos	EB 2,3 Amares	5º ano	4 anos	Ferreiros	1	---	---	---	Pais+2 filhos	nuclear	---	Mãe: 4º ano; pai: 4º ano	1
37	D.F.	M	14 anos	ESA	9º ano ESA	4 anos	Ferreiros	2	1 ano	Mãe: promotora; pai: motorista	Depressão mãe	Pais+3 filhos	nuclear	boas	Mãe: 12º ano; pai: 12º ano	1
38	I.L.	F	12 anos	EB 2,3 Amares	7º ano	3 anos	Barreiros	1	4 anos	s/informação	Problemas de saúde da mãe	Pais+3 filhos	nuclear	razoáveis	Mãe: 4º ano; pai: 4º ano	1
39	J.A.	F	14 anos	EB 2,3 Amares	7º ano	3 anos	Dornelas	1	1 ano	limpezas	inexistentes	Pais+2 filhos	nuclear	razoáveis	Mãe: 6º ano; pai: 4º ano	2

Tabela 12 – Famílias beneficiárias do RMG entre os anos 1997 a 2000

Fonte: Serviço Local da Segurança Social de Amares

No segundo estudo (estudo de caso), a população é composta por crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos, pertencentes a famílias beneficiárias de RSI que se mantêm abrangidas pela medida há pelo menos 3 anos. Esta população é composta por 38 crianças e adolescentes, dos quais 21 são do género feminino e os restantes 17 do género masculino.

Importa referir que na tabela constam 39 crianças e adolescentes mas apenas 38 reuniam as condições exigidas, dado que uma das crianças foi seleccionada numa fase inicial mas depois foi detectado que não tinha a idade mínima definida, 8 anos; sendo portanto excluída da base de dados.

Salientando o carácter voluntário da participação na investigação, e assegurada a confidencialidade dos resultados, a adesão ao estudo foi de 79%; os restantes 21% não aderiram por diversas razões. As razões para a não adesão prendem-se com a cessação da prestação e os pais não quiseram colaborar (3); deve-se ao agregado familiar estar em parte incerta (3) e uma criança não quis colaborar no estudo.

Amostra Total	Entrevistados
38	30

Tabela 13 – Amostra do 2º Estudo: crianças e adolescentes beneficiários do RSI

No terceiro estudo (estudo longitudinal retrospectivo), a população é composta por jovens adultos que pertenceram a agregados beneficiários do RMG entre 1997 a 2000, e que na altura tinham idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos.

A definição da amostra resultou da selecção dos jovens adultos considerados com o perfil pretendido. A amostra é composta por 38 jovens adultos, dos quais 18 (47%) se disponibilizaram em participar, colaborando nas entrevistas, enquanto face a 12 (31%) jovens, apenas acedemos a informações através de informantes chave (mãe e irmãos). As causas para não acedermos directamente a estes sujeitos foram várias; a principal é a emigração (33%), segue-se o facto de os sujeitos viverem distante da antiga residência (25%) e, ainda, a não colaboração no estudo (25%), resta-nos 8% para situações de prisão e problemas de saúde grave que impedem a participação no estudo.

Conseguimos contactar 78% da amostra recolhida com base no perfil definido, os restantes 22% da amostra não foi possível aceder devido a alteração de morada e contacto.

Amostra total	Entrevistados	Não entrevistados mas recolha de informação com informantes chave
38	18	12

Tabela 14 – Amostra do 3º Estudo: jovens adultos (beneficiários do RMG entre 1997 a 2000)

Pelo exposto percebe-se que o procedimento de amostragem que seguimos foi *não probabilístico* dado que o objectivo não é conduzir a “verdadeiras” amostras mas sim levar à formação de grupos, mais do que “verdadeiras” amostras.

O método não probabilístico utilizado foi o de *amostragem intencional ou por conveniência*.

2.8 Métodos e Técnicas

2.8.1 Entrevistas

2.8.1.1 Entrevista Semi-estruturada

As entrevistas semi-estruturadas dirigiram-se às crianças e adolescentes e foram realizadas a partir de um guião (anexo 1– vol. papel). Todas as entrevistas foram individuais e efectuadas na casa dos próprios, local conhecido para as mesmas, o que quanto a nós favorece a segurança e a privacidade. Apesar de existir um guião, a interacção pessoal com a criança/adolescente procurou não se cingir aos pontos pré-definidos, mas sim procuramos adoptar uma atitude flexível quanto aos conteúdos e envolvente quanto ao ambiente necessário a uma verdadeira comunicação.

No caso das entrevistas as crianças/adolescentes optamos por efectuar uma audio-gravação pois entendemos ser a melhor forma de registar as expressões e de permitir uma mais fácil transcrição para minuta das mesmas. O facto de termos optado por gravação permitiu também ao entrevistador libertar tempo e atenção para o processo de condução da entrevista (anexo 1 – vol. CDROM). No desenvolvimento das entrevistas, procuramos que estas fossem realizadas em locais recatados, isto para evitar distractores passíveis de provocar enviesamento dos resultados.

2.8.1.2 Entrevista em Profundidade

As entrevistas em profundidade foram realizadas a partir de um guião (anexo 2– vol. papel). Esta opção, em termos de método de recolha de dados, parece-nos ser a mais adequada face aos nossos propósitos, pois permite, através dos discursos dos sujeitos, perceber/explorar situações em que a componente dos constrangimentos estruturais é importante (RMG).

O facto de o entrevistador ser técnico de uma equipa do RSI, mereceu vários cuidados, dado que era difícil não olhar para o entrevistador como um representante das instituições de apoio social e, assim, neste contexto, seria particularmente difícil, tal como refere Diogo (2003:142) “o que está em jogo no relacionamento destas pessoas com este tipo de instituição

(Segurança Social), não é apenas uma relação assimétrica de poder, mas sobretudo são recursos financeiros que podem desempenhar um papel importante na sobrevivência física e social”. Assim, deste modo, reconhecemos que o entrevistado procuraria dar de si a melhor representação possível e ir ao encontro das expectativas que entende ter o entrevistador. Assim, face ao exposto, tornou-se fundamental uma explicação detalhada, no início da entrevista, dos objectivos da mesma e do papel do entrevistador, distinguindo-o do técnico.

As entrevistas realizaram-se individualmente, excepto um sujeito que pediu para a esposa estar presente. O local onde decorreu a entrevista repartiu-se entre a casa do entrevistado e a instituição onde trabalha o técnico. A escolha do local recaiu sempre no entrevistado.

As entrevistas foram audio-gravadas para assegurar o rigor no acesso aos discursos dos entrevistados (anexo 2 – vol. CDROM).

2.8.2 Diários

No grupo de crianças/adolescentes, para além de participarem na entrevista semi-estruturada, paralelamente, foi pedido, que durante uma semana preenchessem um diário, sob a forma de um caderno atractivo, quer em termos gráficos (anexo 3 – vol. papel), quer em termos de propostas. Os diários foram concebidos no âmbito desta investigação, com o objectivo de enriquecer os elementos abordados na entrevista.

Quanto ao preenchimento dos diários, estes foram entregues no final da entrevista semi-estruturada, após dadas explicações e indicações de preenchimento. Idealizados de forma a serem personalizados por cada criança/adolescente, existiram dois modelos de diário, um destinado às crianças mais novas (8 a 11 anos) e outro para os mais velhos. Esta distinção pareceu-nos importante, dada a diferença de idades. Enquanto para os mais novos, existiam campos de expressão livre (desenhos, colagens), para facilitar o preenchimento, dadas as possíveis limitações através da palavra escrita; para os mais velhos, as imagens que adornaram o diário foram adaptadas à idade dos mesmos e havia mais um campo de preenchimento, intitulado “o que eu gostava de dizer mais”.

A flexibilidade que procuramos ter presente no diário, através de partes mais dirigidas e outras mais livres, permitiu a expressão das rotinas diárias, dos factos, dos sentimentos. Foi através dos diários que conseguimos obter não só a especificação das tarefas desenvolvidas ao longo do dia, como a duração das mesmas e os principais intervenientes nos seus quotidianos. Permitiu-nos ainda obter um maior rigor e veracidade das respostas dadas na entrevista (anexo 3 – vol. CDROM).

Importa referir que esta estratégia metodológica foi inspirada num estudo realizado por Sarmiento *et al.* (2005), onde eram utilizados diários como estratégia de recolha de informação.

2.9 Análise de conteúdo

Para análise das entrevistas foi desenvolvida uma grelha de análise para compreender/ler as entrevista e, também, para de forma sucinta, elaborarmos um quadro conceptual da realidade em análise/estudo. Esta grelha de análise foi composta, na primeira coluna, pelas dimensões, já definidas à partida pelo guião da entrevista; depois, à medida que se exploravam as entrevistas, foi sendo construído este quadro, através das categorias subjacentes às dimensões, os principais temas que predominavam, assim como, os sub-temas a eles associados. Esta grelha foi criada para ambos os grupos, crianças/adolescentes e jovens adultos.

Dimensões	Categorias	Temas	Sub-temas
Orientação para a vida	Vida familiar	Tipologia familiar	Nuclear (TFN)
			Monoparental (TFM)
			Recomposta (TFR)
			Pessoa só (isolado) (TFI)
		Suportes familiares	Pais
			Irmãos
	Percepção da vida familiar	Ausência de problemas	
		Presença de problemas (económicos, psicossociais)	
	Relações sociais	Laços sociais inclusivos	Associações
			Partidos
			Religião
		Ruptura de laços sociais	Prisão
Comportamentos aditivos			
Ruptura da responsabilidade parental.			
Percepção da vida actual	Satisfação com a vida actual	Situação familiar	
		Situação profissional	
	Problemas	Situação financeira	
		Pedido de subsídios sociais	
Desenvolvimento escolar	Nível de escolaridade	4º ano	
		6º ano	
		9º ano	
		12º ano	
		Licenciatura	
	Rendimento escolar	Retenções	Sucesso académico
		Apoios	Familiares
			Amigos
			Vizinhos
	Percepção da escola	Importância da escola	Escola
			Enriquecimento pessoal
Enriquecimento profissional			
Desvalorização da escola			
Desenvolvimento profissional	Inserção profissional	Desemprego	
		Duração do desemprego	
		Motivos para a situação de desemprego	
	Emprego	Satisfação com o emprego	
		Insatisfação com o emprego	
		Condições laborais	
Expectativas e aspirações	Sentimentos	Face ao futuro	
		Optimismo	
		Pessimismo	
	Objectivos de futuro	Locus de controlo	Indefinido
			Interno
			Externo
		Familiar	
		Profissional	
		Financeiro	
		Indefinido	

Tabela 15 – Análise de conteúdo para o estudo com crianças e adolescentes beneficiários do RSI

Dimensões	Categorias	Temas	Sub-temas
Orientação para a vida	Vida familiar	Tipologia familiar	Nuclear (TFN)
			Monoparental (TFM)
			Recomposta (TFR)
			Pessoa só (isolado) (TFI)
	Suportes familiares	Percepção da vida familiar	Pais
			Irmãos
			Ausência de problemas
	Relações sociais	Laços sociais inclusivos	Presença de problemas (económicos, psicossociais)
			Associações
		Ruptura de laços sociais	Partidos
			Religião
			Prisão
	Percepção da vida actual	Satisfação com a vida actual	Comportamentos aditivos
Ruptura da responsabilidade parental.			
Situação familiar			
Situação profissional			
Desenvolvimento escolar	Nível de escolaridade	Problemas	Situação financeira
			Pedido de subsídios sociais
			4º ano
			6º ano
			9º ano
	Rendimento escolar	Apoios	12º ano
			Licenciatura
			Retenções
			Sucesso académico
	Percepção da escola	Importância da escola	Familiares
			Amigos
			Vizinhos
			Escola
Enriquecimento pessoal			
Desenvolvimento profissional	Inserção profissional	Desemprego	Enriquecimento profissional
			Duração do desemprego
			Motivos para a situação de desemprego
	Emprego	Emprego	Desvalorização da escola
			Satisfação com o emprego
			Insatisfação com o emprego
			Condições laborais
Expectativas e aspirações	Sentimentos	Face ao futuro	Optimismo
			Pessimismo
			Indefinido
	Objectivos de futuro	Locus de controlo	Interno
			Externo
			Familiar
			Profissional
			Financeiro
			Indefinido

Tabela 16 – Análise de conteúdo para o estudo com os jovens adultos

Foi ainda feita uma análise do conteúdo aos diários como uma técnica de tratamento da informação, pois tal como afirma Sarmiento *et al.* (2005:73) assim é possível “inferir sobre a fonte e a situação em que esta produziu o material objecto de análise (...), onde a finalidade da análise de conteúdo é efectuar inferências sobre as mensagens procedendo-se a uma prévia inventariação e sistematização das mesmas”.

Assim, o material recolhido nos diários foi submetido a uma análise temática, na qual cada dimensão (e.g. actividades escolares) foi quantificada tendo os mesmos critérios, isto é, se o sujeito indica o tempo em minutos que se dedicou a determinada tarefa ou apenas a identifica, sem quantificar tempo. A partir desta análise simples, foi possível identificar o padrão de acções/tarefas do quotidiano dos sujeitos e, ainda, perceber quais as crianças/adolescentes que, em cada dimensão, apresentavam um comportamento *atípico* face ao grupo, identificando-se as excepções.

A análise de conteúdo dos diários permitiu analisar aspectos que a criança/adolescente valoriza na relação com a escola, com os pares, com a família, assim como, expectativas de futuro.

Apesar de todas as limitações, parece-nos que a análise de conteúdo dos diários se mostrou uma estratégia metodológica muito relevante para a investigação, pois veio contribuir para o enriquecimento da apreensão da realidade destes sujeitos.

2.10 Procedimentos e questões éticas de Investigação

O primeiro passo para que esta investigação pudesse acontecer correspondeu ao pedido de autorização ao Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga para a realização do estudo. Para tal, foi necessária a nossa deslocação ao referido Centro, onde apresentamos os objectivos do estudo e as metodologias subjacentes.

Foi ainda solicitada autorização à Associação de Fomento Amarense, entidade responsável pelo protocolo do RSI no Concelho de Amares.

Posteriormente e após a autorização por parte do Centro Distrital da Segurança Social de Braga e da Associação de Fomento Amarense (anexo 4 – vol. papel), definimos as estratégias para contactar os grupos de sujeitos.

Assim, quanto ao grupo das crianças e adolescentes actualmente beneficiários do RSI, dado ser a amostra mais acessível, optamos, por numa primeira fase, contactarmos os pais, explicando que no âmbito de um trabalho académico gostaríamos de conversar com os seus filhos. A autorização dos pais, foi dada em 95% dos sujeitos; apenas 5% não foi dada com o argumento que os filhos eram muito envergonhados e tinham aulas todos os dias e ao sábado também tinha catequese. Após esse contacto pelo telefone, agendamos uma ida a casa da família num horário que a criança também estivesse em casa. Quase sempre, aconteceu aos sábados. Na ida a casa, falávamos com as crianças/adolescentes, apresentamo-nos como estando a fazer um trabalho para a universidade e que precisávamos da sua ajuda para esse

mesmo trabalho. Mostrávamos que esta ajuda consubstanciava-se por conversarmos com eles sobre os seus gostos, como ocupavam o seu tempo, como era a sua escola e a família.

Importa referir que aplicámos a entrevista em momento pré-teste, assim como, o diário, para avaliar a adequação e clareza das perguntas/conceitos/instruções.

Desde o início foi bem explicitado a dimensão voluntária da participação, que se documentou através de um consentimento informado, quer para os pais (anexo 5 – vol. papel) como para as crianças (anexo 6 – vol. papel) e adolescentes (anexo 7 – vol. papel). No decorrer do estudo, foi muito reconfortante perceber a disponibilidade e o entusiasmo no decorrer das nossas “visitas”. Apenas uma criança se recusou em colaborar; as restantes aceitaram ser entrevistadas, facultando-nos, muitas vezes, mais informações que as que eram pedidas. Muitas, após o término da entrevista ou no acto da entrega do diário, referiam que estavam disponíveis para ajudar-nos a fazer outros trabalhos para a universidade. O comportamento das crianças e adolescentes foi sempre muito comunicativo, evidenciando facilidade em manter o contacto ocular e em corresponder ao diálogo estabelecido. Isso veio pôr de lado os nossos receios iniciais de que ao longo da entrevista a criança pudesse ficar envergonhada e não colaborasse.

Importa ainda referir que a investigadora entregava aos pais e à criança uma declaração de compromisso, onde explicava o âmbito da investigação e a confidencialidade dos dados recolhidos (anexo 10 – vol. papel).

Iremos apenas identificar os sujeitos pelas iniciais do seu nome, de modo a assegurar a salvaguarda do anonimato dos sujeitos.

No grupo dos jovens adultos, pertencentes a agregados beneficiários do RMG entre os anos de 1997 a 2000, numa primeira fase e como forma de acedermos a esta franja da população beneficiária, consultamos a base de dados no Serviço Local de Amares do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social com o propósito de identificarmos as famílias beneficiárias do RMG nos referidos anos. Após esse levantamento, consultamos todos esses processos familiares, com o intuito de identificar a presença de dois critérios: permanência na medida por 3 anos ou mais e agregado familiar composto por filhos com idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos. Necessitaríamos da presença destes dois critérios para pertencer à amostra.

Após esta pesquisa em prol da obtenção da amostra e da caracterização da mesma, com o recurso aos processos familiares, optamos, numa primeira fase, por enviar uma carta ao titular da prestação, tratando-se normalmente do pai ou da mãe do jovem, dando conta do âmbito do

nosso trabalho e informando que, em breve, iríamos contactar os seus filhos para avaliar a possibilidade de colaborarem num estudo sobre famílias beneficiárias do rendimento mínimo garantido nos anos de 1997 a 2000, do Concelho de Amares (anexo 8 – vol. papel).

Posteriormente, contactávamos e explicávamos melhor o âmbito do nosso contacto e solicitávamos informação sobre o melhor modo de estabelecermos contacto com os filhos. Habitualmente, acontecia os pais pedirem algum tempo para puderem pedir autorização aos filhos para facultarem o contacto telefónico dos mesmos. Sendo, posteriormente, o contacto estabelecido com o jovem em causa e agendada data e local para a entrevista, a decidir sempre pelo próprio.

Desde o início foi salientado e deixado bem explícito o carácter voluntário da participação, o que implicou um consentimento informado por parte do jovem (anexo 9 – vol. papel).

Tal como aconteceu na entrevista semi-estruturada aplicada às crianças/adolescentes, nesta entrevista em profundidade, antes da sua aplicação à amostra, esta foi aplicada em situação de pré-teste com o intuito de avaliar a sua perceptibilidade e compreensão e foi dada uma declaração de compromisso ao jovem, onde a investigadora explicava o âmbito do estudo e a confidencialidade dos dados recolhidos (anexo 11 – vol. papel).

2.11 Dificuldades de Investigação

Uma das dificuldades com que nos deparamos na fase inicial do estudo foi o período de espera da autorização por parte do Centro Distrital da Segurança Social de Braga para a realização do estudo.

Um outro obstáculo deve-se ao facto de vários processos familiares estarem incompletos, o que dificultou a caracterização socioeconómica e familiar do agregado.

Aceder à amostra dos jovens adultos pertencentes a agregados beneficiários do RMG, nos anos de 1997 a 2000, tornou-se uma tarefa muito difícil e demorada, dado que muitos dos contactos e das moradas já tinham entretanto alterado; tendo sido necessário recorrer a informantes chave: rede de vizinhança; presidente de junta, etc. Depois, numa primeira fase, os sujeitos ficavam um pouco receosos com o contacto; exemplo disso foi uma das famílias achar que o contacto era para devolver algum do valor da prestação que recebeu no passado.

Após o contacto com a família, uma das dificuldades prendeu-se com a disponibilidade dos mesmos para o agendamento das entrevistas, sendo feitas muitas entrevistas à noite ou aos sábados de manhã.

Um outro problema com que nos confrontamos foi a dificuldade que algumas crianças, sobretudo as de 8 anos, apresentavam ao nível da expressão verbal, sobre algumas das dimensões abordadas, nomeadamente das relações familiares, das profissões dos pais. Os mais novos também não apresentavam uma clara noção do tempo, o que condicionou o preenchimento de alguns dos diários.

Apesar destes constrangimentos, reside que alguns deles foram antecipados à partida, é de realçar que a colaboração de todos os intervenientes (pais, crianças, adolescentes e jovens adultos) se sobrepôs, sem dúvida, às dificuldades sentidas ao longo da investigação.

“ Gostei muito de a poder ajudar neste seu trabalho!” (F.O, 15 anos)

“ Adorei colaborar com a Sr. doutora e estou sempre disponível para ajudá-la no que for preciso” (R.O, 13 anos).

III Filhos do Estado: Vivências, Representações e Aspirações Sociais

O tratamento dos dados responde à lógica de articulação entre as dimensões quantitativas e qualitativas, visando uma efectiva compreensão da realidade em estudo. Começamos com uma abordagem de caracterização das crianças e adolescentes.

Quem são os “Filhos do Estado”...

Antes da exposição dos resultados, importa referir que os dados expostos resultam da avaliação dos processos familiares.

As crianças e adolescentes: idades, escolaridade e género.

Demarcando etariamente o nosso campo de análise, a amostra em estudo, constituída por 30 crianças e adolescentes pertencentes ao Concelho de Amares, inclui sujeitos com idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos, sendo 16,6% com 8 anos; 3% com 9 anos; 3% com 10 anos; 10% com 11 anos; 16,6% com 12 anos; 20% com 13 anos; 26% com 14 anos e, por ultimo, 6% com 15 anos.

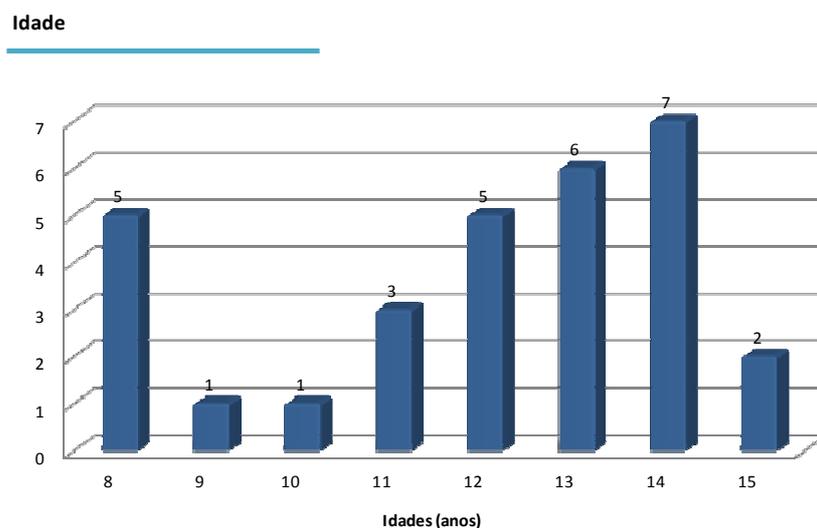


Gráfico 1 – crianças/adolescentes por idade

Estas crianças e adolescentes, frequentam escolas do 1º ciclo ao 3º ciclo, encontram-se distribuídos pelos 8 anos de escolaridade, de acordo com a distribuição que se pode verificar no *gráfico 2*.

Escolaridade

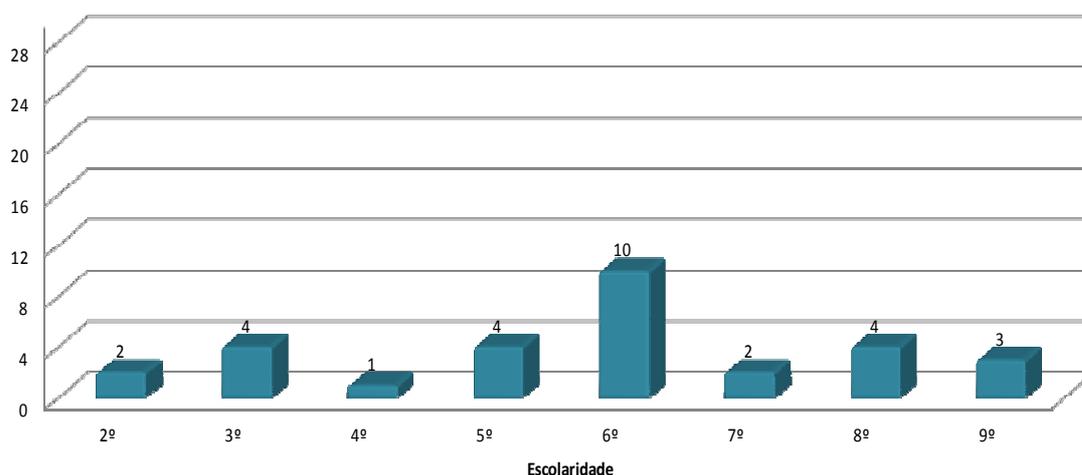


Gráfico 2 – crianças/adolescentes por ano de escolaridade

Quanto ao género, constatou-se que existe uma repartição homogénea entre o género feminino e masculino, sendo que cada um tem 15 crianças e jovens.

Face ao **aproveitamento escolar**, há 47% sujeitos com história escolar pautada pela existência de retenções, enquanto, 53% não apresentam qualquer retenção. Os dados são indicadores de insucesso escolar, elemento preocupante e factor de risco para um abandono mais precoce da escola.

Aproveitamento escolar
 Alunos com história de retenções

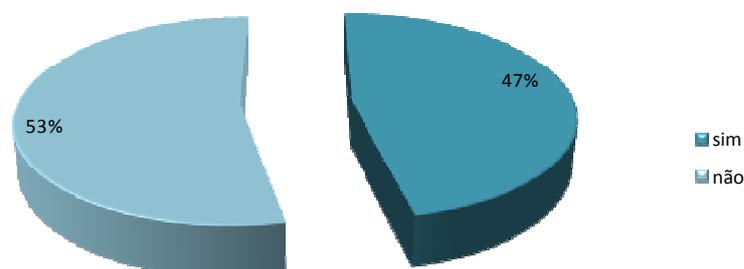


Gráfico 3 – Aproveitamento Escolar: Alunos com história de retenções

O **número de retenções** destes alunos com experiência de insucesso oscila entre uma a duas; assim, deste modo, 11 alunos referem ter reprovado uma vez (78%), os restantes 3 alunos tiveram 2 retenções no seu percurso escolar (22%).

Aproveitamento escolar
 Número de retenções

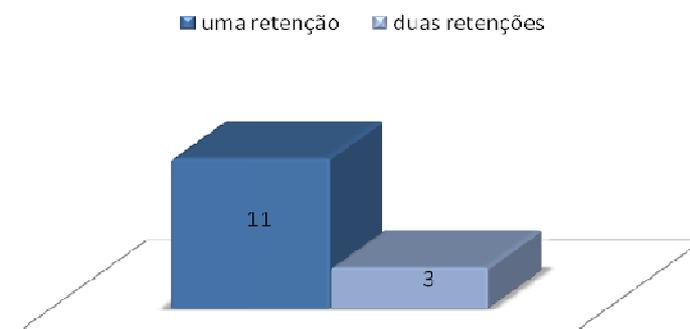


Gráfico 4 – Aproveitamento Escolar: Número de Retenções

Agregados Familiares

No que respeita à **tipologia de famílias** das crianças e adolescentes, a maioria enquadra-se nos agregados do tipo nuclear (90%); apenas 3 sujeitos pertencem a uma família monoparental, dado que são irmãos que partilham a situação de divórcio dos pais.

Tipologia Familiar

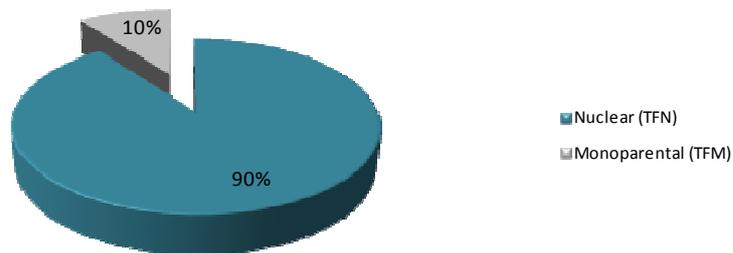


Gráfico 5 – Tipologia de Famílias

Convém referir que em média as crianças e adolescentes apresentam uma **fratria** composta por 3 irmãos, apesar de existir sujeitos com 6 irmãos e outros com apenas 1 irmão.

Quanto à **dimensão dos agregados familiares**, estes apresentam uma média de 6 elementos. Sendo um número bastante alto, tendo em conta o decréscimo da dimensão que caracteriza as famílias portuguesas.

Quanto à **situação profissional dos pais**, verifica-se que a situação de desemprego é aquela que apresenta maiores valores, sifrando-se em 50%, no caso do pai, e 80%, no que respeita à mãe. Quanto às profissões exercidas pelos pais, foi possível verificar que as profissões manuais são as mais prevalentes, no caso do pai (30%) e no caso da mãe (10%), algo que poderá ser natural dado tratar-se de uma zona de transição rural-industrial. Entre as profissões manuais, as mais representadas são os operários da construção civil, cantoneiros e pedreiros.

Profissão dos Pais

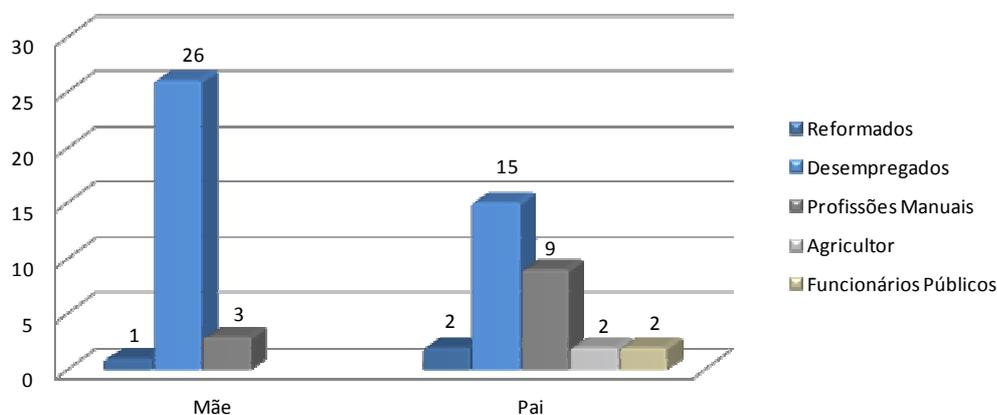


Gráfico 6 – Profissão dos pais

Tempo de benefício da medida do RSI

Quanto ao tempo que o agregado familiar beneficia da medida do RSI, foi possível concluir-se que o tempo médio é de 7 anos. Este número é indicador da incapacidade da medida autonomizar os agregados de forma mais célere e, simultaneamente, indicador da impossibilidade da família alcançar a inserção social e profissional e, conseqüentemente, superar a situação de carência económica. Importa referir que tempo mínimo de benefício da medida é 3 anos e o máximo é de 13 anos, nos agregados em estudo.

Como gerem o seu dia-a-dia...

Importa referir que os dados expostos resultam da análise dos diários e das entrevistas. Tal como foi referido anteriormente, os diários permitiram avaliar a especificação das tarefas desenvolvidas pelas crianças e adolescentes diariamente. Na maioria dos casos, tornaram-se bons indicadores da duração das tarefas quotidianas e da intensa padronização e rotinização.

Para isso, procedeu-se à elaboração de uma análise de conteúdo de forma a identificarmos as dimensões estudadas, o padrão e excepção do comportamento. Na *tabela 17* fica claramente demonstrada a presença no quotidiano das crianças e adolescentes de rotinas estruturadas, que circundam à volta da escola e das actividades inerentes à mesma, trabalhos escolares; à volta da casa, local onde se vê televisão, brinca e também trabalha e, ainda, actividades na comunidade, caracterizada pelo grupo de amigos, actividades recreativas ou desportivas e a catequese.

É de realçar que 14 dos sujeitos não identificam nenhuma actividade classificável de convívio familiar e os que referiram, apenas dois relatam actividades com os pais. Este facto leva-nos a questionar sobre o pouco ou inexistente tempo de lazer que os pais têm com os filhos ou, apenas, poder-se-á explicar como aspecto omitido pelas crianças e adolescentes.

Dimensão	Padrão
Hora de levantar	Horário diferente no período escolar/ fins-de-semana; acordam em média entre as 7h e as 7h.30 , dependendo da distância da casa à escola no período escolar e aos fins-de-semana entre as 10 e as 11h ; 3 irmãos levantam-se mais cedo, o L. às 5.30 e vai levar as ovelhas antes de ir para a escola; o B. levanta-se às 6h para ir para a escola (distância casa - escola); A. levanta-se às 6.00 para ajudar a mãe a cuidar dos irmãos; L. e B. ao sábado levantam-se às 7h para trabalhar; a A. às 9h para cuidar dos irmãos;
Actividades escolares (duração)	Entre 23h a 35h por semana, dependendo do ano de escolaridade (importa referir que o preenchimento do diário em alguns sujeitos correspondeu a semana com provas de aferição)

Trabalhos escolares em casa (duração)	Do total de 28 sujeitos, 7 referiram dedicar entre 1 a 3h ao estudo semanal em casa; 5 sujeitos dedicam 3 a 5h ao estudo; 2 sujeitos estudam entre 6 a 8h por semana. Alguns sujeitos não quantificaram as horas de estudo apenas referem a frequência por dias de estudo, este varia entre 1 dia a 4 dias por semana.	3 Sujeitos estudam mais de 9 horas por semana. 3 Sujeitos não fazem referência a qualquer tempo dedicado ao estudo;
Brincar	Do total de 28 sujeitos, 10 não referem nenhuma actividade classificável como de brincar. 12 sujeitos referem brincar durante 1 a 10 horas por semana , dos quais 5 é entre 1 a 3 horas, 4 entre 3 a 6h e 3 de 7 a 10h. As brincadeiras mais referidas são: jogar no telemóvel; andar de bicicleta e jogar à bola; 6 Sujeitos referem actividades mas não especificam tempo de duração, referem 2 a 5 dias por semana.	
Conviver	Do total, 13 sujeitos não fazem referência a nenhum momento de convívio durante a semana. As actividades de convívio mais referidas são as desportivas (10 sujeitos) com mais predomínio do futebol, quer com os amigos na rua; quer de forma mais estruturada em clubes desportivos. 6 Sujeitos referem “estar com os amigos” como uma actividade de convívio. Dos sujeitos que é possível quantificar o tempo de convívio, este oscila entre 1 h a 21h , com maior predomínio no intervalo de tempo entre 1 a 3 horas semanais de convívio. Dos sujeitos que não permite quantificar a frequência de actividades de convívio é de 2 a 3 dias por semana;	1 Sujeito dedica 21h da semana em actividades de convívio;
Televisão	6 Sujeitos não referem ver televisão no seu quotidiano semanal; 17 Sujeitos referem ver TV num intervalo de tempo entre 1h a 28h semanais (3 sujeitos dedicam 1 a 3h; 2 sujeitos 3 a 5h; 3 sujeitos 5 a 8h; 3 sujeitos 8 a 10 h; 4 sujeitos 10 a 15h e 1 sujeito 15 a 20h); Poucos são os sujeitos que especificam o tipo de programa que vêm na TV, os que especificam referem novelas e filmes. As horas a que dedicam mais tempo a ver televisão é durante a semana, antes de jantar e depois de jantar (18.30 às 20h e das 21h às 22h.30); aos fins-de-semana, oscila entre as manhãs para os sujeitos mais novos e a tarde e noite para os adolescentes).	1 Sujeito vê 28h de televisão semanalmente
Computador	Do conjunto de sujeitos, apenas 8 indicam o computador como actividade semanal. Dos quais 7 referem dedicar entre 1 a 32 horas de uso do computador, 5 sujeitos usam o computador pelo menos 5 horas semanais, os restantes usam 10 e 32 horas cada.	
Convívio familiar	Do conjunto de sujeitos, 14 não referem qualquer actividade de convívio familiar. Dos restantes 5 referem ida a festa religiosa com a família; 5 referem visita a familiares (avós); 3 referem conversa/convívio com familiares (sobrinha, irmã, tia).	Apenas dois referem saída com os pais.
Trabalho	Do conjunto, 18 sujeitos não referem qualquer actividade de trabalho. 5 Sujeitos referem trabalhar mais de 5 horas por semana , as restantes 5 dedicam menos de 5 horas a trabalhar. O tipo de trabalho mais comum é trabalhos domésticos (limpar a casa) e cuidar dos irmãos.	3 Sujeitos trabalham mais de 10 horas por semana; 2 sujeitos referem trabalhos como tirar estrume e levar as ovelhas
Actividades/Laços sociais	22 Sujeitos referem desenvolver actividades/laços sociais. 17 Sujeitos referem actividades religiosas (catequese e missa); 3 sujeitos referem actividades desportivas; 2 sujeitos referem um grupo de folclore e 2 sujeitos um grupo de bombos e 1 sujeito num grupo de teatro.	Do conjunto 5 sujeitos não refere nenhuma actividade/laço social.
Hora de deitar	A maioria refere deitar-se entre as 22h e as 23h , apesar de alguns sujeitos deitar-se antes das 22h e outros depois das 23h. Nota-se uma diferença entre a hora de dormir durante a semana e ao fim de semana.	2 Sujeitos ao fim de semana deitam-se entre as 00.30 e a 1h.30m
Duração do sono	O padrão do sono das crianças e adolescentes beneficiários do RSI posiciona-se entre as 8h e as 9.30m diário de sono (padrão de sono).	

Tabela 17 – Quotidianos das crianças e adolescentes beneficiários do RSI

Podemos concluir que a duração média de um dia para estas crianças e adolescentes é de 14 a 16 horas, dormem cerca de 8 horas a 9h e 30 minutos por dia. Percebe-se também que há crianças que referem o brincar ao longo do dia, apesar de haver crianças que trabalham e quase não brincam. O tempo de lazer é preenchido pela televisão e pelo computador.

De seguida, iremos apresentar dois *retratos robot* dos quotidianos das crianças e adolescentes.

Dia da semana	
Comecei	O que fiz
7h e 7h.30	acordar
8h.30m às 13h	aulas
13h às 14h	almoçar
14h às 16h.30m	aulas
17h	lanchar em casa
17h.30m às 18.15m	fazer os trabalhos da escola
18h.15m às 19h.30/20h	Ver televisão/jogar computador
20h	jantar
21h às 22h	ver televisão
22h	dormir

Tabela 18 – Retrato robot do quotidiano das crianças e adolescentes: um dia de semana

Decidimos colocar um exemplo de um diário, escolhemos um dia da semana do D.D. (14 anos), que mostra a forma como ocupa o seu dia, em actividades escolares, no convívio com os pares, em casa, local onde vê televisão e joga computador.



☉ meu dia de hoje é 9 de Junho
 Levantei-me às 7:30
 Um dia de escola _____
 ☉ que fiz hoje _____

Comecei	O que fiz	Acabei
7:45	Tomei o pequeno-almoço e vi televisão	Acabei às 8:00
8:20	Comecei as minhas aulas	Acabei Acabei as aulas da parte da manhã às 13
13:30	Fui almoçar	Acabei de almoçar às 13:45
13:50	Joguei futebol com os meus amigos	Acabei às 15:00
15:10	Fui para a última aula	Acabou às 16:40
16:40	Fui com os meus amigos para o * forno da freguesia	Fui para casa às 18:00
18:10	cheguei a casa e fui jogar computador	Acabei às 20:00
20:10	fui comer com a minha família	Acabei às 20:30
20:35	Fui ver televisão	Acabei às 22:00
22:00	Fui para o computador	Acabei às 23:10
23:10	Fui para a cama	

* Centro da ~~freguesia~~ freguesia

Figura 2 – Diário do D.D (14 anos): um dia de semana

Fim-de-semana

Comecei	O que fiz
10h às 11h	acordar
11h	ver televisão
12h	almoçar
13h às 14h	brincar
14h às 15h	estudar
15.30 às 16.30m	catequese
17h às 18h	missa
19.30/20h	jantar
21h às 23h	ver televisão/jogar computador
23h	dormir

Tabela 19 – Retrato robot do quotidiano das crianças e adolescentes: um dia de fim de semana

Como exemplo de um dia ao fim de semana destes sujeitos, optamos pelo diário da A.M. (14 anos), que demonstra que estes jovens para além de brincar, conviver e terem tempo de lazer, também trabalham em casa e cuidam dos irmãos.



☉ meu dia de hoje é Sábado
 ☉ Levantei-me 9:00h
 ☉ que fiz hoje

Comecei	☉ que fiz	Acabei
9:05h	fui tomar o pequeno almoço	9:15h
9:20h	fui arrumar a casa	12:00h
12:00h	fui almoçar	12:30h
12:30h	fui arrumar a cozinha	13:05h
13:05h	fui ver televisão	15:00h
15:05h	fui lavar a loiça	15:30h
15:35h	fui para a catequese	17:00h
17:30h	fui tomar banho	18:00h
18:05h	fui sair com meus irmãos	20:00h
20:00h	fui jantar	20:45h
21:00h	fui dormir	

Figura 3 – Diário do A.M (14 anos): um dia de fim-de-semana

O que é que eles nos dizem ...

Suportes familiares

No que concerne ao tipo de **suportes familiares** referidos pelos sujeitos, eles indicam 5 figuras da família: os irmãos, os pais, os avós, os padrinhos e os tios. Todos referem os irmãos como figuras que proporcionam suporte (100%), os pais são referidos por 29 sujeitos (96%). Os avós são referidos por 11 sujeitos (36%), 8 sujeitos indicam os tios (26%) e, apenas, 3 sujeitos referem os padrinhos (10%).

Tipo de suporte familiar

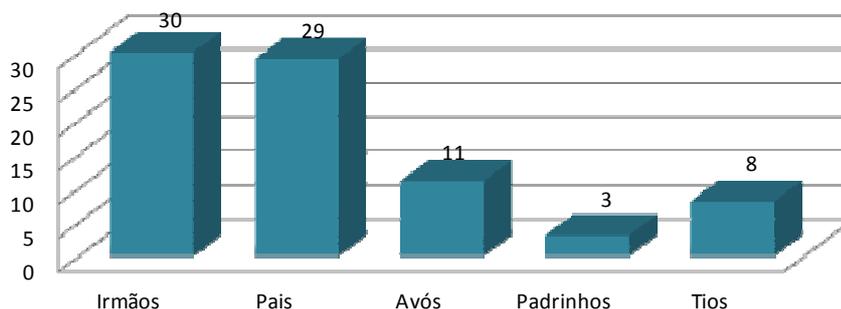


Gráfico 7 – Tipo de Suporte Familiar

Percepção familiar

Quanto à **percepção da vida familiar**, apresentaremos os resultados através de três gráficos: situação face ao emprego dos pais; ambiente familiar e situação económica.

Assim, no que respeita à **situação face ao emprego dos pais**, os sujeitos apresentam 6 tipos de condições: emprego; desemprego; precariedade; desemprego de um dos progenitores; desemprego de um dos progenitores e precariedade de o outro e, por último, reforma. Foi possível avaliar que 14 sujeitos referem que um dos progenitores está desempregado (46%); 6 sujeitos têm ambos os pais desempregados (20%); 2 sujeitos indicam a precariedade como a situação profissional dos pais (6%), referindo que os pais fazem “biscates de vez em quando na construção civil ou na agricultura”; 1 sujeito (3%) refere que um dos pais está desempregado e o outro tem uma situação precária face ao trabalho; 1 sujeito (3%) refere que os pais estão reformados por invalidez; e 6 sujeitos referem que os pais estão a trabalhar (20%) (*gráfico 8*).

Percepção da Vida Familiar
 Situação face ao emprego dos pais

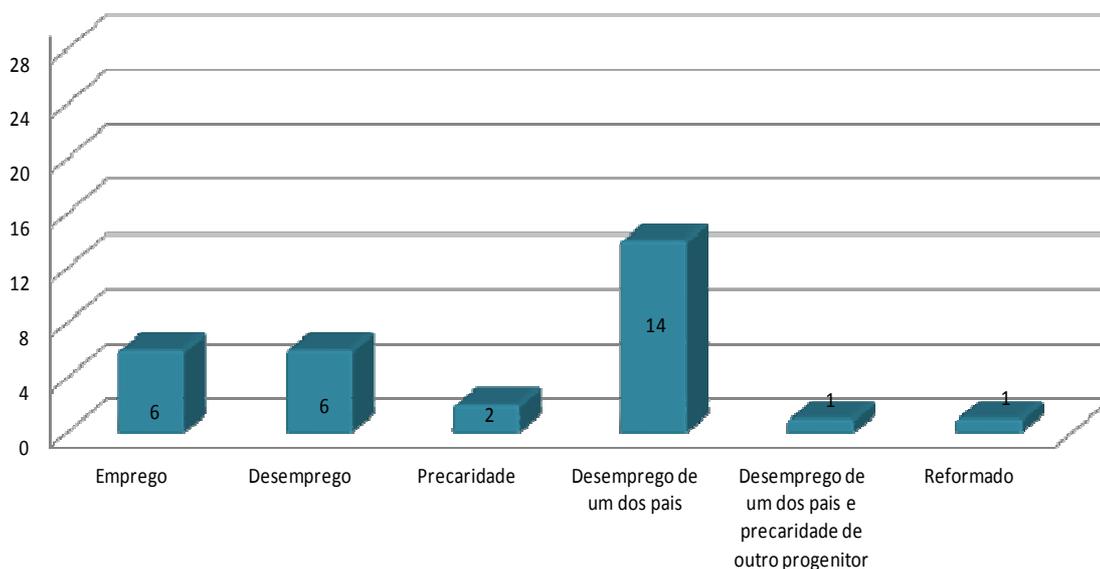


Gráfico 8 – Percepção da Vida Familiar: Situação face ao Emprego dos Pais

No que concerne ao **ambiente familiar**, os resultados mostram que 86% dos sujeitos percebem a sua família como não tendo problemas.

“ Eu acho que a minha família é muito unida e por quaisquer que seja o desafio ou problema os ultrapassará sempre unida” (D.D, 14 anos).

Em contrapartida, 14% dos sujeitos identificam dificuldades no seio familiar. Estes problemas centram-se sobretudo nas questões relacionadas com o desemprego e, conseqüentemente, dificuldades económicas.

Apesar de serem menos os sujeitos a referir a presença de problemas, estes relatos demonstram esta percepção das dificuldades no seio familiar:

(Se pudesse) “Mudava para não termos dificuldades em viver, tivéssemos mais dinheiro para eu ter mais roupa para me vestir e os meus irmãos e a minha mãe” (A.A, 11anos).

“ Se pudesse (mudava) na nossa vida a economia porque nós temos dificuldades e espero que você esteja a ler isto e gostava muito era que você ajudasse no sonho da minha mãe ter trabalho” (B.M, 11 anos).

“ O desemprego dos pais, (...) afecta um bocado, não podemos ter as regalias (jogos, telemóveis, roupas de marca) como alguns” (D.D, 14 anos).

“ O meu irmão tem problemas com o álcool e emborracha-se muitas vezes” (M.A, 14 anos).

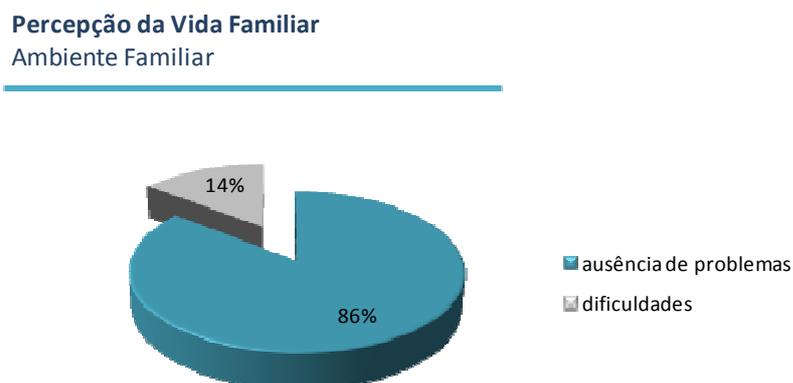


Gráfico 9 – Percepção da Vida Familiar: Ambiente Familiar

Curiosamente, perante a pergunta “ há alguma coisa na tua família que te preocupa /se pudesses mudar alguma coisa lá em casa”, tal como se observou no gráfico 9, apenas 14% identificam problemas, no entanto, ao longo da entrevista referiam 64% a existência de problemas económicos. Isto poderá justificar-se devido a estas crianças e adolescentes serem instruídos pelos pais para omitirem factos da dinâmica familiar às técnicas de acompanhamento e, como tal, as crianças tenderem a esconder, omitir e descrever um ambiente mais idílico do que real. Verificamos que 25% dos sujeitos referiram a inexistência de problemas económicos, isto poderá justificar-se por vergonha ou por desconhecimento da verdadeira situação económica dos pais. Importa ainda referir que 3 sujeitos mencionaram não ter conhecimento da resposta.

(mudava na minha família) “(...) principalmente essa parte do dinheiro, acho que tenho os melhores pais do mundo e a melhor família do mundo, só é mesmo essa parte do dinheiro” (B.F, 15anos).

“ Gostava que tivessem (pais) um emprego estável para que nunca nos falte nada” (D.D., 14 anos).

“ (...) Nós somos uma família pobre mas somos felizes” (M.A., 8 anos).

“ Os pais bem tentam que não falte nada mas às vezes há dias de aperto” (T.G, 14 anos).

Percepção da Vida Familiar Situação Económica

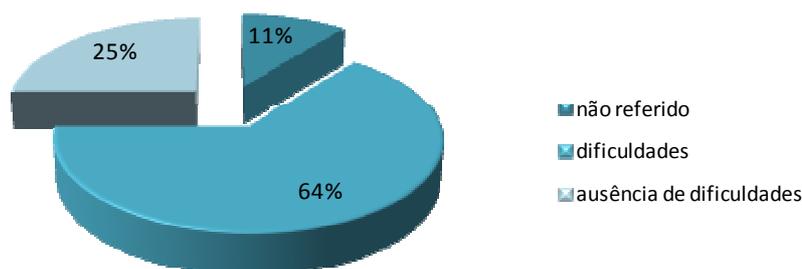


Gráfico 10 – Percepção da Vida Familiar: Situação Económica

Relações Sociais: Laços sociais inclusivos

Tal como refere Bastos *et al.* (2008:14), debruçarmo-nos sobre o bem-estar infantil é contemplar, obrigatoriamente, a sua inserção social; pois o meio envolvente e a interação social são aspectos fundamentais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Procuramos, deste modo, perceber quais as ligações que os sujeitos têm com outros agentes de socialização. Através dos resultados foi possível constatar-se que os principais **laços sociais inclusivos**, referidos pelas crianças e os adolescentes referem-se aos seguintes contextos:

- **Associações desportivas e culturais**: sendo possível verificar que 61% da amostra frequentam estes organismos, enquanto 39% não mantém contactos com estes contextos. As associações desportivas referem-se a equipas de futebol enquanto as associações culturais, caracterizavam-se por grupos de folclore e de teatro.

Lacos sociais inclusivos
 Associações desportivas, culturais

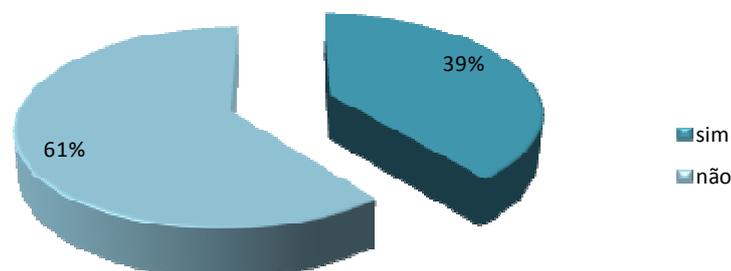


Gráfico 11 – Lacos sociais inclusivos: Associações Desportivas e Culturais

- **Contexto religioso** (catequese, missa) surge como um dos contextos mais inclusivos destes sujeitos, 70% estabelece este laço social e, apenas, 30% não estabelece laço com o contexto religioso. Procuramos explorar que tipo de actividades eram desenvolvidas nestes contextos, e concluímos que para além dos ensinamentos de índole religiosa, a catequese representa um espaço de convívio, partilha e interacção social, onde são desenvolvidas várias actividades, nomeadamente, iniciativas de solidariedade, festas/convívios e passeios.

Lacos sociais inclusivos
 Religião

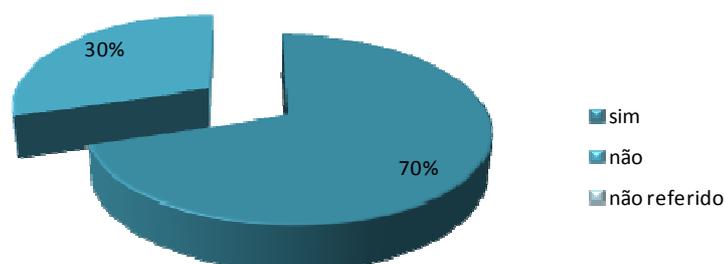


Gráfico 12 – Lacos sociais inclusivos: Religião

- A **escola** e a **relação com os pares** surgem como os principais contextos inclusivos, dado que todos os sujeitos (100%) frequentam a escola e referem relações com os pares. A importância do contexto escolar, tal como refere Garcia (1999:93), é fundamental para o desenvolvimento destes sujeitos e um enorme “realizador” de integração social que permite conhecimentos de literacia e de acesso às hipóteses de ascensão social. Parece-nos também

importante realçar sobre a importância que a medida RSI teve e tem no combate ao abandono e absentismo escolar (Rodrigues, 2010: 151).

A importância do grupo de pares, no conjunto de determinantes ambientais para o desenvolvimento da personalidade e dos comportamentos das crianças, é colossal (Montandon, 2005:497).

“Eu penso que os meus amigos são essenciais para a minha vida pois eu ajo, penso sobre (...) influência deles. Penso que os amigos são importantes na vida de qualquer pessoa” (D.D, 14 anos).

“ Eu adoro os meus amigos. Eles ajudam-me muito, são tudo para mim, são eles que me dão força” (F.O, 15 anos).

Auto-conceito

Os sujeitos descrevem o seu auto-conceito tendo em conta as auto-percepções de competência em determinadas situações específicas (e.g. social, físico e académico), sendo possível avaliar-se que a situação mais prevalente nos discursos das crianças e adolescentes são as competências sociais:

“Penso que sou feliz... sou amigo do amigo... ajudo quem me ajuda... sou simpático, divertido e cauteloso” (B.M., 11 anos).

“ Eu sou uma pessoa muito alegre, simpática e bastante brincalhona... as minhas amigas acham que sou uma pessoa que as apoio nos momentos mais difíceis da vida delas” (C.C., 14 anos).

“ Sou simpática e divertida e também gosto de fazer rir os outros... activa, sempre pronta para o que der e vier; gosto de ajudar as pessoas necessitadas; muito responsável e muito boa irmã e já agora boa filha” (T.G., 14 anos).

“ (...) Gosto de ser amigo dos meus amigos” (T.B., 11 anos).

“ Divertido, gosto de contar anedotas aos meus colegas” (E.G., 8 anos).

A este respeito, vários estudos mostram que auto-conceito, sobretudo na adolescência, desenvolve-se amplamente no contexto das relações com os pares, particularmente, os do mesmo género (Papalaia *et al.*, 2001:574).

Outros sujeitos definem o seu auto-conceito com base nas características físicas:

“*Sou bonita*” (A.G., 14 anos).

“*Eu sou bonita, elegante e gosto muito de usar saia e calções*” (D.G., 12 anos).

“*Sou um rapaz bonito, divertido e elegante*” (R.A., 11 anos).

“*Sou bonita e feliz*” (S.R., 8 anos).

As competências académicas também servem para descrever o seu auto-conceito:

“*Sou inteligente (...)*” (D.F., 14 anos).

“*Sou esperta pois nos testes de matemática tirava negativa e agora tiro positiva*” (A.G., 14 anos);

“*Sou esperto*” (J.F., 8 anos).

Há sujeitos que descrevem o seu auto-conceito de forma mais detalhada e abrangendo diferentes competências:

“*Um rapaz feliz, divertido, empenhado nas tarefas que me propõem; responsável quando o devo ser; livre, não faço tudo o que quero, pois sei, que algumas vezes irei prejudicar os outros, faço-o com responsabilidade (...), sou um bom rapaz, cumprio o que prometo; sou amigo de quem é meu amigo*” (R.O., 13 anos).

Estes resultados parecem-nos muito positivos e animadores para o futuro destas crianças e adolescentes, uma vez que dados empíricos de diversos estudos (Serra, 1986; Faria e Fontaine, 1992; Serra e Pocinho, 2001; Melo, 2005 e 2007) defendem a ideia de que um auto-conceito positivo ajuda a pessoa a ter uma percepção positiva de si própria, a perceber o mundo de uma forma menos ameaçadora, a ter estratégias de *coping* mais adaptadas, a desenvolver competências relacionais de ajuda e a sentir-se bem consigo próprio e com os outros (Melo, 2008:3).

Percepção do Contexto Escolar

Importa também perceber qual a relação que estas crianças e adolescentes têm com a escola, lugar de aprendizagens técnicas mas também de competências sociais. Procuraremos, nos próximos pontos, abordar o vínculo destes sujeitos com a escola sob duas perspectivas: por

um lado, e sabendo-se do seu impacto no desenho de trajectórias de sucesso académico, averiguar o tipo de apoios que os sujeitos têm na relação com a escola; por outro, perceber qual a importância que estas crianças e adolescentes atribuem à escola, quer no presente como no futuro.

Os sujeitos identificam vários grupos de **apoio** nos trabalhos/tarefas relacionadas com a escola: pais, irmãos, outros familiares e amigos. Assim, 59% dos sujeitos referem os pais como prestadores de apoio nas actividades escolares; 32% os irmãos; 2% outros familiares e um sujeito (2%) referiu o apoio de amigos.

“ Os meus pais e a A. (irmã) ensinam-me a aprender as coisas, por exemplo, eu estou a dar a reprodução humana, como a A. já deu, ajuda-me nas coisas que eu não sei” (D.G, 12 anos)

“ O meu pai e a minha mãe incentivam-me e ajuda-me a estudar (como?) o meu pai não quer que eu deixe de estudar, eu já tive a ideia de deixar de estudar no 9º ano e ele disse que não” (B.F, 15 anos).

“Os meus irmãos às vezes ajudam-me ” (E.S, 8 anos).

“ Eles (pais) ajudam-me a memorizar a matéria e a compreendê-la; às vezes fazem-me exercícios para eu tentar aprender” (L.M, 11anos).

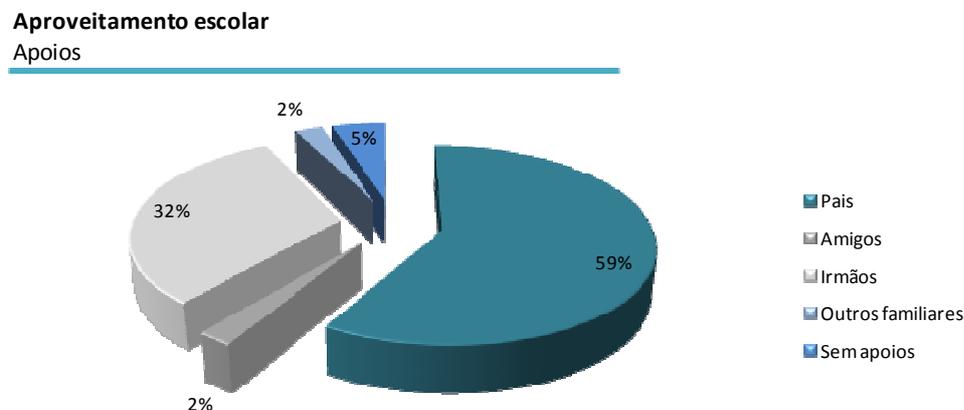


Gráfico 13 – Aproveitamento Escolar: Apoios

Importa aqui referir que 2 sujeitos evidenciam não terem qualquer apoio nos estudos, tal como é possível avaliar nos seus discursos:

“ Eu faço tudo sozinha, nos deveres faço sozinha, estudo sozinho, faço os meus trabalhos sempre sozinha, nunca peço ajuda a ninguém” (C. C, 14 anos).

“ Não, ninguém me ajuda (com os trabalhos da escola)” (A.J.M, 8 anos).

Estes resultados são indicadores da importância que os pais dão à formação escolar dos seus educandos, pois tal como o estudo de Rodrigues (2010:155) refere: os beneficiários do RSI (inquiridos), perspectivam que o futuro dos filhos seja melhor do que dos próprios, dado que irão ter mais formação e, conseqüentemente, mais possibilidades de emprego. Kellerhals e Montandon (1991, citados por Seabra, 1999:32) elaboraram uma pesquisa sobre o envolvimento das famílias do meio populares têm com a escola, os dados evidenciaram existir um significativo investimento destas famílias na escolaridade dos filhos.

Procuramos ainda perceber qual a importância que as crianças e adolescentes entrevistadas dão ao contexto escolar, a esse respeito, os resultados mostraram que 25 sujeitos **valorizam a escola** (83%), enquanto apenas 5 sujeitos (27%) **desvalorizam a escola**.

Os relatos e diários dos sujeitos demonstram bem estas percepções:

“ (a escola) Eu penso que é um túnel em que nós descobrimos, aprendemos, brincamos e ficamos a saber mais. É maravilhoso, mas há pessoas que pensam que a escola não vale nada. Mas eu também pensava isso mas agora não. Estou a esforçar-me muito e estou a ver que vale a pena” (B.M, 11anos).

“ Aprendemos muitas coisas novas, num só dia; a escola dá o seu melhor e os professores também. Ensina-me muitas coisas em relação à matéria” (D.G, 12 anos).

“ A escola é uma seca, eu penso isso porque começa muito cedo e não consigo aprender nada” (E.M, 13 anos).

Valorização da escola

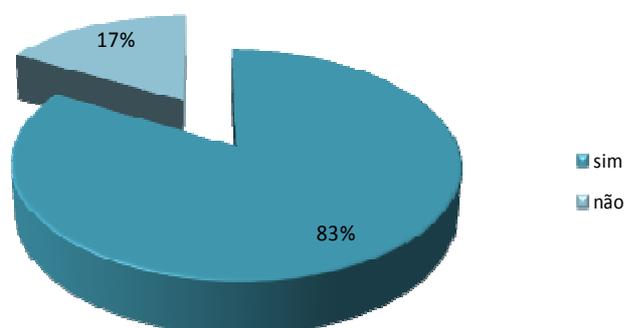


Gráfico 14 – Valorização da Escola

Procuramos ainda perceber o que é que os sujeitos valorizavam na escola, se aspectos do presente ou do futuro. A este propósito, foi possível perceber que 50% dos sujeitos referem a **escola como importante no presente**, e por outro lado, 50% dos sujeitos reconhece importância à escola pelo que lhe poderá proporcionar no futuro.

Presente:

“Sobre a escola eu penso que é bom existir porque sem ela eu hoje não sabia ler, nem escrever. Senão não conseguia escrever isto que estou a escrever” (R.A, 12 anos).

“Eu penso que a escola é fixe porque aprendem-se muitas coisas e no recreio tem campo de futebol para jogar” (S.R., 8 anos).

Futuro:

“ Que é uma mais-valia para o meu futuro, sei que às vezes é uma seca mas é ela que me vai ajudar a ter bons estudos e no futuro um bom trabalho e uma boa vida” (R.O, 13 anos).

“ (...) A escola ajuda-me a ter um futuro na vida. Ajuda-me a tirar os cursos das profissões que mais gosto: cabeleireira e esteticista” (M.A, 8 anos).

“ Eu penso que a escola é uma porta que abre novos caminhos. Uma oportunidade que temos, para no futuro sermos alguém (...) é uma chave para abrir a porta para o meu futuro” (A.M, 14 anos).

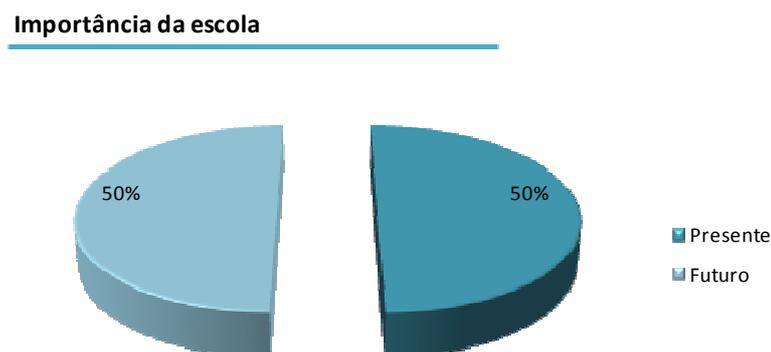


Gráfico 15 – Importância da escola: presente e futuro

Importa ainda referir que há sujeitos que não vêm importância da escola para o futuro, tal como evidencia este relato:

“ *Eu ando na escola mas lá não vejo futuro (...) já disse ao meu pai que quero sair mas ele não me deixa*” (E.M, 13 anos).

Expectativas e objectivos face ao futuro

A literatura mostra que as crianças e os adolescentes que crescem numa família que frequentemente vive situações de crise e de incapacidade para as superar leva a que desenvolvam uma percepção do futuro mais pessimista, vendo diminuídas as aspirações e oportunidades futuras (Schlieber e Peregoy (1994) citado por Sobral *et al.*, 2009).

Procuramos perceber como é que estas crianças e adolescentes se sentem em relação ao futuro. Os resultados mostram-nos que 55% apresentam sentimentos positivos e de **optimismo face ao futuro**, isso é perceptível através de diversas expressões dos sujeitos:

“ *O futuro vai ser um momento cheio de alegria*” (A.M., 14 anos).

“ *Acho que o meu futuro vai ser muito bom*” (A.G., 14 anos).

“ *Terei um futuro feliz com as pessoas que mais gosto*” (D.O., 11 anos).

“ *Acho que se quiser consigo ter um futuro bom*” (M.C., 14 anos).

13% dos sujeitos evidenciam alguns **sentimentos mais pessimistas face ao futuro**, tais como:

“ *Acho que vai ser um bocado difícil... até ao 12º ano ainda tenho que estudar muito*” (A.A., 12 anos).

“ *Acho que vai ser difícil porque quanto mais para a frente vamos, mais difíceis são as matérias (...)*” (C.C., 14 anos).

32% dos sujeitos apresentam alguma **incerteza e indefinição face ao futuro**:

“ *Não sei muito bem como vai ser o futuro*” (F.C., 11 anos).

“ *Mais ou menos difícil*” (M.A., 8 anos).

“ *Tudo depende do que eu conseguir arranjar para estudar e do curso também*” (T.G., 14 anos).

Expectativas face ao futuro

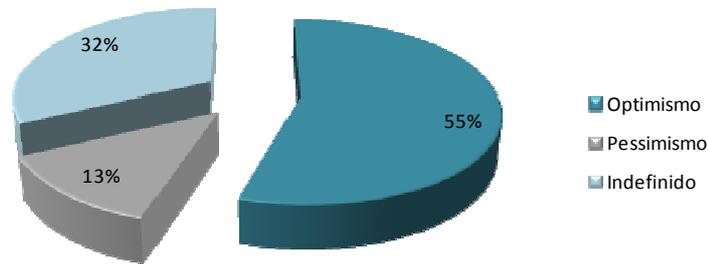


Gráfico 16 – Expectativas face ao futuro

Foi ainda possível encontrar discursos que mostram a necessidade de no futuro ajudarem a sua família, num claro objectivo de quebrar a “pobreza” transmitida intergeracionalmente.

“ Eu acho sobre o meu futuro que é muito importante para ajudar a minha família” (A. A., 11 anos).

Pareceu-nos importante explorar a **gênese das expectativas de futuro** destes sujeitos, pois evidenciam origens diferentes. Alguns sujeitos evidenciam a influência familiar na criação das expectativas, ao que designamos expectativas por indução familiar:

“Os meus pais querem que eu seja feirante” (J.R., 8 anos);

“O meu pai já me disse que gostava que eu fosse advogado” (N.M., 11 anos).

Os discursos das crianças e adolescentes evidenciam auto-limitação das expectativas por consequência da baixa confiança nas suas competências e ainda pelo receio do futuro, tal como se torna evidente nestes relatos:

“Vai ser difícil, temos que estudar muito, trabalhar muito e tirar muitos 5” (E.G, 8 anos);

“Acho difícil porque quanto mais para a frente vamos, mais difíceis são as matérias, precisamos estudar muito mais” (C.C, 14 anos).

Quando questionamos os alunos sobre as projecções para o seu **futuro escolar**, 63% pretendem estudar para além do ensino básico, 30% pretendem frequentar a universidade e 33% completar o secundário; 17% o ensino básico e 20% das crianças e jovens ainda não têm expectativas escolares definidas.

Expectativas escolares

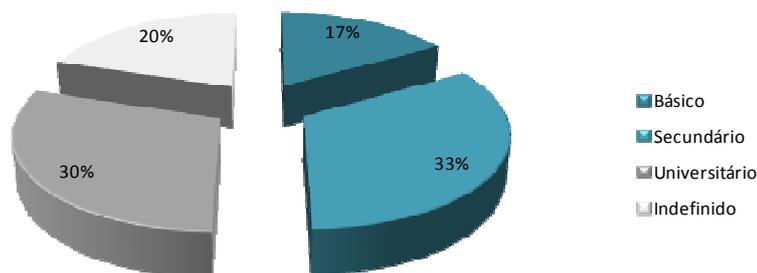


Gráfico 17 – Expectativas Escolares

É de referir que, tal como evidencia o gráfico, 20% dos entrevistados não tinham ideia de qual é o seu objectivo escolar, nem sobre a existência do ensino superior; apesar de responderem “ir até ao curso” ou “até acabar”. Mas foi possível avaliar que não sabiam a que nível de escolaridade corresponderia. Importa salientar que esta indefinição das expectativas académicas surgiu mais nos sujeitos mais novos e, sobretudo, nas crianças de etnia cigana; isto é um indicador da pouca familiarização que têm com os níveis de escolaridade, o que pode dever-se aos baixos níveis de escolarização do seu grupo familiar e do grau de valorização da escola pelo seu contexto familiar.

“Muitos anos” (E.G., 8 anos)

“Ir até ao curso” (I.M., 8 anos)

“Até acabar” (A.J.M., 8 anos)

“Não faço a mínima ideia” (N.R., 11 anos)

Foi possível avaliar que se encontram expectativas escolares similares nos grupos de irmãos, isso pode ser indicador da influência do contexto familiar na génese das expectativas escolares, ou especificamente, da influência dos irmãos a este nível.

Importa ainda referir que os sujeitos que evidenciam maior indefinição no seu projecto escolar são as crianças mais novas, com 8 anos e, ainda, todos os 5 sujeitos entrevistados de etnia cigana.

Procuramos perceber se as expectativas escolares poderiam estar relacionadas com o percurso escolar que apresentavam até então, sendo possível concluir que os sujeitos que apresentam expectativas mais elevadas (ensino universitário) apresentam na sua maioria um percurso escolar pautado pelo sucesso e ausência de retenções (em 8 sujeitos, apenas 1 apresenta retenções). Por outro lado, os sujeitos que apresentam expectativas escolares mais

baixas (ensino básico) apresentam na sua maioria história de insucesso escolar, caracterizada por uma ou duas retenções (em 6 sujeitos, apenas 1 não apresenta retenções).

Analisamos ainda a possível relação entre as expectativas escolares e o tempo de benefício da medida do RSI por parte das famílias, onde concluímos que as crianças e adolescentes que apresentam expectativas mais baixas pertencem na sua grande maioria a famílias que beneficiam do RSI há mais de 7 anos.

As crianças e os adolescentes responderam que querem no futuro “ ter um carro, ter uma casa, ter um trabalho”, evidenciando os seus **objectivos de futuro**.

Decidimos agrupar as respostas dos sujeitos à questão “ o que gostavas de estar a fazer daqui a 10 anos?"/ “ sobre o meu futuro eu acho...” em quatro categorias. Os resultados mostram-nos que 19 sujeitos referem objectivos profissionais:

“ *Quero ser polícia porque gosto de ajudar as pessoas*” (B.M., 11 anos).

“ *Quero ser bombeiro e guarda-redes da equipa dos bombeiros*” (F.C., 10 anos).

“ *Ser camionista...andar com os camiões*” (J.R., 10 anos).

Enquanto 8 sujeitos referem objectivos familiares, como é possível verificar pelos seus discursos:

“*Vou casar, ter duas gémeas e ser feliz*” (A.G., 14 anos)

“*O meu futuro acho que vai ser normal ter uma família, não só os meus pais mas também ser casada e ser feliz*” (D.G., 12 anos).

7 Sujeitos referem objectivos de futuro mais centrados nos bens financeiros:

“*Ter uma casa própria e não ter de pensar nas contas*” (B.F., 15 anos).

“*Ter a minha carta de carro e de mota, ter uma casa, ter um terreno bom*” (N.R., 11 anos).

Muitos sujeitos referiram mais do que um tipo de objectivos para o futuro, tal como evidencia os discursos:

“*Tivesse uma família, uma boa casa e um emprego como arquitecto*” (D.F., 14 anos).

“*Ter a minha carta, o meu trabalho, o meu carro, a minha casa e algum dinheiro para poder viver*” (E.R., 12 anos).

“*Ter a carta de condução e casar... passear*” (A.J.R., 8 anos).

Importa ainda referir que 7 sujeitos apresentaram indefinição face ao futuro.

“A vida é que me vai dar o futuro” (M. A., 8 anos);

“Não sei muito bem... (F.C., 11 anos).

“Acho que se não me esforçar vai se difícil mas se me esforçar e lutar por aquilo que quero vou conseguir os meus objectivos e terei uma vida nem má, nem boa. Terei aquilo que trabalhar e lutar agora” (F.O., 14 anos).

Objectivos de futuro

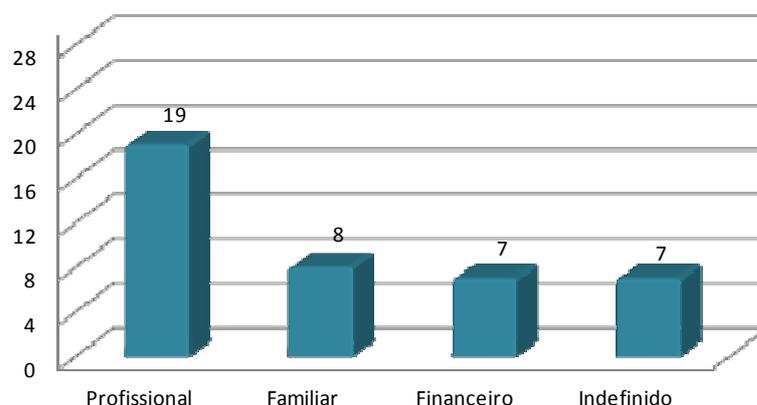


Gráfico 18 – Objectivos de Futuro

Quanto às aspirações profissionais, estes respondem “no meu futuro quero ser futebolista ou cabeleireira, ou ainda, gestor de empresas”, estas são algumas das profissões que responderam querer ter as crianças e adolescentes entrevistadas.

Aspirações profissionais

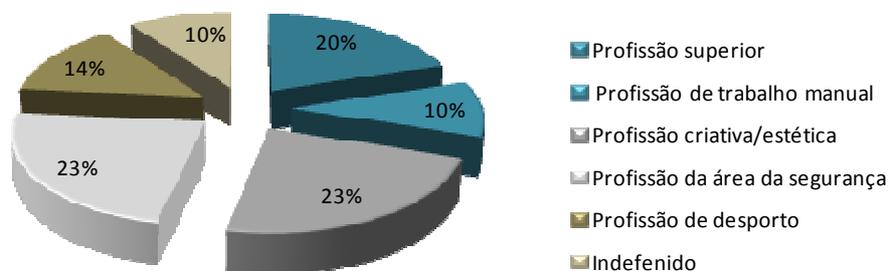


Gráfico 19 – Aspirações profissionais

Através do gráfico é possível identificar diferentes tipos de profissões, 10% ainda não identificam nenhuma profissão como desejável para o futuro, as restantes referem profissões susceptíveis de ser agrupadas do seguinte modo:

O tipo de profissão mais referido pelos sujeitos pertence às categorias: profissões criativa/estética (23%) e da área da segurança (23%):

“ *Quero ser massagista*” (S.G., 12 anos).

“ *Quero no meu futuro cortar os cabelos das pessoas, fazer-lhes massagens na pele, para a pele ficar bem lisa. Eu quero ser cabeleireira*” (A.A., 11 anos).

“ *Quero ser polícia mas os meus pais querem que eu seja feirante*” (A.J.M., 8 anos).

“ *Gostava de ser bombeira*” (J.A., 14 anos).

20% referem profissões superiores, tais como:

“ *Gostava de ter um emprego como arquitecto*” (D.D., 14 anos);

“ *Gostava de ir para a universidade (curso) gestão de empresas (...) gostava de ser gestor de uma empresa*” (R.O., 13 anos);

“ *Gostava de ser professor de educação física*” (T.B., 11 anos).

14% referem profissões ligadas ao desporto, tais como:

“ *Ser futebolista*” (E.G., 8 anos);

“ *Ser jogador de futebol*” (J.G., 13 anos).

10% referem profissões manuais, tais como:

“ *Ser trolha ou qualquer coisa do género, ou mecânico*” (N.R., 11 anos).

“ *Ser costureira*” (I.R., 8 anos).

De salientar que nenhum sujeito referiu profissões irrealistas, exemplo: astronauta. Constata-se que diversos sujeitos referiram que pretendiam ser jogador de futebol, bombeiro e polícia, aspirações que de certo modo, se relacionam com a recriação das suas brincadeiras. Do mesmo modo, apenas raparigas demonstram a intenção de desenvolver profissões criativas/estéticas (cabeleireira, massagista, artista), o que evidencia a relação entre o género e as escolhas vocacionais.

O que é surpreendente é sujeitos aspirarem profissões manuais, exemplo: trolhas, fabris, mecânicos, tal como refere Sarmiento *et al.* (2005:110) “como se até os próprios sonhos ficassem acomodados ao exercício de uma actividade nos escalões mais baixos da estratificação social”.

Quem são os jovens adultos, beneficiários do RMG em 1997 a 2000 ...

De seguida, daremos a conhecer as características e resultados do outro grupo de sujeitos que compõem o nosso estudo. Tal como já foi explicado na metodologia, a amostra era composta por 30 sujeitos, apesar de apenas 18 terem sido entrevistados. No entanto, conseguimos aceder a algumas informações através de informantes chave dos restantes 12 sujeitos, não entrevistados. Assim, para enriquecer os resultados do estudo e para melhor descrevermos a realidade em análise, procuraremos, sempre que dispusermos de dados sobre os 30 sujeitos, apresentar os resultados da totalidade da amostra e não apenas dos 18 jovens entrevistados.

Os jovens adultos: idades, género e escolaridade

Em termos de idades, o grupo organiza-se deste modo: a idade mais baixa é de 20 anos e a mais alta é 29 anos, sendo a média de idades 25 anos.

Quanto ao género, 53% dos sujeitos são do género masculino e 47% são do género feminino.

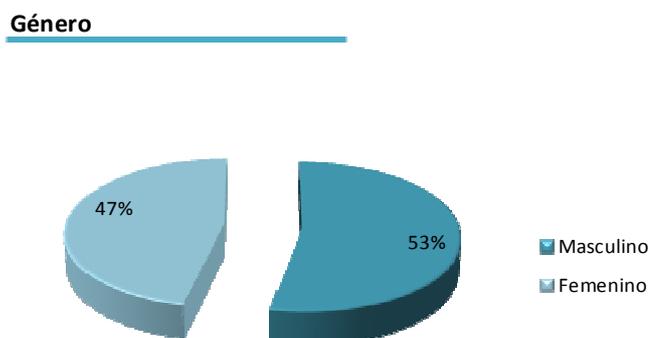


Gráfico 20 – Género

Em termos de desenvolvimento escolar, o nível de escolaridade os sujeitos organiza-se do seguinte modo: 8 sujeitos completaram o primeiro ciclo (26,6%); 9 sujeitos terminaram o 6º ano (39,1%); 4 sujeitos completaram o 9º ano; 1 sujeito completou o 12º ano e 1 jovem completou a licenciatura. Importa referir que 66% (18 sujeitos) não completaram a escolaridade

mínima obrigatória (Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 46/86 de 14 de Outubro, fixando, para a educação escolar, a obrigatoriedade, gratuidade e universalidade do ensino básico, com a duração de 9 anos). Estes resultados evidenciam que o RMG não alterou os percursos escolares dos seus beneficiários, estes abandonaram a escola muito precocemente com 12, 13 anos. Estas conclusões não corroboram estudos anteriores que, após cinco anos de funcionamento da medida em Portugal (1996-2001), mostram que no que se refere à área da educação, as oportunidades de regresso ao ensino aumentaram, tanto para os beneficiários como para os filhos e, concretamente, quanto à educação dos filhos, houve um maior comprometimento dos pais (Rodrigues, 2010:100). Contudo dados mais recentes do Departamento de Planeamento Estratégico (2005), indicarem que 54% dos beneficiários do RMG têm habilitações escolares ao nível do 1º ciclo ou menos, o que evidencia o acentuado processo de vulnerabilização, aspecto que os programas de inserção não tem conseguido combater (Rodrigues, 2010:151).

Desenvolvimento escolar
 Nível de escolaridade

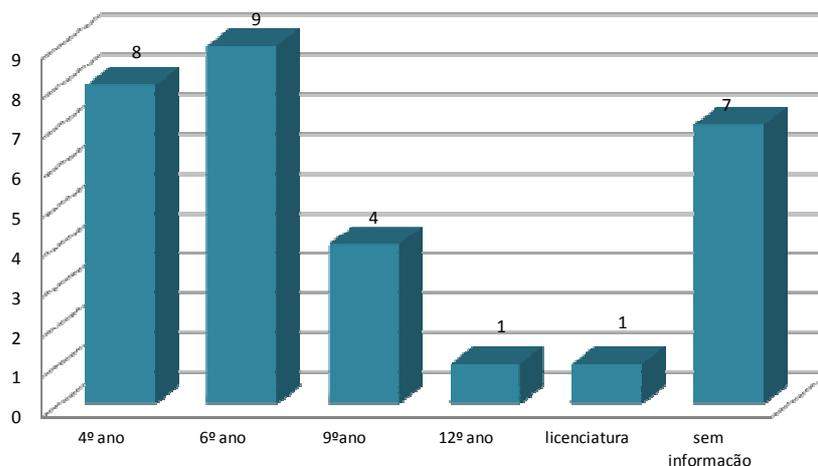


Gráfico 21 – Nível de escolaridade

O abandono precoce da escola destes jovens teve várias causas, nomeadamente, graves carências económicas, intenção de ter autonomia financeira, desinteresse pela escola, como podemos constatar a partir dos diferentes relatos:

“Faltava-me tudo e mais alguma coisa, do tipo a roupa, material escolar e depois eu saía da cama e pequeno-almoço não existia; eu tinha a primeira refeição na escola só à 1 hora da tarde e a partir era até à noite. E depois havia muitas dificuldades em estudar, não havia electricidade na minha casa; quer dizer no inverno sai-se de noite entra-se de noite à luz de uma vela, não dá para estudar e depois ainda tinha as pessoas a resmungar em casa a dizer

que era preciso a vela para o dia seguinte. Havia um ponto que andava a remar contra a maré. Não dava... tinha bom aproveitamento escolar, era uma pessoa esperta e nunca reprovei durante esses anos e se calhar não reprovava mas havia muitas barreiras e eu cheguei a um ponto e disse o que é que eu ando para aqui a fazer” (D.M, 27 anos).

“Querida trabalhar, os meus irmãos mais velhos eles trabalhavam e tinham tudo e eu não tinha nada... uma bicicleta e tudo e eu não tinha nada... andava a pé e eu queria ter alguma coisa e depois comecei a trabalhar numa barraquinha de faturas aos fins-de-semana, depois o acabei por desistir daquilo e foi assim...” (A.H.F., 25 anos).

“ (...) eu até ao 7º ano era muito boa aluna, mas depois comecei-me a baldar muito às aulas e comecei a andar com pessoas que também se baldavam muito (...) e então eu disse para mim: isto não é vida. Se não quero estudar não vou andar nisto e vou mas é trabalhar, porque eu sabia que financeiramente os meus pais não me poderiam ajudar e tudo bem. Comecei a faltar às aulas e depois havia amigos que me diziam: “ou estudas ou vais trabalhar”. E então eu decidi ir trabalhar” (S.S., 24 anos).

Quanto ao aproveitamento escolar, apenas dispomos de informações sobre os 18 sujeitos entrevistados. Deste modo, os resultados mostram-nos que os percursos escolares foram pautados na sua maioria por retenções, dado que 85% teve pelo menos uma retenção e, apenas, 15% dos jovens entrevistados nunca tiveram nenhuma retenção.

Estes dados evidenciam o pouco sucesso académico destes jovens em termos escolares, o que, conseqüentemente, conduziu ao abandono prematuro do contexto educativo.

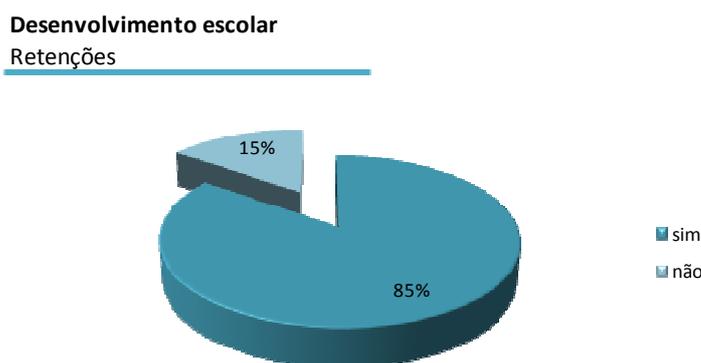


Gráfico 22 – Retenções

Quanto ao número de retenções, os dados referem-se aos sujeitos entrevistados, sendo possível concluir que 77% dos sujeitos apenas teve uma retenção no seu percurso escolar, 15% dos jovens tiveram duas retenções e 1 sujeito (8%) teve três retenções no decorrer no seu trajecto académico.

Desenvolvimento escolar
 Nº de retenções

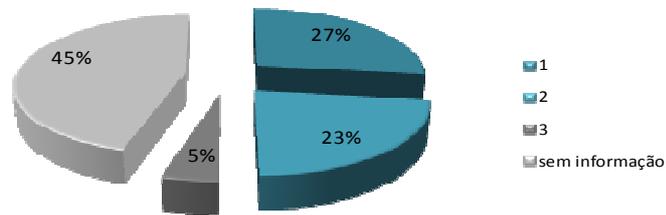


Gráfico 23 – Nº de retenções

Agregados familiares

No que se refere aos agrupamentos familiares actuais, verifica-se que 50% dos sujeitos já constituíram uma nova família, ou através do casamento ou de união de facto. Sendo que 33% dos sujeitos vivem ainda com a família paterna e 17% apresentam uma tipologia de família, monoparental materna.

Tipologia familiar

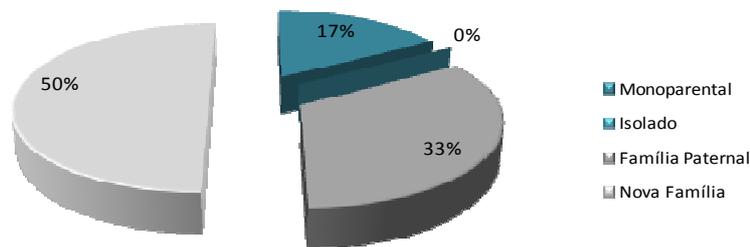


Gráfico 24 – Tipologia familiar

Situação Profissional

Face à situação profissional, os entrevistados apresentam na sua maioria (63%) condição de empregado, apenas 27% encontram-se desempregados; 7% ainda estão a estudar e 3% não reúnem condições físicas e intelectuais para trabalhar.

Situação face ao emprego

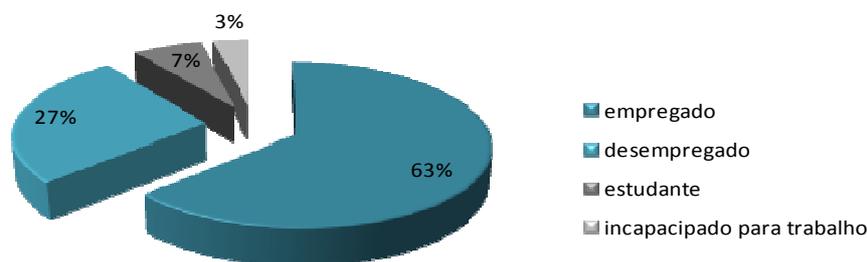


Gráfico 25 – Situação face ao emprego

Perante os resultados, podemos concluir que apesar das baixas qualificações escolares e profissionais que caracterizam a maioria dos jovens adultos, os sujeitos conseguiram alcançar a integração profissional na sua maioria.

Verificamos que grande parte destes sujeitos apresenta uma entrada precoce no mundo de trabalho, ainda em idade de cumprimento da escolaridade obrigatória. Essa entrada dá-se em condições de fragilidade e de clandestinidade, casos de trabalho infantil. Segundo E. Rodrigues (2010:152) estas situações diminuem as alternativas e dificultam os caminhos de inserção, pois quando experienciam a situação de desemprego, esta normalmente tende a apresentar-se como duradoura e de vulnerabilização socioeconómica muitas vezes irrecuperável.

“Porque na altura eu era menor e não fazia descontos e a minha mãe dizia-lhe (ao patrão) se eu não me portar bem para me bater... eu portava-me bem mas ele batia-me. Ele era assim, era muito mau, até batia às outras empregadas” (F.A., 29 anos)

“Comecei a trabalhar estava a fazer 14 anos” (D.M., 27 anos).

Procuramos perceber se existia alguma relação entre a situação de desemprego e a baixa escolaridade, ou com a variável idade e género; não tendo obtido resultados que justifiquem a possível relação de influência entre as variáveis em análise.

Quanto às profissões exercidas, concluímos que as profissões manuais lideram abrangendo 67% dos sujeitos. Entre as profissões manuais, as mais representadas são os operários da construção civil. Importa referir que 14% dos sujeitos estão emigrados mas na sua maioria também a desenvolver actividade profissional na área da construção civil. Uma perspectiva do conjunto de situação profissional dos sujeitos é apresentada no *gráfico 26*.

Profissões

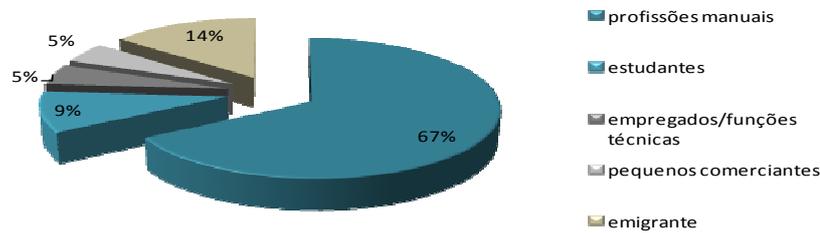


Gráfico 26 – Profissões exercidas pelos jovens adultos

Procuramos ainda perceber quais as condições laborais que usufruem os jovens entrevistados, ao que foi possível concluir que 90% (10) dos jovens empregados têm um contrato de trabalho sem termo e apenas 10% (1) não têm contrato de trabalho. Estes indicadores parecem-nos evidenciar uma certa estabilidade e segurança que caracteriza a situação laboral destes jovens.

Condições laborais

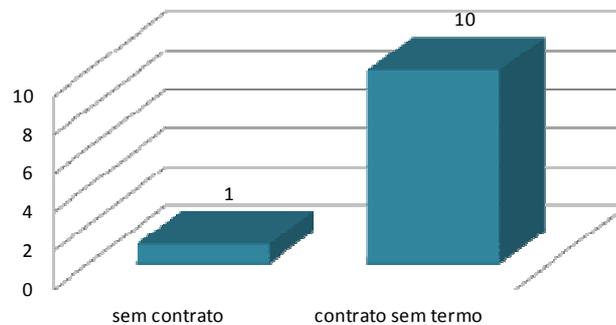


Gráfico 27 – Condições laborais

Face aos 27% sujeitos desempregados, analisamos o tempo de duração do desemprego, com o intuito de perceber se se tratava de desemprego de longa ou curta duração. Constatamos que 2 sujeitos encontram-se desempregados há dois anos, enquanto os restantes 3 sujeitos apresentam a situação de desemprego há menos de 12 meses.

Duração do desemprego

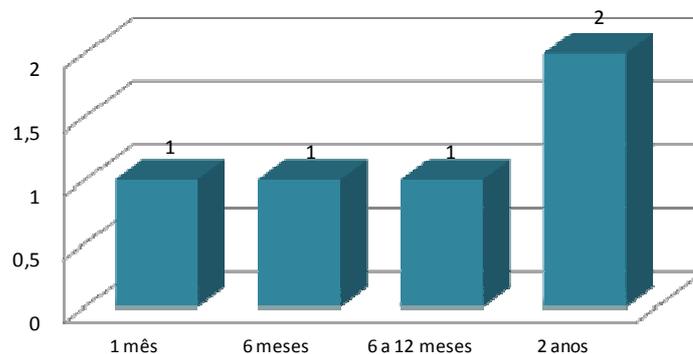


Gráfico 28 – Duração do desemprego

Ao explorar as causas do desemprego percebemos que existiram várias situações que originaram a situação de desemprego, nomeadamente, a não renovação do contrato como a mais prevalente (2 sujeitos), seguindo-se a falência da empresa, a rescisão por parte do trabalhador e o despedimento, tal como podemos verificar no gráfico abaixo apresentado.

Motivos do desemprego

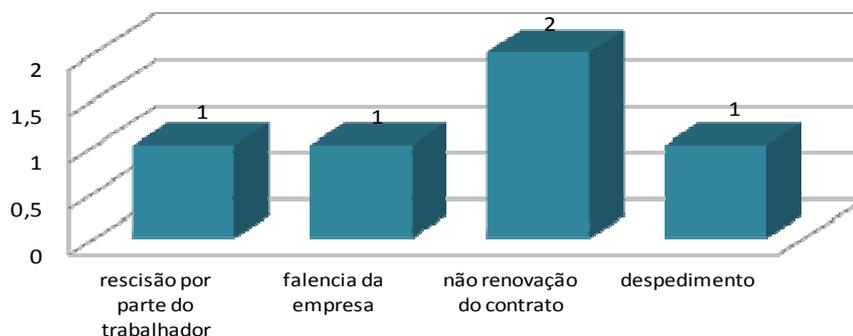


Gráfico 29 – Motivos do desemprego

Percebe-se que todos os sujeitos, excepto os que ainda estudam e um sujeito que não reúne condições de saúde para exercer actividade profissional, já desenvolveram alguma actividade profissional, apesar de alguns terem encontrado condições de precariedade laboral.

De forma esquemática, vamos expor o percurso de vida destes jovens adultos à luz de determinados marcos de vida, tais como: entrada na escola, saída da escola, primeiro trabalho, saída de casa dos pais, casamento ou união de facto, entre outros.

Percursos de Vida:

		JOVENS ADULTOS																		
		A.F. (26 anos)	Al.G. (22 anos)	A.S. (29 anos)	A.F. (22 anos)	Al.F. (25 anos)	C.F. (29 anos)	D.M. (27 anos)	E.M. (25 anos)	F.A. (29 anos)	L.F. (23 anos)	L.M. (29 anos)	O.P. (25 anos)	P.S. (28 anos)	R.G. (28 anos)	S.S. (24 anos)	SG.S. (20 anos)	S.R. (27 anos)	T.P. (25 anos)	
1																				
2																				
3																				
4																				
5																				
6	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola		Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola	Entrada escola
7						Entrada escola														
8																				
9										Saída da escola										
10										Saída da escola										
11										Saída da escola										
12			Saída da escola					Saída da escola		1º emprego	Saída da escola									
13			1º emprego							Saída da casa										
14		Saída da escola					Saída da escola			1º emprego										
15		1º emprego					1º emprego													
16						Saída da escola										Saída da escola				
17						1º emprego										1º emprego				
18	Saída da escola					1º emprego														
19	1º emprego																			
20		Saída da casa																		
21		Casamento																		
22		1º Filho																		
23																				
24																				
25																				
26																				
27																				
28																				
29																				

Tabela 20 – Percurso de vida dos jovens adultos

O que nos dizem sobre a sua vida actual...

Percepção da sua família de origem

Procuramos compreender como é que actualmente percepcionavam a sua família de origem, pois considerávamos importante saber como é que depois de há 14 ou 13 anos terem beneficiado de um apoio social, como o RMG, qual era a situação dessas mesmas famílias no momento. Concluiu-se que os 18 sujeitos (100%) percepcionam a sua família de origem como vivendo ainda muitos problemas.

Assim, perante este resultado, percebe-se que mesmo após grande parte das famílias já não beneficiarem de nenhum apoio social, tal como o RMG, mesmo assim, mantêm-se agregados cobertos de problemas de várias ordens.

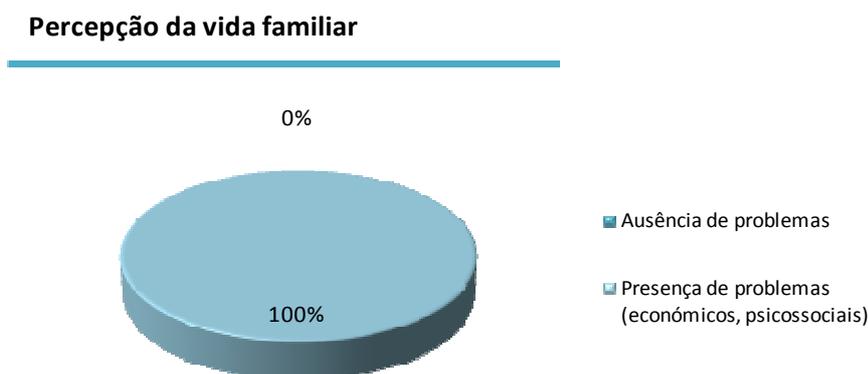


Gráfico 30 – Percepção da vida familiar

Procuramos ainda perceber que tipo de problemas os sujeitos identificavam na vida familiar de origem. Verificamos que na sua maioria (15 sujeitos) identificam problemas económicos, tal como é possível verificar pelos discursos dos jovens:

“É muito complicado, têm que pagar aluguer, luz, água” (A.F., 26 anos).

“Às vezes ela (mãe) queixa-se, e é natural ela tem lá 3 filhos e tem dois netos... porque uma irmã minha não teve capacidade de os criar e a assistência tirou-os e a minha mãe ficou com eles” (A.S., 29 anos).

“Em relação aos meus pais é complicado. A minha mãe só tem a reforma do meu pai, e hoje em dia 400 euros não é nada. Mas nós tentamos ajudar, tanto eu como os meus dois irmãos que moram lá. Também temos a nossa vida, mas procuramos sempre ajudar” (S.S., 24 anos).

“Ora bem, ganham para sobreviver... não tem regalias... o dinheiro não dá para muito...vão vivendo” (SG.S., 20 anos).

Foi possível também verificar que 8 sujeitos referem a existência de problemas psicossociais, 6 sujeitos referem problemas de saúde e 2 sujeitos dão conta da existência de problemas familiares. Tal como é possível verificar através destes discursos:

“Ainda vivem com muitas dificuldades e só não vivem com mais porque têm ajuda da segurança social” (...); o meu irmão V. tem problemas com drogas, não trabalha nem está pessoa para trabalhar” (D.M., 27 anos).

“(irmão) Agora está preso, devido à falta de condução (...) tinha problemas com drogas. Era o próprio que me dizia a mim. Mas nada de drogas muito pesadas....” (R.G., 28 anos).

“A minha mãe já tem alguma idade e tem também problemas de saúde (...) e é muito complicado cuidar do meu pai, que está numa cama, sempre” (A.S., 29 anos).

“Tem muitos problemas nas pernas, artrose nos joelhos (...) e em termos económicos porque nós ajudamos mas é muito complicado. Não tem rendimentos, basicamente a sorte é o que tiramos das terras. Tem muitas despesas água, luz, telefone. Os medicamentos, os filhos fazem um esforço e damos-lhe tudo. Mas tentamos ajudar mas não podemos fazer tudo” (L.F., 23 anos).

Percepção da vida familiar
Tipos de problemas

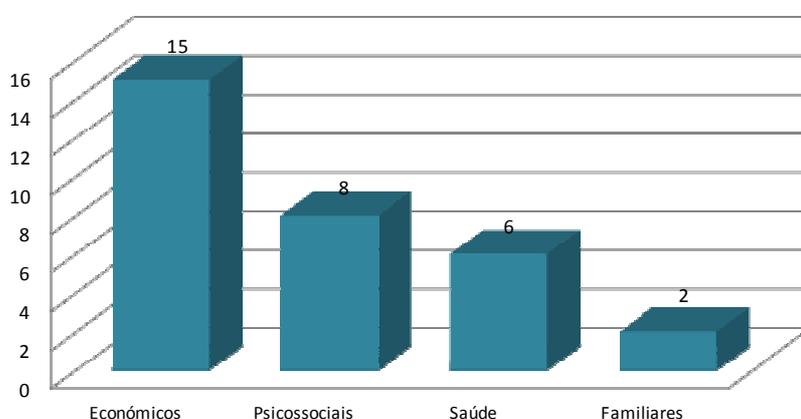


Gráfico 31 – Tipos de problemas

Importa referir que dos 30 sujeitos, 13 (43%) deles ainda referem que a família de origem beneficia de apoios sociais (6 do RSI e 7 de apoios eventuais no âmbito da acção social, sobretudo de apoio à aquisição de medicação e manutenção familiar). Estes dados são indicadores da dificuldade de autonomização destes agregados e/ou da dependência dos serviços de apoio.

“A minha mãe tem muitas dificuldades, ela tem uma vida... só está a receber do dinheiro da segurança social mas mesmo assim, ainda continua a ser muito difícil” (S.R., 27anos).

Percepção da vida actual

Pretendemos avaliar a satisfação com a vida familiar actual, tendo verificado que 89% demonstra satisfação e apenas 11% apresenta insatisfação com a sua organização familiar.

Convém reflectir sobre o facto de os dois sujeitos que identificaram insatisfação são do género feminino, coabitam com a sua família de origem e ambas foram mães solteiras, apesar de uma das jovens não ter a responsabilidade parental por decisão do tribunal.

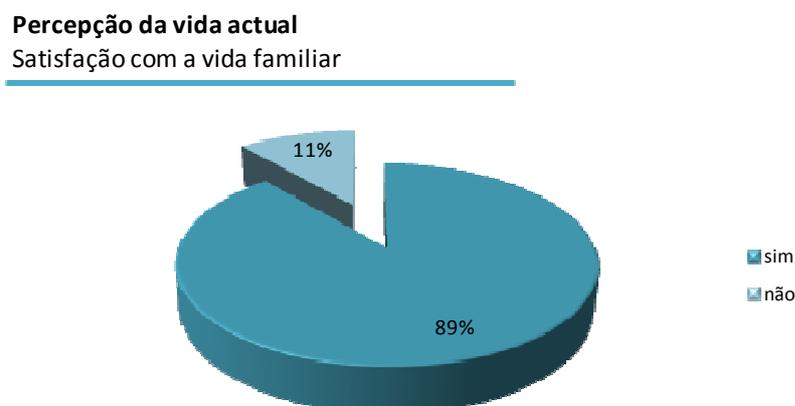


Gráfico 32 – Satisfação com a vida familiar

Relações sociais

No estudo de Rodrigues (2010:277) encontra-se uma não participação em práticas associativas, cívicas, políticas ou religiosas como característicos dos perfis dos beneficiários entrevistados no estudo. Procuramos perceber qual o nível de integração social dos jovens adultos entrevistados, foi possível verificar que apenas 7 sujeitos (23%) referiram um laço social inclusivo, a religião.

Relações sociais
 Laços sociais inclusivos

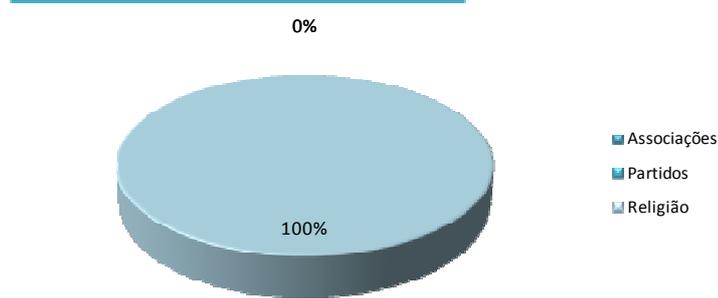


Gráfico 33 – Laços sociais inclusivos

Encontramos por outro lado, dois sujeitos que apresentam **ruptura dos laços sociais**. Um sujeito por estar preso por condução sem estar habilitado com título de condução e o outro sujeito por estar impossibilitado de assumir as responsabilidades parentais por decisão judicial.

Satisfação com a vida profissional

De acordo com os testemunhos dos 18 sujeitos entrevistados percebemos que 89% evidenciam satisfação com a sua vida profissional.

Por outro lado, os 8 sujeitos (11%) identificados como insatisfeitos face à situação profissional, 5 encontram-se desempregados e 3 encontram-se empregados mas insatisfeitos.

Percepção da vida actual
 Satisfação com a vida profissional

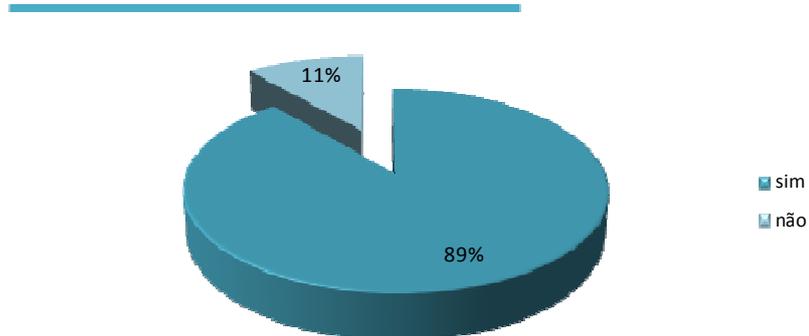


Gráfico 34 – Satisfação com a vida profissional

De acordo com os depoimentos dos sujeitos percebemos que 89% dos sujeitos evidenciam satisfação com o seu trabalho.

“Sim, muito satisfeito; trabalho com o meu irmão mais velho, está a ser excelente... tudo direitinho, faço descontos; contrato sem termo, tudo...” (L. F., 23 anos).

“Eu gosto, é um trabalho bom, saudável” (SG.S., 20 anos).

Enquanto 11% mostram insatisfação face ao seu emprego.

“Mas satisfeito não estou por causa da exploração laboral. Eu gosto do que faço mas a situação financeira...mas isto sofre-se uma pressão psicológica terrível” (D.M., 27 anos).

“Estar satisfeito nunca se está, mas gosto do que faço... mas se encontrasse outro com maior rentabilidade saía” (R.G., 28 anos).

Satisfação face ao emprego

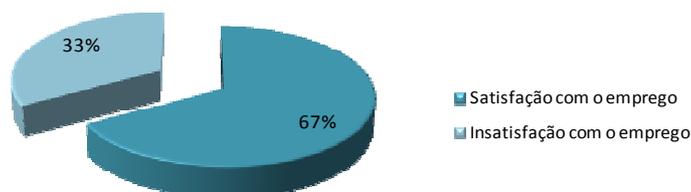


Gráfico 35 – Satisfação face ao emprego

Satisfação com a vida financeira

Dado estarmos a entrevistar jovens adultos que pertenceram a famílias beneficiárias do RMG, onde as dificuldades económicas pautaram as suas infâncias, consideramos pertinente explorar qual o nível de satisfação com a vida actual financeira.

Através dos relatos percebemos que sua maioria (61%) mantêm actualmente uma situação financeira frágil e débil, o que causa insatisfação aos jovens adultos.

“Às vezes é um bocado complicado...” (A.F., 26 anos).

“É difícil, eu não trabalho... o pai do B. nem sempre paga a pensão de alimentos a tempo...” (A.I. F., 22 anos).

“Nem por isso, a minha mãe tem medicação porque ela tem asma crónica e gasta mais ou menos 200 euros por mês; o meu pai deixou de beber desde Novembro, pelo menos alguma

coisa a correr bem. A minha mãe teve que pedir apoio à doutora porque foi operada às varizes. O meu pai ganha 200 e tal euros de reforma, a minha mãe mais 200 e poucos euros, eu igual e depois é conta da renda, água, luz e a medicação. Nós agora até tivemos que pedir ajuda à Dr.^a, foi ela que nos ajudou... mas temos que seguir em frente” (P.S., 28 anos).

“Muito difícil. Eu tive que deixar de estudar para trabalhar e as manter... eu só me prejudico a mim. A minha sorte é o meu namorado, que já trabalha e o da O. também que nos ajuda porque senão, nem sei... eu não conseguia estudar, às vezes nem comer...” (T.P., 23 anos).

Apenas 39% mostra satisfação com a sua vida financeira.

“Não vivo com faturas mas do pouco que tenho vivo bem, sei gerir o meu dinheiro e penso a ajuda que poderia pedir poderá estar outra pessoa a precisar dela porque há gente que precisa mais do que eu; enquanto não me faltar o trabalho estou bem” (D.M., 27 anos).

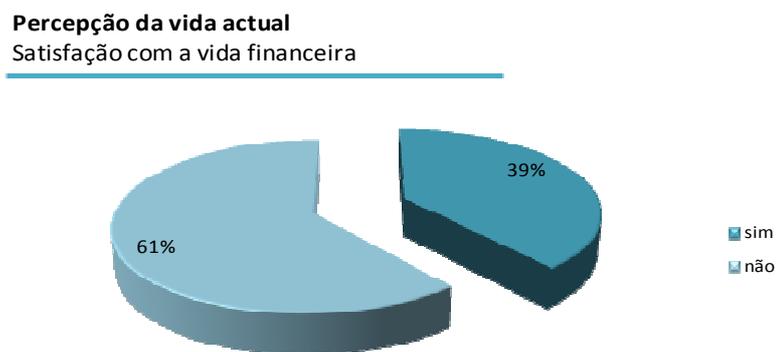


Gráfico 36 – Satisfação com a vida financeira

Pedido de subsídios sociais

Procuramos proceder à análise do percurso destes jovens pretendendo testar as lógicas de reprodução geracional e familiar da pobreza e da necessidade de recorrer a apoios sociais.

Verificamos que 50% dos sujeitos já beneficiaram ou beneficiam de algum tipo de apoio social, desde que são adultos. Estes dados vêm corroborar a tese da tendência de reprodução dos padrões de funcionamento familiar, ao nível da vulnerabilidade económica e de procurar subsídios sociais para compensar os poucos recursos económicos.

“Nós agora até tivemos que pedir ajuda à Dr.^a, foi ela que nos ajudou... mas temos que seguir em frente” (P.S., 28 anos).

“Foi sobretudo naquele período em que estive grávida do meu filho, eu estive a trabalhar mas acabava por estar numa situação de desemprego, não tinha futuro... e então tive que pedir o rendimento social de inserção” (C.P., 29 anos).

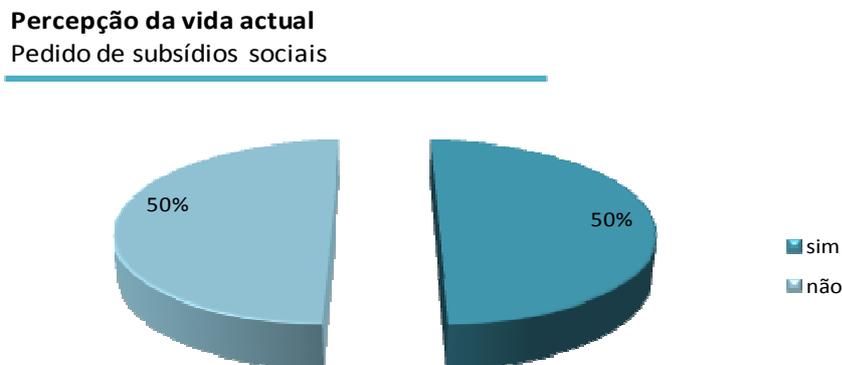


Gráfico 37 – Pedidos de subsídios sociais

Importa referir que actualmente 6 sujeitos beneficiam do rendimento social de inserção, sendo que 3 sujeitos vivem ainda com a família de origem. Um sujeito já beneficiou do RSI durante cerca de 1 ano mas depois conseguiu integrar-se profissionalmente. Os restantes sujeitos solicitaram apoios eventuais na Segurança Social ao nível de bens alimentares e despesas de saúde.

Percepção do desenvolvimento escolar

Procuramos perceber qual a percepção que os sujeitos tinham do seu sucesso escolar e, apesar do abandono precoce caracterizar grande parte do seu percurso escolar, 53% dos jovens caracterizam o seu percurso como de sucesso. Por outro lado, 47% dos jovens caracterizam o seu desenvolvimento como de insucesso.

Desenvolvimento escolar
 Percepção do sucesso académico

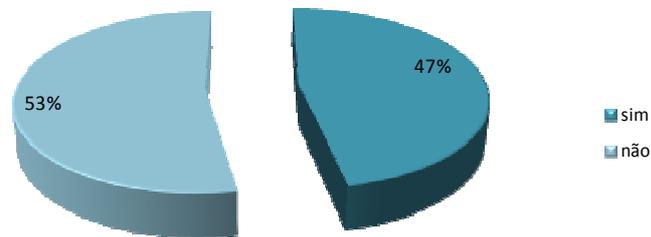


Gráfico 38 – Percepção do sucesso académico

Através dos relatos dos jovens percebemos que 6 sujeitos (33%) não referem ter beneficiado de qualquer tipo de apoio ao longo do seu percurso escolar, enquanto os restantes 12 (77%) sujeitos referem vários tipos de apoio em simultâneo, onde o mais prevalente é o apoio da família.

Desenvolvimento escolar
 Tipo de apoios

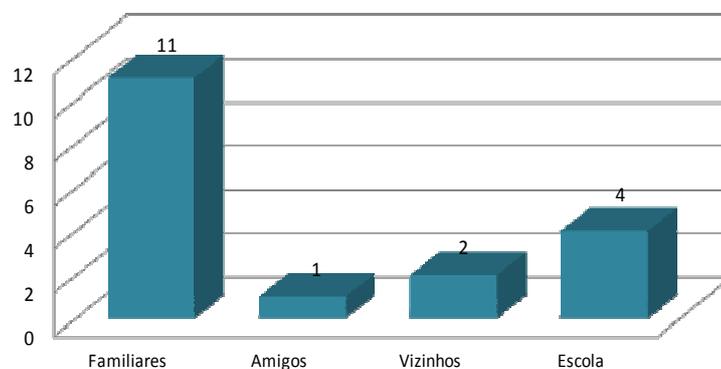


Gráfico 39 – Tipos de apoio escolar

Procuramos perceber qual a importância que estes sujeitos atribuem à escola. Os resultados indicam que 86% referem a importância da escola no enriquecimento quer pessoal como profissional.

(Se tivesse estudado mais) “Sei lá, até ter outro trabalho, arranjar um trabalho de outra maneira, eu chamo que o nosso trabalho é escravo mas pronto, nem toda a gente pode ser doutor” (A.H.F., 25 anos).

“ Porque eu acho que é muito bom ter a escolaridade toda, mas se eu quiser ainda consigo. Como consegui o 9º ano; entretanto surgiu a possibilidade se tirar o 12º, mas como surgiu esta oportunidade de trabalho, deixei. Era de noite tinha a família e então desisti. Mas ainda não desisti de tentar, quem sabe um dia mais tarde” (C.P., 29 anos).

Mas 14% desvalorizam a escola e não reconhecem a fragilidade escolar e formativa como um sério handicap pessoal à inserção.

(importância da escola) “Não hoje em dia não, porque eu vejo muitos doutores aí nas obras. Você pode não acreditar mas eu vi muitos professores que não tinham vagas na construção civil” (L.F., 23 anos).

“Ele também hoje em dia para aquilo que se vê, se eu estudasse até ao 9º ano também não ia adiantar de nada... vê-se pais a investir nos estudos dos filhos e depois a não conseguirem trabalho. Eu acho que não” (A.S., 29 anos).

Importância da escola

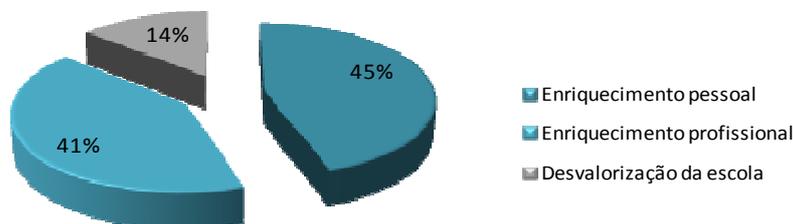


Gráfico 40 – Importância da escola

Como percebiam a sua vida passada (como beneficiários do RMG)...

Como percebiam hoje o facto de terem beneficiado do RMG

Quando questionamos os jovens adultos sobre a percepção que tinham da importância de na infância terem beneficiado do RMG, todos são unânimes em afirmar que foi um apoio que ajudou a fazer face a uma série de dificuldades que a família vivia. Referem sobretudo a ajuda que representou para bens de primeira necessidade, tais como aquisição de alimentos e

roupas. Alguns relatos referem a importância para a manutenção dos estudos. Os discursos acentuam a tónica do RMG como uma medida de “redução da miséria e da pobreza”:

“Para a minha família foi de extrema importância, sem essa ajuda não poderíamos continuar a estudar e para além disso não tínhamos dinheiro para as coisas mais básicas, tais como: roupa, alimentação” (O.P., 25 anos).

“Éramos muitos e o meu pai teve um acidente e não podia trabalhar porque não tinha braços e a minha mãe era sozinha e só trabalhava nos campos... o que ela colhia nós comíamos. A minha mãe disse que foi uma ajuda muito importante. Sobretudo para comermos e para nos vestirmos” (C.P., 29 anos).

“(...) Nós éramos muitos, o meu pai trabalhava mas também bebia muito álcool e passávamos muitas dificuldades. Foi muito grande a ajuda do RMG, sobretudo para matar a fome... vivia-se muito mal” (A.S., 29 anos).

“Eu tirei o 5º, 6º, 7º e 8º em poucos meses graças à segurança social, nós antes chamávamos o PIEF e pagavam para andarmos lá e aprendi muita coisa” (A.G., 22 anos).

O estudo de E. Rodrigues (2010:214) mostra que as principais consequências do RMG para os que dele beneficiam ou beneficiaram foram, em grande parte, o acréscimo dos seus rendimentos (77%) e um apoio complementar para o pagamento das dívidas (10%). A possibilidade de fazerem formação profissional ou de integrarem um estágio surge como a categoria menos relevante para os inquiridos (apenas em 0.4% dos casos), reforçando assim a componente da prestação pecuniária na medida, paralelamente às limitações dos programas de inserção e da intervenção institucional.

Ao longo das entrevistas alguns dos sujeitos verbalizavam muitas críticas aos apoios sociais que actualmente são atribuídos, segundo eles de forma pouco séria o que promove a passividade e a dependência dos apoios sociais.

“ Para mim isto do rendimento mínimo às vezes é muito mal dado, porque eu vejo pelos meus vizinhos que recebem e têm bom cabedal para trabalhar; pois só não trabalha quem não quer e a minha mãe com 3 netos e é doente não lhe dão (...) Hoje tenho uma imagem muito má, mas antes não, estavam a dar-nos dinheiro para nos ajudar” (A.G.,22 anos).

O que esperam do futuro...

Procuramos perceber quais as expectativas e aspirações de futuro destes sujeitos, os dados demonstram que a sua maioria (89%) apresenta sentimentos de optimismo. Deste modo, estas representações positivas do futuro associam-se a uma auto-estima favorável à concretização dos seus projectos de vida e factores protectores para o aparecimento de processos de desmotivação e/ou acomodação a uma situação desfavorável e negativa.

“Que venha muito melhor” (F.A., 29 anos).

“Acredito no futuro e luto por isso” (L.F., 23 anos).

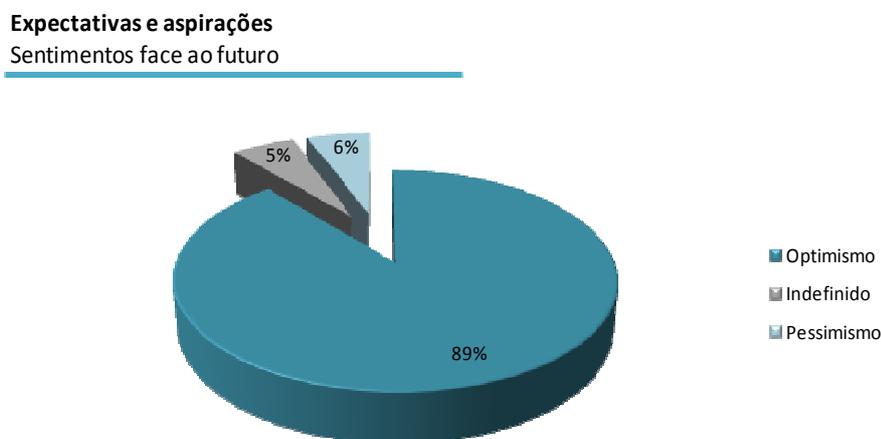


Gráfico 41 – Sentimentos face ao futuro

Quando exploramos os objectivos de futuro dos jovens adultos, conseguimos identificar diferentes tipos de objectivos, existindo sujeitos que referem ambicionar mais do que um tipo de objectivo para o seu futuro. Mas o mais indicado (9 sujeitos) refere-se a objectivos profissionais:

“Arranjar um trabalho dentro da minha área e poder ajudar quem sempre me apoiou ao longo deste percurso, a minha família” (O.P., 25 anos).

“Espero que a vida seja melhor, que um gajo seja feliz e que tenha sempre trabalho” (A.F., 26 anos).

“Que esteja sempre empregada, para conseguir dar a minha família tudo” (C.P., 29 anos).

Sete sujeitos referem a importância para o futuro de alcançar objectivos familiares:

“ Que consiga ter um emprego e fazer com que o meu filho seja feliz” (AI. F., 22 anos)

“ Sei lá, poder dar ao meu filho ou aos meus filhos aquilo que eu nunca tive; estudar sobretudo porque isso é uma arma fundamental na vida de qualquer pessoa. Do tipo sei ler, sei escrever mas isso não chega, há outros conhecimentos que são necessários” (D.M., 27 anos).

Os objectivos financeiros também foram referidos por 7 sujeitos como ambições de futuro:

“Sobretudo, uma casa e um carro é o que dá mais jeito” (F.A., 29 anos)

“Ter uma casa minha.... Uma casa minha feita por mim. Fazê-la aos meus gostos” (L.F., 23 anos).

Importa ainda referir que 4 sujeitos não apresentam objectivos de futuro definidos, tal como evidencia este relato:

“ Não sei mas tento viver um dia de cada vez. Para quem sempre viveu com tão pouco não se pode esperar muito” (A.G., 22 anos).

“Espero que seja melhor do que o da minha mãe... espero ser feliz” (T.P., 23 anos).

Esta indefinição face à enunciação de objectivos de futuro pode dever-se à dificuldade que estes sujeitos ainda demonstram em “construir” objectivos, dado o receio de que os vários constrangimentos/dificuldades que pautaram a sua infância e adolescência, os impeça de concretizar.

Expectativas e Aspirações
Objectivos de futuro

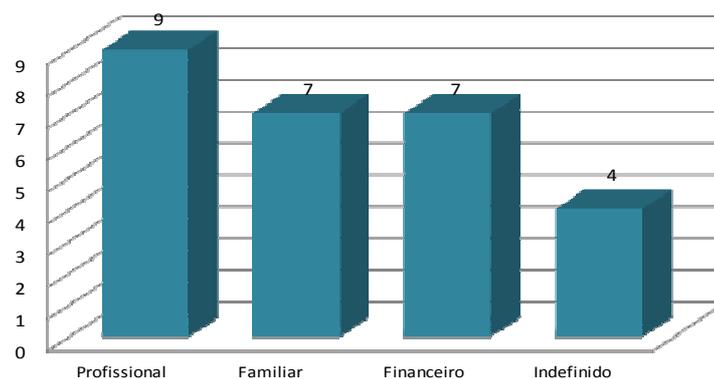


Gráfico 42 – Objectivos de futuro

Estes resultados sobre as expectativas de futuro evidenciam a importância que a profissão tem para estes sujeitos, dado o papel preponderante que a situação profissional assume na qualidade da situação financeira e familiar das suas famílias.

IV Conclusões

Com o objectivo de compreender a possível influência que a condição: *crescer beneficiário do RSI* poderia ter no desenvolvimento pessoal, profissional e social das crianças e adolescentes beneficiários desta medida, desenvolvemos este estudo que se encontra subdividido em três momentos/fases distintas. Assim, numa primeira fase, efectuou-se um levantamento estatístico junto de todas famílias beneficiárias do RSI no Concelho de Amares, com o intuito de seleccionar as crianças e adolescentes, com idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos, pertencentes a famílias que beneficiam deste apoio social há pelo menos 3 anos. Nesta primeira fase, através da consulta da base de dados do Serviço Local da Segurança Social de Amares, seleccionamos ainda, os jovens adultos, que nos anos de 1997 a 2000, pertenceram a famílias beneficiárias do RMG que durante pelo menos 3 anos beneficiaram desse apoio social. Numa segunda fase do estudo, entrevistamos 30 crianças e adolescentes com o objectivo de explorar significados sobre si, sobre a sua família e as suas ambições escolares e profissionais, e numa terceira fase, entrevistamos 18 jovens adultos, onde procuramos compreender os percursos de vida destes jovens, em termos escolares, profissionais e familiares, assim como, as suas expectativas de futuro.

Assim, perante os resultados obtidos, podemos enumerar algumas conclusões gerais do estudo que nos parece importante destacar: o insucesso escolar alto que caracteriza as crianças e adolescentes beneficiários do RSI; não obstante 53% dos sujeitos não tem insucesso. A composição do agregado familiar é caracterizada sobretudo por famílias nucleares, com uma média de 6 elementos por núcleo. Estes agregados familiares beneficiários do RSI apresentam um elevado desemprego parental, no caso dos pais é cerca de 50% e no caso das mães é de 80%. O tempo médio que caracteriza as famílias beneficiárias do RSI, no que se refere ao tempo de benefício da medida, é de 7 anos, o que demonstra que são famílias de longa duração no RSI.

Os quotidianos de rotina destas crianças e adolescentes são “normais”, não há rotinas excepcionais, excepto um grupo de 5 crianças (16%) que relatam experiências intensas de trabalho de apoio familiar.

A família para as crianças e adolescentes é basicamente pensada pelas crianças como sustentação afectiva e todos têm uma atitude de defesa da família, ainda que reconheçam as dificuldades económicas das mesmas.

As crianças e adolescentes beneficiárias do RSI exprimem um desejo forte de sociabilidade e, como tal, de não isolamento, ainda que seja visível, sobretudo, na relação com os pares e acessoriamente no exercício de actividades religiosas e desportivas.

O auto-conceito é elevado e sobretudo exprime-se nas capacidades de sociabilidade (ser amigo de..., ter boas relações com...) e adicionalmente com a beleza física e o desempenho social.

A percepção da escola é predominantemente positiva. Alguns jovens referem que o RMG contribuiu para a mudança de atitude face à escola. Essa percepção positiva da escola, refere-se quer ao presente como ao futuro; não obstante, há um grupo de cerca de 1/4 que tem uma percepção negativa da escola. Também é positiva a perspectiva de futuro destas crianças e adolescentes, excepto de um grupo (1/4) que tem baixas expectativas escolares ou indefinição face ao futuro. Cerca de 1/4 das crianças e adolescentes entrevistados têm expectativas elevadas em termos escolares, ambicionando a frequência do ensino superior. É de realçar que estes sujeitos correspondem aos que não têm retenções o que significa que as expectativas são mais dependentes dos resultados escolares anteriores do que da condição familiar. A este respeito, importa sublinhar dois pontos: existem idênticas expectativas escolares e profissionais em grupos de irmãos e as expectativas das crianças que pertencem há mais tempo na medida de RSI tendem a ser mais baixas.

As expectativas de vida pessoal das crianças e adolescentes são predominantemente centradas “numa vida normal”: casa, casamento, carro e um emprego; apesar de haver indefinição sobre o futuro para cerca de 1/3 dos sujeitos, e expectativas baixas mesmo para quem tem expectativas profissionais definidas.

Quando confrontamos as realidades dos jovens adultos com as representações das crianças e adolescentes beneficiárias do RSI, constatamos que estas últimas apresentam uma situação mais esperançosa. Dado que, de entre o grupo dos jovens adultos, apenas um sujeito concluiu o ensino superior, 2/3 não concluíram a escolaridade mínima obrigatória (9ºano), existe um maior número de retenções junto desta população e os níveis profissionais são muito baixos. Não obstante, se houve uma manutenção da situação de pobreza dos pais, como demonstram os resultados, na verdade melhorou a vida destes jovens, graças ao trabalho. Assim, podemos concluir que o RMG não teve grande impacto nas famílias, nos seus progenitores, mas sim nos jovens, apesar dos constrangimentos.

É de realçar a satisfação que os jovens adultos demonstram em relação à sua família actual.

Tendo em conta os resultados encontrados e as hipóteses delineadas no início da presente investigação, podemos concluir que dada as diferenças *intragrupos* que encontramos não podemos validar as hipóteses. Senão vejamos,

H1: A pertença da criança a uma família beneficiária de RSI está implicada na orientação para a vida e no desenvolvimento escolar e profissional quando adulto;

H1.1: A pertença da criança a uma família beneficiária de RSI está associada a expectativas e aspirações sociais baixas.

Os resultados indicam que 55% das crianças e adolescentes apresentam sentimentos positivos e de optimismo face ao futuro mas, por outro lado, e analisando, as variáveis: expectativas escolares e o tempo de benefício da medida do RSI por parte das famílias, concluímos que as crianças e adolescentes que apresentam expectativas escolares mais baixas pertencem na sua grande maioria a famílias que beneficiam do RSI há mais de 7 anos e, ainda, que apenas 20% ambicionam desenvolver uma actividade de nível superior, o que pode ser indicador de aspirações sociais baixas.

Relativamente ao grupo de jovens adultos, os resultados indicam que a sua maioria (89%) apresenta sentimentos de optimismo.

Assim, os resultados mostram-nos a impossibilidade de validar a hipótese formulada.

Os poucos estudos existentes sobre estas questões mostram que as crianças que vivem em contextos de pobreza confrontam-se na escola, muitas vezes, com a chamada “falta” de capacidades e com a (im)possibilidade de acreditar num futuro melhor do que o de ser e manter-se pobre, facto que leva a que não olhem o futuro com optimismo (Diogo, 2008:6).

Nos estudos de Rodrigues (2009:261) encontra-se a importância que o trabalho assume para os beneficiários do RSI. Este aspecto, no nosso entender poderá estar relacionado com os resultados encontrados acerca das expectativas de futuro dos jovens adultos, dado que graças ao trabalho, a sua maioria alcançou uma vida melhor do que a dos seus pais, o que pode estar relacionado com os sentimentos de optimismo face ao futuro.

Quanto à outra hipótese:

H1.2: A pertença da criança a uma família beneficiária de RSI está associada a um desenvolvimento escolar irregular e a uma inserção profissional precária e instável.

Os resultados indicam que 47% das crianças e adolescentes apresentam história escolar pautada pela existência de retenções; não obstante, 53% apresentam um percurso escolar caracterizado pelo sucesso. Quanto aos jovens adultos, podemos constatar que 66% (18

sujeitos) não completaram a escolaridade mínima obrigatória, para além de 85% terem pelo menos uma retenção e, apenas, 15% dos jovens entrevistados não têm retenções no seu percurso escolar. Mas também importa referir que os jovens adultos entrevistados apresentam na sua maioria (63%) condição de empregado, onde 89% mostra satisfação com a sua vida profissional e apresentam na sua maioria condições laborais estáveis. Dos restantes sujeitos, apenas 27% encontram-se desempregados, 7% ainda estão a estudar e 3% não reúnem condições físicas e intelectuais para trabalhar.

Perante o exposto, parece-nos que não podemos validar esta hipótese, dado os resultados encontrados.

A literatura evidencia a associação entre a pobreza e o insucesso escolar, como um elemento particularmente eficiente no processo de construção da (sua) exclusão social das crianças e adolescentes (Diogo, 2008; Bastos *et al.*, 2008; Pio, 2009).

Eduardo Rodrigues (2010:151) refere-se ao RSI como uma das mais eficazes medidas de combate ao abandono escolar, e que este facto funciona como facilitador da mudança e permite inverter o ciclo de pobreza e de analfabetismo. Estes resultados corroboram com a taxa de sucesso e com a ausência de abandono escolar que caracteriza as crianças e adolescentes beneficiários do RSI. Mas em contrapartida, não caracteriza os jovens adultos, que na idade escolar beneficiavam do RMG, mas mesmo assim, abandonaram na sua maioria a escola sem completar a escolaridade mínima obrigatória e com idades muito precoces.

Desenhámos ainda uma hipótese alternativa, caso não fosse validada a hipótese formulada:

Ha: O RSI afecta positivamente a orientação para a vida e o desenvolvimento escolar e profissional dos seus beneficiários;

Ha.1. A pertença da criança a uma família beneficiária de RSI aumenta as expectativas e as aspirações sociais;

Ha.2: A pertença da criança a uma família beneficiária de RSI permite estabelecer percursos escolares mais estáveis e uma inserção profissional mais sucedida quando adultos.

Mas, tendo em conta a complexidade dos resultados já expostos, também não podemos validar a hipótese alternativa.

Parece-nos que o facto de as hipóteses serem invalidadas demonstra a **complexidade existente no grupo de beneficiários do RSI/RMG, onde encontramos realidades divergentes, com vivências, percursos e influências diferentes**³. Assim, este aspecto, tão

³ Colocamos em *bold* o que se nos afigurou serem as conclusões mais importantes.

caracterizador deste tipo da população, impede-nos de fazer generalizações mas (apenas) reflectir sobre possíveis influências, tendências que a condição: *crescer beneficiário do RSI* poderá ter no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Estes resultados sobre o **impacto do RSI na vida dos seus beneficiários indicam a necessidade da existência de medidas completares ao RSI**, pois, como verificamos, o RSI não atinge os beneficiários do mesmo modo. Senão vejamos, do grupo dos jovens adultos é possível concluir que a medida pode ser avaliada como eficaz para 2/3 do grupo, não o sendo nos restantes casos. Isto vem demonstrar a complexidade da realidade da população beneficiária deste tipo de apoios sociais e de que as mesmas causas não provocam os mesmos efeitos. Isto leva-nos à necessidade de atendermos a diversos perfis de família beneficiárias do RSI, pois torna-se muito diferente uma situação cujo fulcro é o desemprego de um dos progenitores, o que leva à escassez de recursos, com uma outra onde o fulcro, para além da escassez de recursos, coexiste a desorganização familiar, problemas psicossociais ou a negligência parental. **A despistagem de diferentes perfis de famílias beneficiárias do RSI constitui um resultado fundamental para a intervenção** dado que permitir adequar, afastando medidas genéricas e extensivas de baixo impacto, possibilitando medidas adequadas a cada tipo de caso e, logo, mais eficazes.

A intervenção junto de famílias beneficiárias de RSI mostra-nos que **à medida que passa o tempo sem as famílias conseguirem ultrapassar a situação de precariedade económica e exclusão social, estas tendem a acentuar o padrão de desorganização familiar**, marcado pelo pessimismo e pelo desinvestimento no futuro. Parece-nos que mesmo que haja alterações das condições estruturais mantém-se a “cultura de pobreza” (Lewis, 1969) caracterizada por padrões de comportamento pautado por baixas aspirações e sentimentos de impotência. Nos estudos de Swilder (1986: 273 citado por Sousa *et al.*, 2007:14) percebe-se que os indivíduos pobres partilham as aspirações da classe média; no entanto, na verdade, as pessoas podem partilhar aspirações comuns, mantendo-se profundamente diferentes na forma como a sua cultura⁴ organiza os padrões gerais de comportamento. Porém, todas as famílias têm competências e recursos e constituem núcleos que diariamente resolvem problemas (Ausloss, 1986a, citado por Sousa *et al.*, 2007: 14). Apesar das crianças e adolescentes entrevistadas não evidenciarem esta cultura de pobreza, somos da opinião que estes núcleos familiares parecem viver em “desorganização familiar” e inscrever e potenciar a persistência e transmissibilidade de características de pobreza, bem como dificuldades de enquadramento

⁴ O termo “cultura” como um repertório de práticas, crenças e atitudes que os indivíduos têm à sua disposição para gerir o mundo social.

social. Na verdade, estas famílias estão, apenas, parcialmente paralisadas ou bloqueadas em padrões repetitivos de organização que não funcionam, mas, no entanto, dão sentido de segurança pois são os habituais (Sousa *et al.*, 2007:15).

Assim e, segundo E. Rodrigues (2011: 2), torna-se urgente na intervenção junto destas famílias uma análise que visa “decompor” as dimensões do processo de vulnerabilização social e de exclusão, para além da sua componente económica. **Isto implica um modelo de intervenção mais individualizado junto dos sujeitos, uma intervenção multidimensional e uma reformulação dos modelos de intervenção tradicionais.**

Parece-nos ainda importante realçar o facto de as **crianças e adolescentes entrevistados e “filhos do Estado” não se assumirem como pobres mas como membros de uma sociedade, com amigos, com aspirações de ter uma vida “normal”**. São cidadãos que têm consciência disso e não se descrevem como infelizes e dependentes, quanto muito, alguns tornam-se mais indecisos face ao futuro.

Este estudo leva-nos obrigatoriamente a reflectir sobre o conceito de protecção social, entendido como sistema que terá por objectivo diminuir as consequências mais graves das desigualdades sociais, devendo agir através da concretização de acções de apoio e inserção que baseadas em políticas que devolvam os direitos e capacidades para o exercício da cidadania (Rodrigues:1999:79). Segundo Rodrigues (2010:147) “ o RMG deve ser assumido como um direito efectivo e não como uma decisão humanitária e casuística”.

Há autores que levantam algumas questões sobre os princípios das novas políticas sociais em Portugal, nomeadamente, o princípio da activação e a responsabilização dos beneficiários com obrigações muito precisas para compensar as ajudas que auferem. Neste processo de responsabilização e contratualização de acções, os profissionais são os elementos mais importantes, na medida em que desenham e adaptam as medidas às situações concretas e em simultâneo, fiscalizam as famílias no sentido de avaliar se cumprem com as obrigações. Deste modo, os profissionais assumem papéis distintos e contraditórios: ao aconselharem as famílias e fiscalizarem essas mesmas famílias (Sousa e Hespanha, 2007: 87).

Este estudo debruçou-se sobre a medida do RSI, o impacto de crescer a beneficiar de um apoio social mas num contexto de vida caracterizado pela pobreza. Assim, a pobreza infantil, assumiu sempre um papel principal nas preocupações da investigadora, dada a urgência, tal como refere Manuela Silva (2010:77), da erradicação da mesma entre as crianças, caso contrário tornar-se-á uma “ dupla tragédia”: primeiro para a própria criança, que tem o seu desenvolvimento físico, intelectual, mental e moral implicado e, conseqüentemente,

comprometido o seu futuro e; a sociedade, por não preservar e desenvolver o seu capital humano e, assim, transferir custos sociais às gerações do futuro.

Diversos estudos no campo da psicologia evidenciam a infância e a juventude como etapas do desenvolvimento da inteligência e da estruturação das emoções, o que permite cada indivíduo a sua integração na família, na comunidade e na sociedade. Por isso, viver em cenários/contextos de pobreza, onde a desorganização familiar também pode existir, é muito preocupante; sobretudo pelo facto de servir de referência para uma personalidade em formação/construção, que crescerá com este tipo de experiência, considerando este tipo de organização pessoal, familiar, comunitário como a comum, impedindo deste modo, ao nível das representações, o quebrar deste ciclo de pobreza (Caixas, 2009:37).

Como limitações deste estudo, destacamos o facto de a amostra ser circunscrita a um concelho com as especificidades que o caracterizam e o distinguem. Este aspecto remete-nos para a possibilidade de investigações futuras, com o mesmo desenho metodológico em concelhos diferentes ou em amostras mais diversificadas geograficamente. Consideramos importante também referir como possível limitação, o facto de a investigadora ser, simultaneamente, a técnica que acompanha as famílias que actualmente beneficiam do RSI e sobre o impacto que este factor poderá ter num possível enviesamento, no sentido de uma maior desejabilidade social, por parte dos entrevistados, promovido pelas suas famílias.

Pensamos que este estudo apenas representa mais um contributo para tentar compreender e explicar a realidade das famílias beneficiárias da medida RSI, sendo certo que um longo trabalho ainda necessita ser realizado por forma a garantir uma melhor adequação da medida às reais necessidades e desafios de uma sociedade em constantes mudanças. Por outro lado, pensamos que os estudos futuros devem procurar debruçar-se sobre as crianças que beneficiam da medida, tentando explicar os processos de perpetuação da imobilidade social, bem como fornecer respostas de intervenção mais efectivas junto deste grupo.

Referências Bibliográficas

A

Alarcão, M. (2000). *(des)Equilíbrios Familiares*, Coimbra, Quarteto Editores

Azevedo, J. (1991). *Expectativas escolares e profissionais dos jovens de 9º ano*. Porto: Edições Asa.

B

Baptista, I., Maciel, C. (2007). *Portugal: Combater a pobreza infantil e promover a inclusão social das crianças. Um estudo das políticas nacionais*. Lisboa. Cesis – Centro de Estudos para a Intervenção Social.

Barros, A., Neto, F., e Barros, J. (1992). Avaliação do Locus de controlo e do locus de causalidade em crianças e adolescentes, *Revista Portuguesa de Educação*, nº 5 (1), 55-64.

Bastos, A. (1999). Pobreza Infantil – Ensaio de Conceptualização e Medição com aplicação a uma zona urbana de Portugal. Tese de Doutoramento. Universidade Técnica de Lisboa. Policopiado.

Bastos, A., Fernandes, G., Passos, J. e Malho, M. (2008). *Um olhar sobre a pobreza infantil: Análise das condições de vida das crianças*. Coimbra, Almedina.

Bastos, A. (2010). Pobreza Infantil em Portugal: Elementos de caracterização. In M. Sarmiento e F. Veiga (Org.) *A Pobreza das Crianças: Realidades, Desafios e Propostas*. Vila Nova de Famalicão. Edições Húmus. Dezembro de 2010.

Benavente, A. (1990). *Escola, Professores e Processos de Mudança*. Lisboa: Livros Horizonte

Bourdieu, P. e Passeron, J. (1970). *Reproduction in Education, Society, and culture*. London. Sage Publications.

Brandão, R. (2009). Pobreza Infantil – Causar impacto e induzir à mudança, *Rediteia*, N°43, pp. 50-52.

C

Caixas, C. (2009). A família – funções e relações, *Rediteia*, N°43, pp. 37-41.

Capucha, L. (2004). Desafios da pobreza, Tese de Doutoramento apresentada no ISCTE, Policopiado.

Castro, A. & Sousa, S. (2002). O rendimento mínimo garantido como medida potenciadora do desenvolvimento social: alguns impactes. *Pretextos*, nº 12, pp.4-7.

Cerqueira, M., Pires, S., Figueiredo, D., Matos, A., Sousa, L. (2003). Os problemas das famílias multi-problemáticas: comparação da perspectiva dos profissionais e das próprias famílias, *Revista de Serviço Social & Sociedade*, 76:143-164.

Cinamon, R. (2002). Father's unemployment and career related variables of his adolescent child. *International journal for the Advancement of Counselling*, 23, 292-309.

Conger, R.; Conger K.; Elder, G.; Lorenz, F.; Simons, R.; Whitbeck, L. (1992). A family process model of economic hardship and adjustment of early adolescent boys, *Child Development*, 63, pp.526-541.

Costa, B. (1985). *A Pobreza em Portugal*. Lisboa: Serviços da Cáritas Portuguesa.

Cowan, P.; Cowan, C.; Schulz, M. (1996). Thinking About risk and resilience in families, in M. Hetherington e E. Blenchman (eds.), *Stress, coping and resiliency in children and families*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, pp. 1-38.

D

Diogo, F. (2003). Trabalho e Rendimento Mínimo Garantido: Tensão identitária e (re)produção das identidades sociais. Dissertação de Doutoramento, Universidade dos Açores, Açores, Portugal.

Diogo, F. (2004). Quando o Estado e os cidadãos não se entendem: o caso do programa de inserção do Rendimento Mínimo Garantido. Comunicação apresentada ao V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia: *Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção*. Braga.

Diogo, F. (2008). Algumas reflexões sobre o problema da pobreza infantil em Portugal: contributo ao grupo de trabalho da REAPN”, policopiado, 2008.

Diogo, F. (2009). Pobreza Infantil em Portugal, *Rediteia*, N°43, pp. 34-36.

E

Engels, F. (1974). *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.

Eurochild, Ending Child Poverty within the UE? *A Review of the 2006-2008 National Reports on Strategies for Social Protection and Social Inclusion*, document policopiado, 2007.

Eusébio, C. e Sousa, L.(2005). When multi-problem poor individuals’ values meet practitioners values, *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 15, 353-367.

F

Faria, L. (2005). Desenvolvimento do auto-conceito físico nas crianças e nos adolescentes. *Análise Psicológica*, 4 (XXIII): 361-371.

Fernandes, N.(2009). *Infância e Direitos – Representações, Práticas e Poderes*. Porto: Afrontamento.

Ferreira, M. e Sarmiento, M. (2008). Subjectividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e voz. *Revista Electrónica de Pesquisa*. Universidade Federal de São Carlos, vol.2, nº 2.

G

Garcia, J. (1999). *Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*. Oeiras. Celta Editores.

Gecas, V. (1979). The influence of social class on socialization. W. Burr e I-Reiss. (eds.), *Contemporary theories about the family*, vol.1. New York: Free Press.

Guerra, I. (1997). The dark side of the moon do Rendimento mínimo garantido. *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 25, pp.157-164.

Gonçalves, A. e Palma, C. (2010). *Rendimento Social de Inserção – Relatório anual de 2009*. Instituto da Segurança Social, I.P.

Gonçalves, C. (1997). *A influência da família no desenvolvimento vocacional de adolescentes e jovens*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Gonçalves, C. e Coimbra, J. (1994). *A influência do clima psicossocial da família no desenvolvimento vocacional*. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 10, 43-52.

J

James, W. (1890). *Principles of Psychology*. New York: Henry Holt

L

Leal, M. (2009). Eurochild: a luta pela erradicação da pobreza infantil, *Rediteia*, N°43, pp. 49-50.

Leite, S. (2010). *Criatividade, auto-conceito e género: Um estudo exploratório em alunos do 1º ciclo do Ensino Básico*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.

N

Neblett, N., e Cortina, K. (2006). Adolescent's thoughts about parent's jobs and their importance for adolescent's future orientation. *Journal of Adolescence*, 29, 795-811.

M

Melo, A (2004). *Em busca do tesouro das famílias*. Viana do Castelo. GAF – Gabinete de Atendimento à Família.

Melo, R. (2008). *Auto-Conceito: Implicações no desenvolvimento e estratégias de coping*. Nursing. Edição Portuguesa.

Mendez, L. e Crawford, K. (2002). Gender-role stereotyping: a comparison of gifted early adolescent boys and girls. *Journal of Secondary Gifted Education*, 13 (3), 96-108.

Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2009). Avaliação de Impactes do Rendimento Mínimo garantido. Instituto para o Desenvolvimento Social. Lisboa.

Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento & Tratamento*. Artes Médicas, 25-69.

Montandon, C. (2001). Sociologia da Infância: Balanço dos Trabalhos em Língua Inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, p.30-60 Março/2001.

Montandon, C. (2005). As Práticas Educativas Parentais e a Experiencia das Crianças. *Educ. Soc., Campinas*, vol.26, n.91, p.485-507, Maio/Agosto. 2005.

Moreira, A. (2000). Inserção Profissional dos Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido. IV Congresso Português de Sociologia. *Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Acta015.

P

Pais, José Machado (coord.) (2001). *Traços e Riscos de Vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Porto. Ambar

Papalaia, D., Sally, O., Feldman, R. (2001). *O Mundo da Criança*. Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.

Pinto, J. (1991). Considerações sobre a produção social de identidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, Junho 1991.

Pio, Bruno. (2009). Pobreza Infantil, *Rediteia*, Nº43, pp. 42-43.

R

Relvas, A (1996). *O ciclo vital da família. Perspectivas sistémicas*. Porto: Edições Afrontamento.

Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., Januário, S. (1999). A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. *Sociologia*.

Rodrigues, C. (2009). O RSI em Portugal: o impacto do RSI na distribuição do rendimento e exclusão. Seminário Europeu |RSI – *Um Direito à Integração Social*.

Rodrigues, E. (2010). *Escassos Caminhos. Os processos de imobilização social dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção*. Edições Afrontamento. Porto, Março de 2010.

Rodrigues, E. (2011). Notas em torno da política de Mínimo Garantido em Portugal. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Rosanvallon, P., Fitoussi, J. (1997). *A Nova Era das Desigualdades*. Oeiras. Celta Editora

S

Sarmento, M; Pinto, M. (1997). As Crianças e a Infância: Definindo conceitos, delimitando o campo. In Pinto, M; Sarmento, M. (coords.) *As crianças: Contextos e Identidades* (pp.9-30) Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.

Sarmento, M. (2001). Infância, Exclusão Social e Educação para a Cidadania Activa. *Movimento*, Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil, nº 3, Maio: 53-74.

Sarmento, M. (2002). Imaginário e Cultura da Infância. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Texto produzido no âmbito das actividades do projecto “*As marcas dos tempos: a Interculturalidade nas culturas da infância*”, Projecto POCTI/CED/49186/2002.

Sarmento, M. (2004). Essa criança que se desdobra... Pátio-Educação Infantil - Artmed Editores, Porto Alegre, Brasil. Ano II. nº 6:14-17.

Sarmento, M., Bandeira, A., Dores, R. (2005). *Trabalho domiciliário infantil: um estudo de caso no Vale do Ave*. Ministério do trabalho e da solidariedade social, programa para prevenção e eliminação da exploração do trabalho infantil (PETI). Lisboa, Março de 2005.

Sarmento, J. (2005). Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da sociologia da infância. *Educ. Soc., Campinas*, vol.26, nº91, p.361-378, Maio/Ago.2005.

Sarmento, M., Soares, N. e Tomás, C. (2006). Políticas públicas e participação infantil”, Braga, Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, policopiado.

Sarmiento, M., Fernandes, N., Tomás, C. (2007). Políticas Públicas e Participação Infantil. *Educação, Sociedade e Cultura*, nº 25:183-206.

Sarmiento, M. e Veiga, F. (2010). *A pobreza das crianças: realidades, desafios, propostas*. Vila Nova de Famalicão. Edições Húmus. Dezembro de 2010.

Seabra, T. (1999). *Educação nas Famílias: Etnicidade e Classes Sociais*. Instituto de Inovação Educacional, Lisboa.

Serrano, A. (2009). Contributos da Intervenção Precoce: para as crianças em risco ambiental. *Rediteia*, Nº43, pp. 45-48.

Silva, M. (1991). *A pobreza infantil em Portugal*, S.L., Comité Português para a UNICEF, (d.l.).

Silva, M. (1991). *Crianças pobres em Lisboa: implicações para a intervenção social*; Lisboa. CESIS.

Silva, M. (2010). Pobreza Infantil – uma irrefutável violação dos direitos humanos. In M. Sarmiento e F. Veiga (Org.) *A Pobreza das Crianças: Realidades, Desafios e Propostas*. Vila Nova de Famalicão. Edições Húmus. Dezembro de 2010.

Silva, C. (1999). *Escolhas Escolares, Heranças Sociais: Origens, Expectativas e Aspirações dos Jovens do Ensino Secundário*. Oeiras. Celta Editores.

Silva, S. (2009). Famílias de risco, Crianças de risco? Representações das crianças acerca da família e do risco. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Portugal.

Soares, N. (2002). Os Direitos das Crianças nas encruzilhadas da Protecção e da Participação. Texto apresentado no *I Encontro Nacional sobre Maus tratos, negligência e risco, na infância e juventude*. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.

Sobral, J. (2008). A influência da situação profissional parental no desenvolvimento vocacional. Dissertação de Mestrado não-publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.

- Sobral, J., Gonçalves, C., Coimbra, J. (2009). A influência da situação profissional parental no desenvolvimento vocacional dos adolescentes. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, vol.10, nº1, 2009, pp.11-22. Vetor Editora. Brasil
- Sousa, L., Pires, S., Matos, A., Cerqueira, M., Figueiredo, D., (2004). Retratos da vida das famílias multiproblemáticas pobres: implicações para a intervenção, *Revista Serviço Social & Sociedade*, 80:5-32.
- Sousa, L. (2004). Diagnósticos e problemas: uma perspectiva sistemática centrada nas famílias Multiproblemáticas pobres, *Psychologica*, 37:147-167.
- Sousa, L. e Matos, A. (2004). How multiproblem families try to find support in social services, *Journal of Social Work Practice*, Vol. 18, No 1, 65-80.
- Sousa, L. e Ribeiro, C.(2005). Percepção das Famílias Multiproblemáticas pobres sobre as suas competências, *PSICOLOGIA*, Vol.XIX (1-2), Lisboa, Edições Colibri, pp. 169-191.
- Sousa, L. (2005), Building on personal networks when intervening with multiproblem poor families, *Journal of Social Work Practice*, Vol.19, No.2, pp.163-179.
- Sousa, L., Ribeiro, C., Rodrigues, S. (2006). Intervention with multi-problem poor clients: towards a strength-focused perspective, *Journal of Social Work Practice*, vol.20, nº 2, 189-204.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., Grilo, P. (2007a). *Famílias Pobres: Desafios à intervenção Social*, Climepsi Editores.
- Sousa, L., Ribeiro, C., Rodrigues, S. (2007b). Are practitioners able to think strength-focused when working with multi-problem poor families? *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 53-66.
- Sousa, L. (2007). Beliefs and values of family doctors and multi-problem poor clients, *Quality in Primary Care*; 15:277-83.

Sousa, L. e Eusébio, C. (2007). When multi-problem poor families' myths meet larger system myths, *Journal of Social Work*, 7 (2): 217-237.

Sousa, L. e Rodrigues, S. (2009). Linking formal and informal support in multiproblem low-income families: the role of the family manager, *Journal of Community Psychology*, Vol. 37, No. 5, 649-662.

T

Tomás, C. e Soares, N. (2004). O cosmopolitismo infantil: Uma causa (sociológica) justa. Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia – *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*.

V

Veiga, F.H. (1996). *Transgressão e auto-conceito dos jovens na escola*. Lisboa: Edições Fim do Século (2ª Edição).

W

Wall, K. (2011). A intervenção do Estado: políticas públicas de família. In Mattoso, J. *História da Vida Privada em Portugal, Os nossos dias*. Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Webgrafia

C

Comissão Europeia (2008). Estudo temático sobre as medidas políticas relativas à pobreza infantil. Acedido em 26 de Fevereiro de 2010.

http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/child_poverty_en.htm#childpoverty

Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção. Acedido em 20 de Novembro de 2011.

<http://www.cnrsi.pt/>

D

Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2010-2013 Amares. Rede Social. Câmara Municipal de Amares. Acedido a 15 de Agosto de 2011.

<http://p204.expoente.net/doc.php?co=166>

I

Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Estatísticas, dados de desemprego no Concelho de Amares. Acedido no dia 15 de Dezembro de 2011.

<http://www.iefp.pt/estatisticas/Paginas/Home.aspx>

R

Relatório de Execução do RSI, 1º Semestre 2011. Acedido em 20 de Novembro de 2011

http://www.cnrsi.pt/preview_documentos.asp?r=1060&m=PDF.

S

Site da Segurança Social. Acedido em 23 de Fevereiro de 2011.

<http://www2.seg-social.pt/>.

U

Unicef (2005), a pobreza infantil nos países ricos 2005. Acedido em 25 de Fevereiro de 2010.

http://www.unicef.pt/18/report_card_6_port_final.pdf

Unicef (2007). Pobreza infantil em perspectiva: visão de conjunto do bem-estar da criança nos países ricos. Acedido em 25 de Fevereiro de 2010.

https://www.unicef.pt/18/report_card_7_%20final.pdf

ANEXOS

Anexo 1 – Guião da entrevista semi-estruturada às crianças e adolescentes beneficiários do RSI



Universidade do Minho
Instituto da Educação

Guião de Entrevista para as crianças e adolescentes

De seguida, irei fazer-te algumas questões sobre ti e a tua família, só respondes ao que quiseres. Não existem respostas certas ou erradas, o importante é que digas aquilo que realmente pensas. Importa dizer-te que tudo o que me disseres não irá ser contado aos teus pais, apenas servirá para percebermos melhor o que tu pensas sobre ti e a tua família.

1. Identificação:

Nome: _____ Idade: _____
Filiação: _____
Fratrão: _____
Ano de escolaridade: _____ Escola: _____

2. Situação familiar:

2.1. Situação profissional do pai/ mãe?

2.2. O que achas da situação profissional do(s) teu(s) pais?

Só perguntar, caso esteja um ou os dois pais desempregados.

2.3. O que achas que levou a esta situação de desemprego?

2.4. O que é que o(s) pai(s) têm feito para mudar essa situação?

2.5. De que forma é que achas que o desemprego do(s) pai (s) tem afectado a tua família?

3. História escolar:

3.1. O que achas da escola?

3.2. Já reprovaste algum ano. Se sim, quais as razões?

3.3. As pessoas com quem vives ajudam a ires à escola/estudar? O que fazem?

4. Aspirações escolares e profissionais:

4.1. Até que ano pensas estudar?

4.2. O que é que gostavas de estar a fazer daqui a 10 anos?

4.3. De que forma achas que a escola poderá ajudar a concretizar esse objectivo?

4.4. Achas que vai ser fácil ou difícil conseguires alcançares esse(s) objectivos para o futuro?

4.5. Com quem é que achas que podes contar para te ajudar a concretizar esses objectivos?

4.6. O que achas que os teus pais gostavam que tu fizesses no futuro? E porquê?

5. Ambiente familiar:

5.1. Há alguma coisa na tua família que te preocupa?

5.2. Se pudesses mudar alguma coisa na tua família, o que mudavas?

Anexo 2 – Guião da Entrevista da qualidade de vida



Universidade do Minho
Instituto da Educação

Guião da Entrevista de avaliação da qualidade de vida

Vou lhe pedir para responder a algumas questões. Toda a informação será confidencial e servirá apenas para um melhor conhecimento da realidade social das famílias que foram beneficiárias do rendimento mínimo garantido (RMG).

1. Identificação:

Nome: _____ Idade: _____

Filiação: _____ Estado civil: _____

2. Situação familiar actual:

2.1. Com quem vive actualmente?

2.2. Desde quando tem este agregado familiar?

2.3. Mantém contacto com os outros elementos da sua família (com que frequência está com eles; como é a vida deles actualmente: trabalham ou estão desempregados, etc)?

2.4. No presente, como percebe a sua família actual?

3. Situação profissional ou escolar:

3.1. Qual a ocupação que tem actualmente?

Caso trabalhe,

3.2. Qual o tipo de vínculo laboral que tem?

3.3. Há quanto tempo está a trabalhar?

3.4. Está satisfeito com o seu trabalho ou se pudesse mudava?

Caso esteja desempregado,

3.5. Desde quando está desempregado?

3.6. Razões que levaram à situação de desemprego?

3.7. Quanto tempo esteve a trabalhar?

3.8. O que acha que tem contribuído para a manter a situação de desemprego?

Caso esteja a estudar,

3.9. Onde é que estuda?

3.10. Em que ano?

3.11. Como classifica a sua satisfação com os estudos/local de ensino/papel da família?

3.12. Tenciona estudar até grau de ensino?

3.13. Como percebe a sua trajetória escolar até hoje (fácil, complicado, quais os apoios que teve; quais os apoios que não teve e que considera que poderiam ter sido importantes);

4. Trajectória Escolar:

4.1. Andou na escola até que idade e até que ano?

4.2. Como é que foi o seu trajecto escolar (retenções, dificuldades)?

4.3. Porque é que não continuou mais tempo na escola?

4.4. As pessoas com quem vivia ajudavam-no a ir à escola/estudar? O que faziam?

4.5. Acha que a sua vida seria diferente se tivesse continuado a estudar?

5. Autonomia financeira:

5.1. Alguma vez você ou alguém da sua família tiveram problemas económicos?

5.2. Já alguma vez requereu o rendimento social de inserção ou foi à Segurança Social pedir algum tipo de apoio? Se sim, porquê?

6. Estado actual:

6.1. O que significa para si vencer na vida?

6.2. Sente que conseguiu vencer na vida/atingir os seus objectivos?

6.3. O que espera do seu futuro?

6.4. Pertence ou colabora com algum organismo/entidade na sua área de residência (religião; partido político; associação recreativa; grupo cultural; grupo desportivo; etc.)

7. Ter crescido beneficiário do RMG:

7.1. Qual a importância que atribui ao apoio (RMG) que a sua família recebeu no passado?

Anexo 3 – Diários

Versão para as crianças



Diário de _____

Semana de ____ a ____

Escola _____

Diário

capa

Folha 1



Eu sou assim...

Folha 2



O meu dia de hoje é _____
Levantei-me _____
Um dia de escola _____
O que fiz hoje _____

Comecei	O que fiz	Acabei

Folha 3



O meu dia de hoje é _____
Levantei-me _____
Um dia de escola _____
O que fiz hoje _____

Comecei	O que fiz	Acabei

Folha 4



O meu dia de hoje é _____
Levantei-me _____
Um dia de escola _____
O que fiz hoje _____

Comecei	O que fiz	Acabei

Folha 5



O meu dia de hoje é _____
Levantei-me _____
Um dia de escola _____
O que fiz hoje _____

Comecei	O que fiz	Acabei

Folha 6



O meu dia de hoje é _____
Levantei-me _____
Um dia de escola _____
O que fiz hoje _____

Comecei	O que fiz	Acabei

Folha 7



O meu dia de hoje é _____
Levantei-me _____
Um dia de escola _____
O que fiz hoje _____

Comecei	O que fiz	Acabei

Folha 8



O meu dia de hoje é _____
Levantei-me _____
Um dia de escola _____
O que fiz hoje _____

Comecei	O que fiz	Acabei

Folha 9



Sobre a escola eu penso

Folha 10



Sobre os meus amigos eu penso

Folha 11



Sobre a minha família eu acho

Folha 12



Se eu pudesse mudar alguma coisa lá em casa...

Folha 13



Sobre mim eu penso...

Folha 14



Sobre o meu futuro eu acho...

Folha 15

Versão para adolescentes



Diário de _____

Semana de ____ a ____

Escola _____

Diário

Folha 1

Folha 2



Eu rezo-me assim...

Folha 3



O meu dia de hoje é _____

Levantei-me _____

Um dia de escola _____

O que fiz hoje

Comecei	O que fiz	Acabei

Folha 5



O meu dia de hoje é _____

Levantei-me _____

Um dia de escola _____

O que fiz hoje

Comecei	O que fiz	Acabei

Folha 4



O meu dia de hoje é _____

Levantei-me _____

Um dia de escola _____

O que fiz hoje

Comecei	O que fiz	Acabei

Folha 6



☺ meu dia de hoje é _____

Levantei-me _____

Um dia de escola _____

☺ que fiz hoje

Comecei	☺ que fiz	Acabei

Folha 7



☺ meu dia de hoje é _____

Levantei-me _____

Um dia de escola _____

☺ que fiz hoje

Comecei	☺ que fiz	Acabei

Folha 8



☺ meu dia de hoje é _____

Levantei-me _____

Um dia de escola _____

☺ que fiz hoje

Comecei	☺ que fiz	Acabei

Folha 9

☺ meu dia de hoje é _____

Levantei-me _____

Um dia de escola _____

☺ que fiz hoje

Comecei	☺ que fiz	Acabei

Folha 10



Sobre a escola eu penso

Sobre os meus amigos eu penso

Sobre a minha família eu acho

Folha 11



Se eu pudesse mudar alguma coisa lá em casa...

Sobre mim eu penso...

Sobre o meu futuro eu acho...

Folha 12



O que eu gostaria de dizer mais...

Folha 13

Anexo 4 – Autorização da realização do estudo por parte da Associação de Fomento Amarense



Contribuinte n.º: 501 649 107
Largo D. Gualdim Pais, nº 27
4720-013 Amares
Telf/Fax: 253 995 155 | Tlm.: 965 655 333
Email: afa.ipss@hotmail.com

Declaração

Declaro, para os devidos efeitos, que a Associação de Fomento Amarense, IPSS responsável desde Novembro de 2007 pelo Protocolo do Rendimento Social de Inserção (RSI) no Concelho de Amares, autorizou a realização do estudo intitulado "Crescer beneficiário do RSI", no âmbito do mestrado de intervenção psicossocial com crianças, jovens e famílias, a Psicóloga, Vanessa Júlia Antunes Neves, após autorização do Instituto da Segurança Social de Braga.

Por ser verdade e me ter sido pedido, passo a presente declaração datada e autenticada com o carimbo a óleo utilizado por esta Instituição. -----

Amares, 13 de Janeiro de 2012

O Presidente da Direcção



Anexo 5 – Consentimento informado dos pais



Consentimento Informado para a Participação no Estudo

Eu, _____, autorizo que o (a) meu (minha) filho (a) _____

seja entrevistado, pela técnica Vanessa Neves, no âmbito de um estudo para a Universidade do Minho, sobre crianças e adolescentes pertencentes a famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, do Concelho de Amares. O entrevistador poderá utilizar gravador.

Todos os dados e informações recolhidas no âmbito deste estudo são estritamente confidenciais, apenas os responsáveis pela investigação terão acesso à informação.

Amares, ___/___/2011

Anexo 6 – Consentimento informado das crianças

Declaração



está a fazer um trabalho para a



estou em



quero participar neste trabalho, respondendo a algumas perguntas



não quero participar neste trabalho porque _____

Assinatura _____

___/___/2011

Anexo 7– Consentimento informado dos adolescentes



Declaração

Eu, _____, tenho _____ anos e

quero participar neste trabalho, respondendo a algumas perguntas à Técnica Vanessa Neves.

não quero participar neste trabalho porque _____

Assinatura, _____

___/___/2011

Anexo 8 – Carta de contacto às famílias beneficiárias do RMG



Amares, 21 de Fevereiro de 2011

No âmbito de uma investigação de mestrado do Instituto de Educação da Universidade do Minho e com a colaboração do Instituto da Segurança Social de Braga, estamos a contactar os filhos das famílias beneficiárias do rendimento mínimo garantido nos anos de 1997 a 2000, do Concelho de Amares. Assim, informamos que em breve irão ser contactados para, se possível, agendar dia para entrevista.

Mais informamos, que Vanessa Neves é a técnica do gabinete de atendimento e acompanhamento psicossocial às famílias beneficiárias do rendimento social de inserção de Amares que irá realizar esta investigação.

Sem outro assunto de momento, despedimo-nos com os melhores cumprimentos deixando salvaguardada a nossa inteira disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional.

Atenciosamente,

(Vanessa Neves)

Contacto:
Telemóvel

Anexo 9 – Consentimento informado dos jovens adultos



Consentimento Informado para a participação no estudo

Eu, _____, disponibilizo-me a participar num estudo para a Universidade do Minho, sobre crianças e adolescentes pertencentes a famílias beneficiárias do rendimento mínimo garantido, do Concelho de Amares. Todos os dados e informações recolhidas no âmbito deste estudo são estritamente confidenciais, apenas os responsáveis pelo estudo terão acesso à informação.

Amares, ___/___/2011

Anexo 10 – Declaração de compromisso no estudo com crianças e adolescentes



Declaração de Compromisso

No âmbito de uma investigação de mestrado do Instituto de Educação da Universidade do Minho e com a colaboração do Instituto da Segurança Social de Braga, estamos a contactar os filhos das famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, do Concelho de Amares, a fim de realizarmos algumas entrevistas.

Mais informamos, que Vanessa Neves, técnica do gabinete de atendimento e acompanhamento psicossocial a famílias beneficiárias do rendimento social de inserção de Amares, é a mestranda responsável pela realização do estudo. A entrevista realizada às crianças e adolescentes será gravada apenas para facilitar o tratamento da informação recolhida.

Todos os dados e informações recolhidas no âmbito deste estudo são estritamente confidenciais, apenas os responsáveis pela investigação terão acesso à informação.

Amares, ___/___/2011

Vanessa Neves

Anexo 11 – Declaração do Compromisso no estudo com jovens adultos



Declaração de Compromisso

No âmbito de uma investigação de mestrado do Instituto de Educação da Universidade do Minho e com a colaboração do Instituto da Segurança Social de Braga, estamos a contactar os filhos das famílias beneficiárias do rendimento mínimo garantido, do Concelho de Amares, a fim de realizarmos algumas entrevistas.

Mais informamos, que Vanessa Neves, técnica do gabinete de atendimento e acompanhamento psicossocial a famílias beneficiárias do rendimento social de inserção de Amares, é a mestranda responsável pela realização do estudo. A entrevista realizada aos jovens adultos será gravada apenas para facilitar o tratamento da informação recolhida.

Todos os dados e informações recolhidas no âmbito deste estudo são estritamente confidenciais, apenas os responsáveis pela investigação terão acesso à informação.

Amares, ___/___/2011

Vanessa Neves